

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DIONISIO TITO DE BARROS NETO

“A PELE QUE HABITO”: A INDUMENTÁRIA DE PESSOAS ESCRAVIZADAS NO
RECIFE (1827-1835)

MACEIÓ-AL

2024

DIONISIO TITO DE BARROS NETO

**“A PELE QUE HABITO”: A INDUMENTÁRIA DE PESSOAS ESCRAVIZADAS NO
RECIFE (1827-1835)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva.

MACEIÓ-AL

2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

B277p Barros Neto, Dionisio Tito de.
“*A pele que habito*” : a indumentária de pessoas escravizadas no Recife (1827-1835)
/ Dionisio Tito de Barros Neto. – 2024.
205 f. : il.

Orientador: Gian Carlo de Melo Silva.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em
História. Maceió, 2024.
Inclui glossário.

Bibliografia: f. 181-193.
Anexos: f. 196-205.

1. Escravos - Recife (PE) - Século XIX. 2. Trajes. I. Título.

CDU: 94(813.4)-058.214

Folha de Aprovação

DIONISIO TITO DE BARROS NETO

“A pele que habito”: a indumentária de pessoas escravizadas no Recife (1827-1835)”

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 20 de dezembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br GIAN CARLO DE MELO SILVA
Data: 20/12/2023 19:07:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva (Orientador)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:



Prof^ª. Dr^ª. Rita Moraes de Andrade (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Goiás



Prof^ª. Dr^ª. Joana de Moraes Monteleone (Examinador Externa)
Universidade de São Paulo

Documento assinado digitalmente
gov.br VALERIA GOMES COSTA
Data: 21/12/2023 12:12:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Valéria G. Costa (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico

A minha maior fonte de inspiração, amor e incentivo, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Iniciei esta pesquisa num cenário de isolamento social provocado pela pandemia da COVID-19, sem vacina e com um desgoverno à frente do país, o que gerava mais incerteza e insegurança em relação ao futuro. Além disso, "no meio do caminho" perdi uma segunda mãe, o que dificultou, por vezes, este trabalho.

Chegar até, sem dúvida, não teria sido possível sem ajuda de muito. Agradeço primeiramente a minha mãe, Ana Maria, que sempre me apoiou e me deu forças para continuar e me lembrar o porque iniciei esta pesquisa. Por não medir esforços para que eu pudesse sempre estudar e me dedicar aos meus sonhos e por sempre ser a minha maior incentivadora. Dedico a ela esta pesquisa.

Agradeço a Maria do Carmo (*in memoriam*) que mesmo sem entender muito bem o que eu fazia, olhava pra mim e dizia: estude para ser um doutor. A minha irmã Neta, pela ajuda com a pesquisa, por aliviar minha tensão com muita massagem e ventosa, meu muito obrigado. A Carol Barros, pelas pedaladas como forma de aliviar o *stress* e arejar as ideias, pelos pastéis, risadas e plantas para florir meus dias.

A Luanna Vilela, Camila Tobias, Clarissa Araújo, Maria Laís, Bruno Veríssimo, Wynne Melo, Matheus Welton e Filipe Ribas pela ajuda com os dados e incentivo. A todos os meus professores, em especial a Profa. Dra. Karina Melo, Prof. Dr. Bruno Câmara e Prof. Dr. Marcelo Martins pelo incentivo, leituras e palavras positivas.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Gian Carlo pelas leituras atentas, incentivo, "puxões de orelha", paciência e por sempre estar disponível a me ouvir e me ajudar a conduzir a pesquisa da melhor forma possível. Talvez, se não fosse por sua paciência e empatia eu não teria concluído esta pesquisa. Muito obrigado por ter me aceitado como seu orientando.

As professoras Dra. Valéria Costa, Dra. Rita Andrade e Dra. Joana Monteleone, pela enorme generosidade para comigo, pela compreensão e considerações preciosas, as quais foram de grande importância para o texto final. Meu muito obrigado.

A Profa. Dra. Mara Rubia Sant'Anna por ter aceitado ser suplente na qualificação.

A Profa. Dra. Camila Borges pelo aceite para compor a banca de defesa enquanto suplente.

A Célio Eduardo, pela paciência, companheirismo, leituras, afeto e dicas durante essa jornada.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida ainda que na metade da “jornada”. Sem ela essa pesquisa teria sido muito mais dificultosa.

A educação pública e de qualidade deste país, que mesmo com tantas dificuldades segue firme na luta.

A Programa de Pós-Graduação em História da UFAL, em especial a Luciana Pimentel, secretaria do programa, pelos inúmeros e-mails respondidos de forma tão atenciosa.

A Wellington e Natália Freitas pelos cafés, passeios e risadas. A Laryssa Godoy pela amizade, risos, momentos de descontração e por estar ao meu lado em momentos tão difíceis. A Jéssica Moraes, pela escuta e por me conduzir no caminho do autoconhecimento.

Agradeço a todos que de algum modo contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Felizmente, concluo essa pesquisa de modo muito diferente de quando iniciei, em todos os sentidos. A incerteza deu lugar à esperança; esperança por dias melhores, por mais justiça social por um país melhor. Avante!

A roupa que você veste não fala,
mas diz muito sobre você. Que história sua roupa conta?

(Rodrigo Tremembé)

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo principal investigar como pessoas de ambos os sexos, crioulos e africanos, submetidas a escravidão na cidade do Recife, entre 1827 a 1835 praticavam o vestir de modo geral, assim como identificar possíveis práticas vestimentares mais percebidas entre os crioulos/as e os africanos/as, para isso fizemos um cotejamento com alguns anúncios de fuga que nos permitiram visualizar essas diferenças. Além disso, buscamos entender como a indumentária poderia atuar como um elemento estratégico durante e após a fuga. Na busca por essas respostas, utilizamos como documentação principal os anúncios de fuga considerando o recorte cronológico citado. Contudo, o *corpus* documental desta pesquisa também é composto por relatos de viajantes, legislações, posturas municipais e algumas iconografias. Desse modo, foi possível identificar que embora não houvesse alteração no modo com os sujeitos submetidos a escravidão se vestiam, havia diferenças nos adornos utilizados pelos africanos e crioulos, de ambos os sexos. O que nos possibilita compreender que havia distinção entre a comunidade escravizada do Recife no recorte cronológico desta pesquisa.

Palavras-chave: Escravizados; Indumentária; Recife século XIX.

ABSTRACT

The main objective of the research is to investigate how people of both sexes, Creoles and Africans, subjected to slavery in the city of Recife, between 1827 and 1835, practiced dressing in general, as well as identifying possible clothing practices that were more noticeable among Creoles and Africans, for this we compared some escape advertisements that allowed us to visualize these differences. Furthermore, we sought to understand how clothing could act as a strategic element during and after the escape. In the search for these answers, we used escape advertisements as the main documentation considering the chronological section mentioned. However, the documentary corpus of this research is also composed of travellers' reports, legislation, municipal attitudes and some iconography. In this way, it was possible to identify that although there was no change in the way the subjects subjected to slavery dressed, there were differences in the adornments used by Africans and Creoles, of both sexes. This allows us to understand that there was a distinction between the enslaved community of Recife in the chronological scope of this research.

Keywords: Enslaved; Clothing; Recife 19th century.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -Mapa da cidade de Recife no século XIX e seus arrabaldes.	43
Figura 2 - Bairros centrais do Recife no século XIX	44
Figura 3 - Bairros centrais do Recife e alguns arrabaldes.....	47
Figura 4 - Anúncio de fuga do Jornal Diário de Pernambuco para leitura em voz alta	58
Figura 5 – Andanças dos escravizados em fuga.	66
Figura 6 - Escravizado fugindo com trouxa de roupa	76
Figura 7 - Venta a Reziffé de Johann Moritz Rugendas.	101
Figura 8 - Tecido floral em algodão do século XIX	111
Figura 9 – Obra San-Salvador (1827 – 1835) de Johann Moritz Rugendas.....	133
Figura 10 - Detalhes da obra San-Salvador	134
Figura 11 - Modos de uso do pano da costa	150
Figura 12 - Obra Negresses de Rio Janeiro (Johann Mortiz Rugendas).....	151
Figura 13 - Vista do Pateo da Penha (Mercado de Verduras).....	165
Figura 14 - Objetos em corais do Museu Carlos Costa Pinto	172
Figura 15 - Figas em prata do Museu Carlos Costa Pinto.....	175

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil de origem das escravizadas a partir dos anúncios de fuga	104
Quadro 2 - Itens da indumentária feminina (1827-1835)	105
Quadro 3 - Tecidos atribuídos a indumentária feminina nos anúncios de fuga	109
Quadro 5 – Cores descritas nas indumentárias das escravizadas	116
Quadro 6 - Perfil de origem dos escravizados a partir dos anúncios de fuga.	122
Quadro 7 – Itens da indumentária masculina dos escravizados em fuga	124
Quadro 8 - Tecidos da indumentária de homens escravizados em fuga.....	128
Quadro 9 - Cores descritas a respeito da indumentária dos escravizados em fuga	131
Quadro 10 - Nações das africanas escravizadas em fuga	141
Quadro 11 - Nações dos escravizados africanos em fuga	142
Quadro 12 - Mulheres escravizadas e suas respectivas origens/qualidades utilizando panos da costa.....	147
Quadro 18 - Adornos utilizados descritos nos anúncios de fuga entre 1827 a 1835 de mulheres escravizadas.	201
Quadro 19 - Adornos utilizados descritos nos anúncios de fuga entre 1827 a 1835 de homens escravizados em fuga	210

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Regiões de possíveis embarques de escravizados na África e desembarque em Pernambuco entre 1825 e 1835	141
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
HDBN	Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional
TSTD	The Transatlantic Trade Database

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	Fontes e metodologia	34
2	RECIFE: ENTRE RIOS, BECOS E SOBRADOS.....	41
2.1	Diario de Pernambuco: o cotidiano anunciado	54
2.1.1	“A quem d’elle(a) tiver notícias”	58
2.2	Fuga: uma possível construção da liberdade	63
2.3	“Fugiu levando toda sua roupa”	69
3.	A INDUMENTÁRIA E SUAS NUANCES NO RECIFE DE OUTRORA	80
3.1	Posturas municipais	89
3.2	Os registros dos estrangeiros	93
3.3	As escravizadas descritas	103
3.4	Os escravizados descritos.....	120
4	DIFERENÇAS ENTRE OS SEMELHANTES.....	140
4.1.	Pano da Costa: um elo entre sujeitos	147
4.2	“Feliz da que pode se adornar com um colar ou brincos...”	157
4.2.1	Colares de conta.....	160
4.2.2	Corais e figas	170
4.2.3.	Brincos, argolas, braceletes.....	176
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
	GLOSSÁRIO DOS TECIDOS.....	199
	ANEXO 1	201
	ANEXO 2	209

1 INTRODUÇÃO

O modo como os sujeitos se vestem pode dizer muito acerca do contexto social, político, econômico, cultural e religioso no qual estão inseridos. A prática do vestir é atravessada por uma série de questões, e pode, inclusive, servir para retroalimentar uma hierarquia social.

No Brasil, durante o século XIX, os pés descalços poderiam ser um indicativo de que uma pessoa era escravizada, ou que não tinha muitos recursos financeiros, mesmo sendo livre, demonstrando uma condição de pobreza, um *status* jurídico. Diante desta realidade, a ausência de sapatos poderia indicar a qual camada social o sujeito estaria inserido.

Numa sociedade hierarquizada e marcada pela escravidão como a do Recife no século XIX, a indumentária tinha um papel fundamental na categorização dos sujeitos, sendo um importante mecanismo de distinção social. A compreensão acerca de como os indivíduos praticavam o vestir em sociedades passadas pode nos revelar a forma como as hierarquias e distinções sociais se davam, bem como a circulação dos materiais, por meio das redes de comércio. Peças como a indumentária poderiam funcionar como elo de pertencimento entre sujeitos de um mesmo grupo, onde o vestir poderia atuar como forma de pertencimento identitário, entre outras coisas. Por meio dos anúncios de fuga dos escravizados veiculados no jornal Diário de Pernambuco na cidade do Recife, entre 1827 a 1835, buscamos compreender os aspectos gerais das formas de vestir de homens e mulheres submetidos à escravidão.

A ideia inicial deste trabalho surgiu a partir de algumas inquietações e curiosidades despertadas quando participei de um grupo de extensão coordenado pelo Professor Dr. Bruno Câmara, na Universidade de Pernambuco – *Campus* Garanhuns, no Curso de Licenciatura em História.

Ao ser “apresentado” aos anúncios de fuga de escravizados, notei que embora inúmeras pesquisas utilizaram desta documentação, percebi que não havia uma vasta produção acadêmica que buscasse por meio deste material compreender a indumentária de pessoas escravizadas no Brasil.

A descrição dos anúncios de fuga, por vezes minuciosa, nos diz muito sobre as características físicas e práticas vestimentares daqueles sujeitos. Este fato nos permite compreender um pouco sobre os tipos de tecidos empregados, cores e peças que compunham a indumentária dos cativos. Além disso, podemos entender como a indumentária poderia atuar como um elemento estratégico durante o período da fuga e da pós fuga, como uma forma de camuflagem social.

Um dos mais importantes membros da Escola dos Annales, Fernand Braudel, em “Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII”, afirma que o traje demarca as oposições sociais do sujeito numa mesma sociedade e destaca o papel das leis suntuárias¹, as quais tinham papel fundamental para o controle visual proposto pelos governantes para que os novos ricos não se assemelhassem com a nobreza do período.² O autor afirma que o uso das roupas é uma forma de demonstrar a promoção social, as quais atuavam na época e continuam atuando como demarcadores de classes nas sociedades.

Para Eduardo França Paiva, os “ornamentos corporais femininos, tecidos coloridos e diferentes tipos de penteado são legítimos objetos historiográficos”³. Por meio desses elementos podemos tentar compreender como no passado pessoas submetidas à escravidão, se apropriavam do vestir como forma de demonstrar suas aspirações e desejos, bem como estratégias que envolviam o vestir no processo de resistência daqueles sujeitos dentro do sistema escravista brasileiro.

De acordo com Rita Andrade, "colocar a roupa no centro de qualquer análise não significa fetichizá-la ou ocupar com ela o lugar da essência transcendental das

¹ Esses regulamentos, principalmente nas sociedades do Antigo Regime que eram fundamentadas nos privilégios de nascimento, tinham como finalidade restringir o uso de roupas, móveis, joias, tecidos etc. a aqueles que não faziam parte das altas camadas sociais. Assim, o cerceamento demarcava de modo visual os privilégios e os níveis sociais dos sujeitos. Ver mais em: VIEIRA, Thaiana. Moda na Baixa Idade Média: linguagem, consumo, poder e controle pelas leis suntuárias. **Revista Veredas da História**, v. 13, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/rvh.v13i2.47431>. Acesso em: 15 de abr. 2022.

² BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII**. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

³ PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 218.

coisas. Trata-se de iniciar um outro diálogo, de olhar o mundo de outra maneira.”⁴ Para a autora, o vestuário é atravessado por uma série de questões. A ação de cobrir o corpo, seja por meio da roupa, das pinturas ou de ornamentos tem influência desde questões fisiológicas até filosóficas. Logo, compreendemos que em cada contexto e temporalidade o vestir teve significados distintos, dadas as conjunturas particulares de cada período.⁵ Diante desta compreensão, observamos que a indumentária pode nos dizer sobre os lugares sociais, modos de produção e circulação das mercadorias de um dado contexto, bem como as atribuições simbólicas dadas a elas em contextos distintos.

Conforme Patrícia de Souza:

Durante a escravidão, roupas e adornos corporificariam uma forma de marcar diferenças e pertencimentos sociais e culturais, com a criação de identidades historicamente específicas. Assim como eram atribuídas aos escravos formas de vestir, estes, em muitos casos, subverteram isto marcando suas diferenças com escolhas pessoais de vestuário, buscando re-elaboração visual, individual e coletiva.⁶

Não podemos reduzir a experiência e o protagonismo dos escravizados no campo do vestir a um processo mimético, supondo que estes tentaram reproduzir de modo fidedigno os padrões eurocêntricos da época. Os africanos trazidos para o Brasil forçadamente trouxeram consigo referências estéticas, culturais, gastronômicas e religiosas que foram, por vezes, mantidas e reelaboradas nesse contexto. A troca cultural entre os sujeitos que viviam e conviviam no Recife no século XIX era intensa. Africanos e os nascidos dos Brasil, escravizados ou não, estavam em constante contato com europeus, bem como com uma população livre e pobre. Isto propiciou

⁴ ANDRADE, Rita Morais. **Boué Soeurs** RG 7091: a biografia cultural de um vestido. 2008. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 20. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/13076>. Acesso em 20 set. 2022.

⁵ ANDRADE, Rita Morais. **O vestuário como assunto**: um ensaio. In: Dossiê: o vestuário como assunto: perspectivas de pesquisa a partir de artefatos e imagens [Ebook] / Organizadoras, Rita Morais de Andrade, Alliny Maia Cabral, Indyanelle Marçal Garcia Di Calaça. – Goiânia: Cegraf UFG, 2021. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/459/o/Desenredos_13.pdf. Acesso em: 31 de maio de 2023.

⁶ SOUZA, Patrícia March de. **Visualidade da escravidão**: representações e práticas de vestuário no cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro oitocentista. 2011. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011, p. 27. Disponível em: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.17541>. Acesso em 07 mar. 2022.

que fossem criados naquele contexto formas únicas de vestir, bem como adaptações do vestir dos africanos vivenciadas em África.

Rita Andrade chama atenção para a existência de análises de modelos predominantes hegemônicos, ou seja, análises que não dão conta de uma pluralidade na forma de praticar o vestir e que privilegiam as camadas abastadas. Contudo, a autora destaca o recente movimento de produções acadêmicas que contempla a diversidade social da história do vestir, seja no passado ou no presente. Para a autora, “[...] a história do vestir ensinada é uma história parcial que foi tomada como universal.”⁷ Lançar luz sobre essa temática é perceber a diversidade de formas de expressão por meio do vestuário, e como ele pode revelar, ou tentar emular lugares sociais. Afinal, segundo a autora, as várias formas de se vestir são resultados da interação entre indivíduos.

Inserido no bojo social, um indivíduo está em constante contato com outros sujeitos, os quais influenciam e são influenciados socioculturais. Nesse sentido, a indumentária é um reflexo da experiência social e cultural, mas também particular, única do indivíduo, uma vez que ela expressa sua individualidade por meio do vestir. Assim, o indivíduo estabelece laços sociais com um determinado grupo para afirmar-se socialmente, ainda que de modo inconsciente.

Dito de um outro modo, a medida que um sujeito se veste, ele expressa seus anseios, desejos e visões de mundo muito particulares. Ao mesmo tempo, essa prática, dada o compartilhamento dos simbolismos culturais e sociais, insere este indivíduo como pertencente a um determinado grupo social, por meio de elementos simbólicos que unem demais outros sujeitos em torno de uma identidade coletiva. O que não quer dizer que o sujeito tenha apenas uma identidade, ou esteja inserido em apenas um grupo social. Este processo não é rígido não estático, mas fluído e dinâmico.

Na análise das roupas, o passado e o presente estão em conexão contínua. O vestir é um processo precisa ser historicizado, para melhor compressão entre temporalidades distintas, permanências e rupturas. No esforço de compreender quais elementos atravessavam o vestir de mulheres localizadas em uma região de quilombo

⁷ Andrade, 2020.

remanescente no nordeste de Goiás no presente século, Alliny Cabral retrocedeu até o século XIX em busca de compreender como o vestir de mulheres nos oitocentos reverberou, de certo modo, na forma como as Kalunga se vestiam na atualidade. Para isso, a pesquisadora utilizou de imagens tanto do século XIX, que abordavam mulheres negras de diferentes condições jurídicas (escravizadas, livres crioulas e africanas) como de imagens da comunidade Kalunga.⁸

Não é possível afirmar a condição jurídica das mulheres retratadas nas fotografias do século XIX com base apenas na construção estética vista nas imagens, uma vez que a foto, assim como o ato de vestir, pode ser uma tentativa de emular o que se almeja. Em outras palavras, uma escravizada poderia utilizar de elementos que socialmente eram associados a uma condição de liberdade para agenciar tal imagem, inclusive em estúdios fotográficos.

De acordo com Alliny Cabral, por meio das roupas é possível que os indivíduos construam uma imagem para uma apresentação social. Esta ação, que pode ser consciente ou não, o sujeito expressa sua individualidade e expõe através da indumentária seus anseios e possíveis predileções estéticas, assim como deseja que o outro o perceba. A autora ainda afirma que “[...] o indivíduo é capaz de elaborar narrativas que expressem seus valores, escolhas e a visão modificada do próprio *status* social.”⁹ Com base nessa afirmação, podemos refletir acerca de como essa visão modificada pode ser agenciada, no caso dos escravizados fugidos, para emular um *status* social e jurídico: o de livre/forro, por exemplo. Ou ainda adotar para si uma identidade outra, construída por meio da mudança de nome e da forma como se trajava.

No caso desta pesquisa, buscamos investigar os aspectos gerais da indumentária dos escravizados no Recife no século XIX, além de compreender como a indumentária atuou como um elemento estratégico durante e após a fuga, sendo, inclusive, um elemento que poderia auxiliar escravizado a permanecer longe do seu cativeiro, onde ele criava uma outra imagem, como a de forro, a exemplo.

⁸ CABRAL, Alliny Maia Siqueira de Carvalho. **Indumentária e visualidade**: modos de vestir de mulheres Kalunga sob uma perspectiva histórica (séculos XIX e XXI). 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Artes e Cultura Visual, Goiânia, 2019. p. 34. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9497>. Acesso em 06 de jun. de 2023.

⁹ *Ibid.*, p. 34

Desta maneira, o fugitivo poderia utilizar as vestes para criar uma aparência que o distanciasse socialmente do cativo. Dessa forma, partimos da hipótese de que alguns cativos compreendiam a importância da indumentária no contexto em que estavam inseridos e se valiam disso para benefício próprio.

Vale destacar que as fugas, embora tenham sido uma prática comum entre os escravizados, cada uma delas era individual, movida por questões muito únicas de cada escravizado. No centro de cada uma delas havia indivíduos dotados de desejos e motivações específicas e que agenciaram de modo particular suas evasões, inclusive se valendo, por vezes, da indumentária como elemento estratégico. A partir disso, compreendemos que os escravizados não foram sujeitos passivos, eles utilizaram dos meios disponíveis para seu benefício, seja na busca pela liberdade ou na melhoria das condições de sua existência cativa.

Por meio dos assentos de casamentos da Matriz de Santo Antônio analisados em “Um só corpo, uma só carne; casamento, cotidiano e mestiçagem no Recife colonial (1790-1800)”, Gian Carlo de Melo Silva vai além da propagação dos princípios católicos ao perceber o matrimônio como um meio de inserção social e de obtenção de respeitabilidade perante a sociedade. O autor conclui que essa prática não se limitava à disseminação de valores católicos, mas servia como um importante instrumento social. A pesquisa abrangeu um vasto grupo de sujeitos, incluindo brancos, pardos, crioulos, cabras e pretos. No entanto, para os escravizados, o casamento assumia uma importância ainda maior do que a já citada. Além de representar uma adesão aos princípios católicos, o casamento assegurava que o casal não fosse separado, pelo menos na teoria. Em outras palavras, o enlace proporcionava certa segurança, uma vez que o casal não poderia ser vendido separadamente, configurando assim benefícios específicos para os cativos.¹⁰

Embora o *status* jurídico não fosse alterado com o sacramento, os escravizados continuavam nesta condição mesmo após casados com livres ou libertos. A união também poderia ser estimulada pelos senhores, demonstrando um possível respeito aos preceitos católicos e conduzindo-os, assim, na fé católica, como abordado pelo autor. Se olharmos os casamentos por outro ângulo, a busca pelas bênçãos da igreja

¹⁰ SILVA, Gian Carlo de Melo. **Um só corpo, uma só carne**: casamento, cotidiano e mestiçagem no Recife colonial (1790-1800). 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2014.

para sacramentar uma união poderia ser uma estratégia na procura pelo direito à permanência de um vínculo. Dessa forma, seja através da fuga, seja através do matrimônio, os escravizados encontraram caminhos diversos para resistir e existir no sistema escravista.

Os anúncios de jornal se apresentam como uma fonte potencial para análise das estratégias e resistências dos escravizados, e por meio deles diversos pesquisadores buscaram compreender o universo dos escravizados por meio desta documentação. Não podemos deixar de mencionar a obra pioneira do assunto no Brasil, intitulada “O escravo nos anúncios de jornais brasileiros no século XIX”, de autoria do antropólogo e sociólogo Gilberto Freyre. O autor utilizou anúncios veiculados nos jornais *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, como fonte principal, sendo o pioneiro no Brasil a empregar esse tipo de fonte documental. Através desses anúncios, ele aborda a população cativa e percebe uma série de questões culturais, como as escarificações étnicas, “vícios”, doenças, entre outras coisas, que abriram caminhos para investigações no campo da História posteriormente.

A historiadora Lilia Schwarcz também utilizou diversos anúncios de jornais em sua obra “*Retrato em Branco e Negro: Jornais, Escravos e Cidadãos em São Paulo no final do século XIX*” para investigar como a figura do negro era produzida e retratada nos periódicos paulistanos. Schwarcz, que compreende os jornais como produtos sociais, buscou perceber a forma pela qual a imagem dos negros, libertos ou cativos, foi construída nos anos finais da escravidão por meio do olhar de pessoas brancas, que eram as responsáveis por escrever e descrever os sujeitos negros.¹¹

Em abordagens mais recentes, que também possuem como base documental os anúncios de fuga, destacamos o trabalho “*Carapuça a Quem Servir: Fugas, Roubos e Tráfico de Escravos no Pernambuco Imperial (1850-1873)*” de autoria de Arthur Danillo Castelo Branco de Souza. Nessa obra, o autor analisa como as fugas desestabilizaram o sistema escravista de maneira direta e indireta. Além disso, ele versa sobre os interesses dos próprios cativos, os quais afirmavam sua humanidade

¹¹ SCHWARCZ. Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

e aspirações dentro de um sistema que os via como propriedade. O autor percebe, inclusive, o caráter psicossocial da mudança de nome após a fuga.¹²

As fugas demonstram a agência dos cativos e nos levam a compreender, ainda que de modo parcial, nas entrelinhas das documentações, possíveis desejos e finalidades diversas, tais como: restabelecer laços afetivos, livrar-se dos castigos físicos e buscar meios mais justos dentro do sistema escravista, entre outras coisas. Os anúncios de fuga também auxiliaram Deylla Barros a mapear a presença africana em sua pesquisa, “A formação de Uma Comunidade Africana no Recife Oitocentista: Escravidão e Etnias da Diáspora nos Anúncios de Jornais, 1830-1839”. Neste trabalho, a historiadora elaborou um mapeamento das principais nações por meio dos anúncios do Diário de Pernambuco, considerando também como essas identidades foram ressignificadas.

A contribuição dada por Deylla Barros é fundamental para que possamos compreender as possíveis influências socioculturais trazidas pelos africanos e como estas influenciaram os sujeitos do século XIX. No bojo cultural, onde escravizados de diferentes origens estavam em constante contato, a autora percebe a presença de dentes limados em crioulos, prática até então atribuída aos africanos de várias nações.¹³ A pesquisadora Alliny Cabral salienta que as africanas de diferentes origens da África e que tinham bagagens culturais distintas tiveram que ressignificar e recriar as práticas no contexto brasileiro. Nos processos de constante reelaboração de práticas e trocas culturais entre os escravizados, percebemos também como sendo aderidas pelos crioulos.¹⁴

A historiadora Valéria Costa, por meio da sua pesquisa de doutorado, contribuiu de modo formidável acerca da presença dos ex-escravizados denominados

¹² SOUZA, Arthur Danilo Castelo Branco de. **Carapuça a quem servir: fugas, roubos e tráfico de escravos no Pernambuco Imperial (1850-1873)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33115>. Acesso em: 17 jul. 2022.

¹³ BARROS, Deylla da Silva. **A formação de uma comunidade africana no Recife oitocentista: escravidão e etnias da diáspora nos anúncios de jornais, 1830-1839**. Dissertação (Mestrado profissional em Culturas Africanas) – Universidade de Pernambuco, Garanhuns, 2021. Disponível em: https://w2files.solucaoatrio.net.br/atrio/upe-ga-cadpi_upl//THESIS/18/dissertao__deylla_barros_20210820151233389.pdf. Acesso em: 15 mai. 2022.

¹⁴ Cabral, 2019.

como sendo da Costa da Mina, que conseguiram conquistar prestígio social, político e econômico no Recife do século XIX. A pesquisadora buscou compreender, através do conceito instituído por ela de "cartografia negra", a complexa rede tecida por esses sujeitos, ligados à sociabilidade, conflitos e tensões entre os próprios africanos e outros diversos sujeitos contemporâneos a eles. Dessa forma, Valéria Costa demonstra não apenas a presença desses africanos livres na sociedade do Recife, mas também todo o protagonismo e as estratégias adotadas por eles para sobreviver e demarcar seus novos status jurídicos no Recife oitocentista.¹⁵

Sobre a reelaboração das identidades na diáspora africana, Flávio Gomes, Juliana Farias e Carlos Soares afirmam que:

Era em contextos diversos que os africanos inventaram-se em termos de 'nações' e outros arranjos, articulando-se numa extraordinária cidade atlântica. Corpos, línguas e mentes eram remarcados permanentemente em termos sociais e étnicos. Africanos – e também os crioulos – Não tinham uma única identidade, mas várias. Símbolos, marcas, penteados e outros sinais ganhavam, mantinham, mudavam ou perdiam significados.¹⁶

Assim, as vestes, os penteados, marcas e símbolos, tornavam-se elementos integrantes dessas identidades étnicas. Embora os autores estivessem se referindo ao contexto carioca, compreendemos que esse fenômeno também ocorreu no Recife oitocentista, embora de maneiras distintas. Como já mencionado, as identidades eram moldadas através do entrelaçamento étnico e social de um determinado contexto.

Embora haja semelhanças entre as diversas cidades escravistas do Brasil, existiam diferenças decorrentes das distintas conjunturas sociais e culturais vivenciadas em cada localidade. Dessa forma, a compreensão de como os sujeitos submetidos a escravidão se vestiam pode nos revelar como essas conjunturas se

¹⁵ COSTA, Valéria Gomes. **Trajetórias negras**: os libertos da costa d'Africa no Recife (1846-1890). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/13367>. Acesso em 23 jul. 2022.

¹⁶ SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto. **No labirinto das nações**: africanos e identidades no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

manifestavam em cada localidade, expondo semelhanças e diferenças. Nesse sentido, faz-se necessário desenvolver estudos focalizados em regiões específicas do Brasil, para que possamos compreender as particularidades de cada região do país no período escravista e estabelecer conexões com o tempo presente.

Utilizando os anúncios de fuga, Larissa Orige e César Marques buscaram compreender como as mulheres escravizadas na segunda metade do século XIX, que viviam na cidade do Desterro (atualmente Florianópolis), praticavam o vestir. Para isso, adotaram como parâmetro de análise três categorias (modelos, cores e elementos distintivos), as quais também foram utilizadas nas obras de Debret que compõem o *corpus* documental da pesquisa dos autores. As representações iconográficas de Debret foram utilizadas como uma forma de contar uma “história” com base no que foi encontrado nos anúncios de fuga. Dessa forma, os pesquisadores mesclaram duas fontes em busca de criar uma narrativa histórica, sem o comprometimento com a "verdade histórica", como eles próprios pontuam.¹⁷

Como mencionado anteriormente, ainda são escassos os estudos que utilizam os anúncios de fuga como forma de compreender aspectos presentes na indumentária cativa. No entanto, há uma produção mais extensa que aborda a forma de vestir de mulheres negras de diferentes condições jurídicas no século XIX, o que pode nos ajudar, como veremos a seguir.

Por meio de um estudo comparativo, o “vestir-se negra”, foi assunto tratado por Beatrice Rossotti. Seu trabalho utilizou fotografias em estúdio e em paisagens da segunda metade do século XIX no Rio de Janeiro e na Bahia. Através dessas imagens, Rossotti investigou as indumentárias daquelas mulheres e percebeu as particularidades presentes nas indumentárias de mulheres escravizadas, livres ou libertas, que, embora estivessem inseridas em um contexto social específico, onde a

¹⁷ ORIGE, Larissa Borges; MARQUES, César Luiz Moreira da Fonseca. Indumentária cativa: mulheres escravas em Desterro no século XIX. **Achiote**. Revista Eletrônica de Moda, v. 6, n. 2, 2018. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/achiote/article/view/6630>. Acesso em: 23 out. 2022.

prática do vestir estava associada a algumas convenções sociais, elas puderam, dentro das suas limitações, experimentar de modo muito particular o ato de se vestir.

Não há como afirmar com exatidão a condição jurídica de um sujeito através de imagens, principalmente se estas foram feitas em estúdios. A produção da imagem poderia utilizar vários elementos socialmente associados a uma condição para transmitir uma mensagem. Portanto, não podemos afirmar com certeza se um sujeito era livre pelo fato de estar calçado. No entanto, reconhecemos a importância dada aos sapatos no século XIX e o significado imbuído neles. Podemos, conforme demonstrado por Rossotti, investigar como determinados sujeitos expressaram suas identidades, gostos e preferências por meio da indumentária, criando um modo particular para tal, fazendo parte do que a autora chama de “vestir-se negra”, como mencionado.¹⁸

Embora não trate diretamente da indumentária de pessoas escravizadas, Maria do Carmo Rainho nos leva a refletir sobre como o ato de se vestir pode estar associado ao pertencimento a um grupo. Ao tratar da “boa sociedade” do Rio de Janeiro, a autora discorre sobre como parte dessa parcela social estava ligada ao processo de europeização. Em outras palavras, consumir produtos e ajustar o comportamento aos moldes europeus considerados “civilizados” fazia com que esses indivíduos se inserissem em um universo social e simbólico específico desse grupo seletivo.

Dessa forma, esses sujeitos tentavam demarcar, através das vestes, suas posições sociais e a “filosofia” de vida que adotavam. Rainho ainda apresenta as transformações ocasionadas pela chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro. Esse acontecimento movimentou toda a cidade, fazendo com que seus habitantes tivessem que se adaptar à chegada dos novos moradores. Logo, os costumes e a dinâmica social foram alterados, fazendo com que a “boa sociedade” tivesse que viver

¹⁸ ROSSOTTI, Beatrice. “**Vestir-se negra**”: roupas e adornos de mulheres negras em fotografias da segunda metade do século XIX. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ppgh/producao-academica/dissertacoes-de-mestrado-e-egressos-pasta/arquivos/BEATRICEROSSOTTIPPGHUNIRIOD.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

a cidade de uma outra forma, o que incluiu idas ao teatro, passeios públicos mais frequentes, assim como a mudança em seu modo de consumo.¹⁹

Ao observar as transformações do cotidiano com o deslocamento da família real em 1808 no Rio de Janeiro por meio dos relatos época, Mary Del Priori percebe a forma pela qual a cidade e seus moradores se acomodaram com base neste evento, onde os hábitos que já sofriam influências europeias ficaram ainda mais acentuados. Embora, como a própria autora afirma, a cidade do Rio de Janeiro possuísse uma intensa troca cultural com outras regiões do mundo já no período colonial, o que incluía também a circulação de produtos, com o desembarque da família real essa circulação de mercadorias se tornou ainda mais frequente.²⁰

A autora chega a essa análise a partir das entrelinhas dos relatos dos viajantes, que por vezes percebiam os escravizados de modo homogêneo, apesar das diferenças evidentes, inclusive no modo de vestir. Essa diversidade certamente foi influenciada pela troca intensa de mercadorias disponíveis no contexto da época. Embora o objetivo do seu trabalho tenha sido perceber as modificações ocorridas com a vinda da família real no contexto carioca de um modo geral, e não especificamente da população negra na região, é possível identificar essas mudanças no referido processo sem muito esforço.

No caso dos cativos que exerciam algum ofício de ganho, os quais poderiam arcar com alguns dos seus desejos materiais, possivelmente usufruíram dessa intensa circulação de bens. As mulheres negras de ganho, que usavam além dos xales azuis, portavam nas suas cinturas as pencas de balangandãs, que representava, entre outras coisas, proteção. As figas, por exemplo, eram utilizadas, segundo Mary Del Priore, também nos tabuleiros, assim como imagens de santos e moedas, que caracterizavam caráter espiritual à prática. O trajar não era de modo algum homogêneo entre os cativos, pois havia pluralidade no vestir. No caso das joias, estas

¹⁹ RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. **A cidade e a moda**: novas pretensões, novas distinções. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

²⁰ DEL PRIORE, Mary. A vida cotidiana do Rio de Janeiro. **Revista Ultramares**: Maceió: AL, v. 1, n. 3 p. 154-175, 2013. ISSN 2316-1655.

poderiam ser encontradas na rua dos Ourives, como demonstra a autora. Por lá, ourives de diferentes origens, incluindo os africanos, atendiam uma variedade de clientes.

Para Del Priore, os africanos ourives não hesitaram em subverter as normas que proibiam as mulheres negras de utilizarem objetos de ouro e outros materiais, produzindo colares, pulseiras, brincos e outros adornos para esta clientela. Pessoas negras estavam envolvidas nos vários processos de produção dos bens, não apenas no caso citado, mas também confeccionando peças de roupa. Na rua do Ouvidor, como também demonstra a autora, as ajudantes da Madame ou Mademoiselle eram mulheres negras muito bem vestidas que confeccionavam peças com materiais até pouco tempo antes desconhecidos, mas que passaram a compor a nova oferta de mercadorias proveniente dessa abertura comercial provocada pela chegada da corte ao Rio de Janeiro.²¹

Se faz necessário que percebamos quais lugares os sujeitos negros ocuparam nesses processos de produção e uso desses bens destinados ao vestir, para que possamos compreender a forma pela qual estes indivíduos influenciavam esteticamente. Como no caso das joias de crioulas, que além de ser um produto da relação de várias culturas eram um dos símbolos de imponência das mulheres negras frente ao sistema escravista e uma produção muito específica do contexto brasileiro, que por vezes eram confeccionados por africanos ourives. Ou no caso de alguns teares manuais, onde segundo Del Priore afirma que "[...] no referido gênero de tecelagem havia certa dose de arte africana na distribuição das cores e da padronagem."²²

Para Gilberto Freyre, o Brasil do século XIX passou por um processo que "re-europeização". A Europa deste período passava por transformações em vários cenários, políticos, econômicos, industriais e sociais, que impactaram o modo arquitetônico, comportamental e vestimentar do contexto brasileiro. Segundo Freyre, por meio desse processo, houve um "acinzentamento" das cores, o preto e os tons

²¹ Del Priore, 2013.

²² *Ibid.*, p. 173.

escuros deram a tônica desta mudança, além de antigos hábitos que começaram a ser alterados. No caso das mulheres brancas, frequentar as ruas não era algo visto com bons olhos pela sociedade patriarcal da época, fato que foi alterado com o passar do século XIX.²³

As idas às lojas com produtos de “último gosto” chegados da Europa faziam com que as pertencentes desse estrato social alterassem os costumes da época, fazendo com que, de acordo com Rainho, “as mulheres brasileiras, ao abandonarem os trajes coloniais que em casa as confundiam com as escravas, comesçassem a se identificar na aparência com as europeias”²⁴

Esse processo descrito por Rainho exemplifica a ação mimética do vestuário, onde, por meio deste, os sujeitos tentam ao mesmo tempo se individualizar, ser pertencentes a um ou mais grupos. Logo, o ato de vestir é também um ato de comunicação, bem como exposição de questões sociais, culturais e econômicas.²⁵ A “boa sociedade” conecta, de certo modo, às pesquisas de Maria do Carmo Rainho e Camila Borges da Silva, que estudaram como os uniformes, insígnias e “fardas de gala” poderiam configurar socialmente prestígio, destaque e distinção social no período joanino no Rio de Janeiro, demonstrando ao mesmo tempo o poder que aqueles que trajavam tinham, bem como seu lugar de pertencimento à “civildade”. O trajar associava aqueles sujeitos a um determinado grupo específico e seletivo da população carioca. Deste modo, Camila Borges apresentou a indumentária como importante demarcador social, através de seu caráter simbólico no contexto investigado.²⁶

²³ Ver mais em: FREYRE, Gilberto. O brasileiro e o europeu. In: FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2004.

²⁴ Rainho, 2002, p.15.

²⁵ *Ibid.*

²⁶ SILVA, Camila Borges da. **O símbolo indumentário**: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808-1821). Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/obras_premiadas_pdf/livro_o_simbolo_indumentario.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

A pesquisadora Joana Monteleone também analisou como o vestir servia à hierarquia social da corte brasileira de D. Pedro II, onde os usuários poderiam demonstrar ou emular poder, riqueza e *status* social por meio de seu vestuário. A partir desta investigação, Monteleone analisou como uma parcela daquela população abastada buscou investir na aparência como forma de demonstrar as posições sociais que ocupavam. Seu trabalho permitiu observar como a indumentária pode servir ao meio social como forma de alimentar uma hierarquia por meio das vestes. A autora também buscou, por meio de diversas documentações, entender como os principais tecidos chegavam à cidade do Rio de Janeiro e como os mesmos eram transformados em peças do vestuário.²⁷

Destacamos que produções como estas nos possibilitam compreender as várias nuances da indumentária nos diferentes segmentos sociais do Brasil, além de nos apresentar vários caminhos teóricos e metodológicos que podem ser utilizados e adaptados para diversos temas de pesquisa relacionados à indumentária. Além disso, ressalta-se a importância da aparência para um determinado grupo de pessoas, que podem denotar até mesmo um posicionamento político e ideológico a partir do vestuário, como observamos a seguir.

Um exemplo dessa influência política se destaca pela história do mulato João de Deus Nascimento, de Salvador, que ao se trajar com uma estética francesa, demonstrava de modo visível seus ideais vinculados à Revolução Francesa, que inspiraram não somente os membros da Conjuração Baiana, mas também a forma como ele, um dos líderes da revolta, se vestia.²⁸

Nesta revolta, os brincos e búzios, bem como outras visualidades, eram aparatos identificáveis pelas autoridades e associados aos participantes deste movimento. Esse caso evidencia como o vestir esteve inserido em um campo de

²⁷ MONTELEONE, Joana de Moraes. **O circuito das roupas**: a corte, o consumo e a moda (Rio de Janeiro, 1840-1889). 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2013.tde-11042014-112626>. Acesso em 27 ago. 2022.

²⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015, p. 148-149.

significados, não se limitando somente à funcionalidade, mas também se conectando a aspectos subjetivos e às características distintivas de um grupo. No caso apresentado, percebe-se que a "cobertura corporal" dos membros da Conjuntura Baiana, mais que mero adereço ou adorno, era carregada de significados que identificavam seus participantes.

Nas palavras da historiadora Mara Rúbia Sant'Anna "[...] o vestir é o campo privilegiado da experiência estética, permitindo na apropriação dos objetos da vestimenta o usufruto de uma infinidade de signos que operam a subjetividade de cada sujeito, diariamente."²⁹ Além disso, os brincos e búzios naquele contexto imprimiam um elo visual importante entre o grupo revolucionário, bem como uma forma de pertencimento coletivo.

A produção historiográfica, mesmo que tenha ampliado sua percepção acerca dos objetos e sujeitos da pesquisa, privilegiou por muito tempo estudos sobre a indumentária através de uma perspectiva eurocêntrica, silenciando, assim, outras formas de vestir, sobretudo de pessoas negras. Contudo, é notório o esforço por parte de alguns historiadores da atualidade em buscar novos olhares que contemplem uma produção mais diversificada, onde os sujeitos tidos como subalternos sejam protagonistas, fomentando, assim, produções com narrativas mais plurais.

Considerando os vários significados do vestuário, Kelly Lislíe Julio buscou em sua obra "Práticas Educativas e Sociabilidades: Mulheres Forras em São João Del-Rei e São José Del-Rei (1808-1840)" investigar o vestuário por uma outra perspectiva, como forma de moldar os sujeitos. Segundo a autora, "as roupas, dentre os variados elementos, buscavam ensinar virtudes, moldar comportamentos e instruir as pessoas nos ideais de civilidade."³⁰

O modelo de civilidade no século XIX estava associado aos padrões europeus. Logo, as vestes também tinham como função ensinar tais virtudes de civilidade, moldando

²⁹ SANT'ANNA, Mara Rúbia. **Teoria de moda: sociedade, imagem e consumo**. 2ª ed. Rev. e atualizada. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016. p.75.

³⁰ JULIO, Kelly Lislíe. **PRÁTICAS EDUCATIVAS E SOCIABILIDADES: MULHERES FORRAS EM SÃO JOÃO DEL-REI E SÃO JOSÉ DEL-REI (1808-1840)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2007, p. 133. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-85SQLG>. Acesso em 05 set. 2023.

os sujeitos no contexto brasileiro. Nesse sentido, a autora acredita que as mulheres forras e libertas, assim como suas descendentes, ao utilizarem determinados produtos se aproximavam simbolicamente das mulheres “bem nascidas”. Nesse contexto, as mulheres negras se apropriavam, segundo os apontamentos da autora, dos elementos considerados como símbolos de civilização, mas, ao mesmo tempo, utilizavam e produziam elementos materiais próprios.

A visão da autora se contrapõe, de certo modo, aos estudos clássicos acerca da indumentária de pessoas tidas como subalternas ou que não pertenciam às elites, os quais defendiam que havia um processo de imitação das classes categorizadas como baixas às "classes altas", como apontam Gabriel Tarde e Lipovetsky.³¹

Porém, não podemos resumir a experiência dessas mulheres negras exclusivamente à imitação, como se elas fossem meras reprodutoras de padrões europeus. Um forte exemplo disso são as joias de crioulas, ou de joalheria escrava. Embora as mulheres brancas também utilizassem joias, a forma como algumas mulheres negras escravizadas, libertas e forras utilizavam essas joias em específico era algo muito *sui generis*. Em alguns casos, o uso ostentatório e barroco dessa joalheria pelas libertas e forras não deixava dúvidas aos demais sujeitos que elas eram detentoras de um certo poder aquisitivo.

Tal joalheria contemplava anéis, brincos, colares, penças de balangandãs produzidas entre os séculos XVIII e XIX aqui no Brasil. Esses produtos são considerados como frutos do entrelaçamento cultural da cultura brasileira através dos crioulos submetidos a escravidão e dos africanos vindos das várias partes da África e que aqui ressignificaram suas práticas, saberes culturais e materiais. É importante destacar que estas joias são consideradas por alguns pesquisadores como sendo os primeiros exemplares de joalheria brasileira.³²

³¹ LIPOVETSKY, GILLES. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

³² Ver: SILVA, Simone Trindade Vicente da. **Referencialidade e representação**: um resgate do modo de construção de sentido nas penças de balangandãs a partir da coleção Museu Carlos Costa Pinto. 2009. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) Universidade Federal da Bahia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/9811>. Acesso em 1 set. 2023. FACTUM, Ana Beatriz Simon. **Joalheria escrava baiana**: a construção histórica do design de jóias brasileiro. 2009. Tese (Doutorado

O Museu Carlos Costa Pinto, na cidade de Salvador, reúne a maior coleção desses exemplares, que representa não apenas a ascensão econômica e a forma como aquelas mulheres subverteram, muitas vezes, à lógica hierárquica existente, mas também expõe as crenças e religiosidades de suas usuárias.

Considerando a pouca produção historiográfica sobre a indumentária dos escravizados, recorreremos a alguns estudos que abordam como mulheres egressas da escravidão tiveram que criar diversos mecanismos para assegurar, de algum modo, para si e também os seus descendentes sua sobrevivência e inserção social. Ao analisar vários testamentos e inventários de costureiras, vendedoras, lavadeiras, quitandeiras negras no contexto de Vila de Pitangui, na Capitania de Minas Gerais, entre 1750 e 1820, Ana Caroline Carvalho Miranda compreendeu alguns desses simbolismos imbuídos através da indumentária.³³

Para além da inserção social, a autora percebeu a relação afetiva com a roupa. Deixadas de modo documentado para suas filhas e outras mulheres forras, bem como suas comadres como demonstração afetiva pela relação construída em vida, os apontamentos feitos por Miranda são capazes também de nos contar sobre a rede de sociabilidade tecida por elas em vida e alinhavadas pelas tramas dos tecidos em morte.³⁴ Além da relação afetiva, não podemos deixar de citar o valor econômico associado a tais roupas. Não havendo uma produção de tecidos "finos" no Brasil, parte dos tecidos vinham de fora. Nesse contexto, a produção local subsidiava a demanda existente para cobrir as vergonhas dos cativos, com tecidos em algodão, por exemplo.

Melhores vestes poderiam ser adquiridas por quitandeiras, vendedoras, lavadeiras e outros ofícios de ganho desempenhados pelas escravizadas e escravizados. Essas atividades possibilitaram, por meio dos ganhos com suas atividades de rua, obter melhores condições dentro do sistema escravista, seja para custear um teto para si, obtendo mais liberdade, seja adquirindo outros objetos que

em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.16.2009.tde-13012010-154213>. Acesso em: 02 set. 2023.

³³ MIRANDA, Ana Caroline Carvalho. O perfil socioeconômico das mulheres forras da vila de Pitangui (1750-1820). **Temporalidades**, v. 8, n. 2, p. 223-243, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/198461502114>. Acesso em: 01 out. 2023.

³⁴ *Ibid.*

não apenas aqueles dados pelos seus senhores. Dessa forma, o vestir era atravessado por várias nuances: classe, gênero, origem, ofícios etc.

Algumas inquietações nos guiaram na elaboração dos objetivos deste trabalho. Partindo das perguntas: De qual modo os escravizados se vestiam no contexto na primeira metade do século XIX e como protagonizaram suas trajetórias através da indumentária? Assim, objetivamos identificar possíveis práticas vestimentares mais percebidas entre a população escravizada do Recife na primeira metade do século XIX. Para tornar esta investigação possível, fizemos um cotejamento com alguns anúncios de fuga que nos permitiram visualizar essas diferenças. Além disso, buscamos entender como a indumentária poderia atuar como um elemento estratégico durante e após a fuga. Para tanto, propomos analisar os elementos gerais que compunham a indumentária dos escravizados, percebendo cores, materiais empregados e tecidos.

Dessa forma, levantamos a hipótese de que os escravizados compreendiam muito bem o simbolismo atribuído pela classe dominante na sociedade do Recife no século XIX a indumentária, assim como compreendiam que a troca de indumentária poderia ser um caminho adotado para a não captura. Desse modo, após a fuga, “camuflavam-se” socialmente, utilizando da estratégia da troca de traje para não serem reconhecidos e conseqüentemente capturados.

1.1 Fontes e metodologia

O *corpus* documental desta pesquisa contempla relatos de viajantes, posturas municipais, leis pragmáticas, iconografias e anúncios de fuga veiculados no jornal Diário de Pernambuco. Estes que continham, por vezes, informações detalhadas sobre o escravizado, desde aparência, altura, corte de cabelo, escarificações, até suas indumentárias (cores, tecidos, peças).

Para esta investigação, realizamos uma pesquisa documental utilizando o jornal Diário de Pernambuco, com recorte entre 1825 a 1835, o qual foi consultado por meio digital, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Destacamos que para a realização do estudo, optamos ao mencionar o referido jornal,

escrever sem acento em todo trabalho, considerando que era escrito assim no recorte cronológico adotado por esta pesquisa.

Foram catalogados 3.198 anúncios da seção *Escravos Fugidos/Fugidas de Escravos* do referido jornal, entre os anos de 1825 a 1835. Contudo, dados os poucos exemplares referentes aos anos de 1825 e 1826 escolhemos descartar esses dois primeiros anos. Dessa forma, adotamos como recorte cronológico desta pesquisa de 1827 a 1835.

Por meio dos anúncios foi possível compreender, de modo geral, como os escravizados de diferentes origens praticavam o vestir. Analisamos os anúncios considerando três categorias: o perfil dos sujeitos; sua indumentária; itens levados e os acessórios utilizados. Tal documentação guarda informações que lidas a contrapelo podem nos ajudar a compreender como pessoas reduzidas a escravidão traçaram estratégias de sobrevivência e resistência.

Wellington Barbosa da Silva, que analisou os anúncios de fuga com a finalidade de perceber a resistências dos escravizados, afirma que:

[...] os anúncios de fuga de escravizados são narrativas produzidas por pessoas que reduziram outras à escravidão. Eles trazem a narrativa seca e pragmática dos senhores escravistas (por meio dos quais eles tentavam fazer valer os seus direitos de propriedade sobre os escravizados fujões), mas também escondem, em suas entrelinhas ou em seus silêncios, o testemunho do outro. Ao encherem os anúncios com as características (físicas, raciais e até psicológicas) e os prováveis movimentos dos fujões, com uma forma de facilitar a sua recaptura, os senhores acabaram legando, sem querer, uma série de informações sobre os arranjos e refúgios forjados pelos escravizados na sua luta contra o cativoiro.³⁵

O perfil dos sujeitos contempla o sexo, origem e nação (no caso dos africanos). Na categoria indumentária observamos a recorrência das peças, tecidos, cores e estampas que compunham as vestes dos cativos. Abordamos os itens levados durante a fuga e utilizados para ludibriar as autoridades a camuflarem-se socialmente,

³⁵ SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre sobrados e mucambos**: escravidão e resistência negra no Recife oitocentista (1839-1850). Recife: Ed. UFRPE, 2022, p. 25. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/786>. Acesso em: 03 out. 2023.

pois, consideramos também as roupas como um elemento estratégico para os cativos após a fuga, onde por meio das trocas da indumentária os fugitivos poderiam construir uma outra imagem para si e para os outros. Observamos também os adornos utilizados, compreendendo-os como possíveis elementos que distinguiam os sujeitos de origens diferentes.

Como demonstra Gian Carlo, os termos pardo, cabra, crioulo etc. podem nos informar muito mais do que as origens desses sujeitos. Eles guardam convenções sociais de um determinado período, dizem respeito a condição social e econômicas dos progenitores, mestiçagem e apadrinhamento dos ditos indivíduos. Estes são alguns dos apontamentos feitos pelo historiador, ao analisar um corpus documental eclesiástico referente ao Recife entre o fim do século XVIII e início do XIX, os quais foram fundamentais para pensar os dados desta pesquisa.³⁶

Na documentação encontramos designações que apontam não apenas para as origens dos sujeitos, mas convenções sociais de uma época e do processo de mestiçagem. Termos como pardo, crioulo, cabra e mulato foram verificados na documentação, e acerca deles iremos tecer alguns comentários.

De acordo com Gian Carlo, crioulo é o termo utilizado para descrever uma pessoa que é descendente de um ventre escravizado e que nasceu enquanto ainda estava em cativeiro. Segundo o historiador, crioulo, não se referia a uma cor, mas indicava uma afiliação a uma nação ou origem familiar, podendo estar relacionado a um ancestral africano ou não. O termo "cabra" seria utilizado para descrever o resultado de um cruzamento entre pessoas de cor, sem uma mistura direta com pessoas de ascendência branca, qualificando, assim, um grupo. Já o "pardo" seria empregado como uma designação intermediária, representando uma das "inúmeras tonalidades diversas" e resultantes da mistura entre branco e negro, sendo determinada pela proporção da tonalidade da tez dos envolvidos nessa união.³⁷ Logo, os termos mencionados poderiam dizer respeito sobre qualidades dos sujeitos, bem

³⁶ SILVA, Gian Carlo de Melo. **Na cor da pele, o negro: escravidão, mestiçagem e sociedade no Recife Colonial (1790-1810)**. Maceió: EDUFAL, 2018.

³⁷ *Ibid.*

como origens e ou fazer referência a um processo de mestiçagem, os quais poderiam ter uma relação África ou não.

Uma das dinâmicas do escravismo foi agrupar os africanos em nações, como uma forma de organizar aqueles sujeitos em categorias. Logo, essa classificação dizia respeito ao sistema escravista, e não correspondia necessariamente a uma dada etnia na África.

Contudo, como afirma Mariza Soares, ao serem agrupados em torno dessas identidades, os africanos se organizaram e ressignificaram suas vivências. Passaram a pautar suas organizações étnicas e religiosas com base nas nações que poderiam ser os Mina, os Benguela, os Cassange e tantas outras.³⁸

Acerca disto, Valéria Costa nos aponta que:

O termo “nação africana” poderia se referir a grupos étnicos, como o *nagô ou anganô (anagonu)*; cidades, reinos ou mercados, a exemplos de *cassange, cabinda, benguela, angola, congo*; a nomes de ilhas, portos de embarque, entre outras denominações que remetiam à procedência do cativo. Refletiam mais uma estrutura de classificação e/ou nomenclatura do sistema escravista do sistema escravista do que a dinâmica de organização sociopolítica e a diversidade cultural dos povos da própria África.³⁹

Desse modo, a pesquisa apresenta dados a respeito de 1601 pessoas escravizadas, de ambos os sexos, este número está relacionado de modo direto a descrição da indumentária daqueles sujeitos submetidos a escravidão. Embora o número de anúncios coletados tenha sido superior, como citado, nem todos continham informações a respeito das indumentárias e alguns outros estavam repetidos, logo estes não foram considerados na pesquisa.

No recorte cronológico adotado na pesquisa o número de anúncios não se manteve proporcional ano a ano, isto se deu pela disponibilidade dos exemplares disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Vale destacar também que

³⁸ SOARES, Mariza de Carvalho. A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p.303-330, 2004. Disponível em: < http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/May07qmlnCYtl_nacao.pdf >. Acesso em: 16 out. 2023.

³⁹ Costa, V., 2013.

alguns anúncios citavam, por exemplo, apenas o tipo da indumentária utilizada, sem que houvesse menção as cores, tipos de tecidos e adornos pelo cativo.

A base de dados dessa pesquisa foi elaborada por meio de planilhas no *Microsoft Excel*, que nos permitiu fazer uma triagem dos dados para a pesquisa, após a coleta de todos os anúncios e categorias previamente elencadas.

Nesta pesquisa, foram também utilizadas duas imagens de Johann Moritz Rugendas, as quais nos ajudaram a compreender em termos visuais as descrições acerca da indumentária cativa. Para isso, utilizamos o método proposto por André Melo Mendes, o qual é dividido em duas partes. A análise das imagens proposta por Mendes nos permite em um primeiro momento fazer uma etapa de caráter analítico e posteriormente uma etapa de caráter sintético. As etapas se complementam e permitem ao analista chegar em interpretações mais consistentes acerca da imagem analisada.⁴⁰

A análise das posturas municipais, e principalmente a intitulada “Sobre vozerias, injúrias, indecências, e palavras obscenas nas ruas, contra a modéstia Pública, e polícia sobre os pretos”, de 1831 e publicada no jornal *Diario de Pernambuco*, que versava acerca de como os escravizados não deveriam estar trajados nas ruas do Recife se fez necessária para que pudéssemos compreender como funcionava o controle dos corpos dos escravizados, principalmente no dia a dia. Tais legislações atuavam como uma forma de moldar os indivíduos da urbe, estabelecendo normas de comportamento.

Além disso, utilizamos mapas do período com o intuito de ambientar o leitor com o Recife do século XIX, fazendo com que o mesmo consiga, juntos com os anúncios cotejados na pesquisa, compreender as estratégias de fuga dos escravizados e suas "andanças" pela cidade, seja no momento de fuga, seja por meios dos ofícios desempenhados no dia a dia. Para isso, utilizamos dois mapas de autoria

⁴⁰ MENDES, André Melo. **Metodologia para análise de imagens fixas** [recurso eletrônico]. Belo Horizonte, MG: PPGCOM UFMG, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/38143/2/andreMendesMetodImagens.pdf>. Acesso em 02 out. 2023.

de Conrado Jacob de Niemeyer e Pedro Alcântara Bellegarde, de 1841; e um outro de Henry Law, de 1856.

A partir deste contexto, dividimos este trabalho em três partes. A primeira delas foi intitulada de “Recife: entre becos, rios e sobrados”, na qual abordamos um panorama geral da cidade, mostrando a importância dos bairros centrais e os dos seus arrabaldes no cotidiano dos cativos, além de expor como as redes de sociabilidade poderiam ser construídas e utilizadas numa fuga. As fugas eram anunciadas no jornal Diário de Pernambuco que, por meio de uma linguagem senhorial, comunicavam à sociedade as evasões com intuito de recuperar os cativos, estes, por sua vez, utilizavam dos meios possíveis para não serem pegos. Nesse sentido, apresentamos também, através de uma discussão historiográfica, o conceito de liberdade como algo dinâmico.

No segundo capítulo expomos a indumentária e algumas nuances. Para isso, abordamos como a forma como alguns sujeitos se vestiam em determinados momentos e contextos foi motivo de restrição e incomodo. Para isso, utilizamos como exemplo algumas leis pragmáticas e cartas régias que exemplificam essas restrições desde o século XVIII. Embora as referidas leis não estivessem mais em vigor no início do século XIX, como forma de cercear a prática vestimentar de alguns sujeitos, isso não implica dizer que não houvesse uma hierarquia visual vigente, mesmo que isso não estivesse explícito por meio de leis e normativas, como foi o caso das citadas leis pragmáticas. No século XIX, as posturas municipais operavam de modo menos impositivas e calcadas na moral católica para versar sobre a indumentária dos cativos, mesmo que de modo sutil.

Discorremos também sobre como os cativos eram descritos pelos viajantes, considerando, para isso, a abordagem proposta por Patrícia March de Souza em *Escravo Vestido*. Além disso, tratamos de entender as finalidades que estavam por trás desses relatos de viagens e como estavam inseridos no mercado editorial da época. Utilizamos ainda imagens de autoria de Rugendas e Luis Schlappriz, com intuito de expor como pessoas submetidas a escravidão eram representadas nas obras, além de demonstrar de forma visual o que abordamos na documentação escrita. Dessa forma, tentamos entender o contexto da produção e circulação das imagens

desses dois estrangeiros que retrataram o Recife e representaram a população negra do século XIX por meio das suas obras.

No terceiro capítulo, abordamos com mais detalhes os elementos da indumentária mais percebidos nos anúncios de fuga como sendo mais utilizados por um determinado grupo de escravizados. Para isso, mapeamos as nações africanas mencionadas na referida documentação e buscamos investigar por meio dos brincos, panos da costa e colares de conta etc. como tais adornos poderiam funcionar como demarcadores sociais entre a própria comunidade escravizada, além de percebê-los como sendo elementos constituintes da identidade. Embora tenhamos feito um cotejamento de todos os itens encontrados no corpo do texto, decidimos lista-los por meio de quadros no final deste trabalho, e disponíveis em anexo.

2 RECIFE: ENTRE RIOS, BECOS E SOBRADOS

A cidade do Recife na primeira metade do século XIX foi marcada por vários conflitos políticos, insurreições, aumento significativo da população, mudanças arquitetônicas e de novas Posturas Municipais que tentaram trazer “civilidade” ao lugar e modificar o comportamento da população através da influência europeia. É nesse contexto que europeus, indígenas, crioulos e africanos de diversas condições jurídicas conviveram e estabeleceram intensas trocas culturais, (re)elaboraram novas práticas sociais e culturais, foram influenciados e também influenciaram uns aos outros.

O historiador Raimundo Arrais, em sua obra “O Pântano e o Riacho: A Formação do Espaço Público no Recife no Século XIX”, elaborou sua análise por meio de uma “história social do urbano”. Seu objetivo foi investigar a produção material e simbólica da cidade enquanto espaço público, resultante das disputas de narrativas entre os grupos sociais, os quais deram significados às construções e às ruas.

Dessa forma, a finalidade do trabalho de Arrais é compreender os sentidos atribuídos e que nortearam a formação da cidade, do ponto de vista material, e como os grupos sociais buscaram imprimir tais narrativas. Para alcançar este objetivo, o autor regressa ao período em que o Recife era apenas um “povoado de pescadores”, até se tornar a terceira cidade mais importante do Império. Inserindo-a no contexto do sistema capitalista, onde o desenvolvimento das cidades industrializadas europeias inspirava as elites da capital da província pernambucana, as quais absorveram valores e ideias de uma suposta civilidade da Europa. Desse modo, a influência foi traduzida de forma material, “através de uma retórica de modelos arquitetônicos, de inscrições gravadas em mármore, de mudanças de nomes dos logradouros.”⁴¹

Tal trabalho nos possibilita compreender o desenvolvimento da freguesia de São Frei Pedro (hoje bairro do Recife), a freguesia de Santíssimo Sacramento de Santo Antônio (atual bairro de Santo Antônio) e a freguesia do Santíssimo Sacramento

⁴¹ ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH USP, 2004, p. 14.

da Boa Vista (atual bairro da Boa Vista), e como essas localidades posteriormente se tornaram os bairros centrais da cidade. Arrais expõe a relação direta da localidade com as águas, associando o desenvolvimento urbano a esta questão. Para ele: “[...] o bairro do Recife recebeu as primeiras construções ligadas às primitivas atividades de ancoragem, transporte e armazenamento mercadorias [...]”.⁴²

Os dados apresentados por Figueira de Melo referentes a população da cidade do Recife em 1828 nos possibilitam compreender como os sujeitos estavam ocupando o espaço geográfico. Considerando três bairros centrais (Recife, Santo Antônio e Boa Vista), a população era composta por 25.678 "almas", destas, 7.935 eram pessoas escravizadas. Logo, 30,9% dos sujeitos que viviam na "centralidade" do Recife eram pessoas que estavam na condição de escravidão.⁴³ A imagem abaixo nos revela a configuração geográfica da cidade no século XIX e o istmo que ligava as cidades do Recife e Olinda.

⁴² Arrais, 2004, p. 103.

⁴³ FIGUEIRA DE MELO, Jerônimo Martiniano. **Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco**. Estado de Pernambuco, Conselho Estadual de Cultura, 1979.

Figura 1 -Mapa da cidade de Recife no século XIX e seus arrabaldes.



Fonte: LAW, Henry. Planta da cidade de Recife, mostrando os melhoramentos propostos no porto. Escala: 1:400 [s/l], 1854, planta, preto e branco; 66,5 x 56, cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1285200/cart1285200.html. Acesso em: 12 out. 2023.

Usando o mapa a cima, podemos ver em detalhes os três bairros centrais que serão tratados neste capítulo, conforme podemos ver na segunda imagem abaixo:

Figura 2 - Bairros centrais do Recife no século XIX



Fonte: LAW, Henry. Planta da cidade de Recife, mostrando os melhoramentos propostos no porto. Escala: 1:400 [s/l], 1854, planta, preto e branco; 66,5 x 56, cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1285200/cart1285200.html. Acesso em: 12 out. 2023.

O crescimento econômico e social da cidade teve relação direta com o ancoradouro “perfeito” que a natureza criou: o porto, que facilitava o escoamento do açúcar e do algodão. Mas, foi com a invasão holandesa que a localidade, com poucas edificações, passou a ter significativa transformação urbanística. Com a destruição de Olinda após um incêndio, o Recife passou a ser a “menina dos olhos” da administração de Maurício de Nassau que abrigou, na ilha de Santo Antônio Vaz, a sede administrativa holandesa, como afirma Raimundo Arrais.⁴⁴

Ao instalar a sede do governo de Nassau na Freguesia do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio (bairro de Santo Antônio), o governo nassoviano fez uma série de transformações estruturais para então atender às novas necessidades.

⁴⁴ Arrais, 2004.

Visto que a centralidade política e econômica da província de Pernambuco, até então, era a cidade de Olinda, esta ligada a Recife por meio do istmo.

Para o historiador Gian Carlo, as melhorias deixadas após a invasão dos holandeses em termos de infraestrutura na cidade do Recife possibilitaram uma maior integração entre freguesias. Essas transformações foram fundamentais para que a Freguesia do Santíssimo Sacramento (bairro de Santo Antônio) e a Freguesia de São Frei Pedro (bairro do Recife), antes aldeia de pescadores, passassem a ser um dos locais mais povoados da cidade do Recife no século XVIII, fato também ligado a ponte construída entre essas duas regiões, a qual permitia um fluxo maior entre pessoas.⁴⁵

Para Valéria Costa, o bairro do Recife era o ponto central da economia provinciana, o lugar concentrava grande circulação de mercadorias locais e de fora da província. Havia também várias casas, inclusive de comerciantes importantes que, segundo a historiadora, fomentaram um intenso trabalho doméstico, além de prédios importantes, tais como: a Associação Comercial Agrícola, o Arsenal e a Associação Beneficente, bem várias outras edificações espalhadas pelas 27 ruas, 13 becos e 7 travessas da região.⁴⁶

Em 1816 o viajante Tollenare fez algumas observações referentes à dinâmica do bairro do Recife. Considerado pelo estrangeiro como o mais mal edificado, em relação aos outros dois bairros centrais, essa percepção do estrangeiro se dava pelas antigas habitações, uma vez que o povoamento da cidade do Recife se deu a partir deste bairro. As edificações de dois a quatro andares chamaram a atenção do estrangeiro, sobretudo pelas grades nas janelas, sintoma de uma sociedade patriarcal que afastava as mulheres livres e com certo poder aquisitivo das ruas. As vestes dos negociantes pareciam atender ao gosto do viajante, que se vestiam à moda europeia. Para a historiadora Mara Rubia Sant'Anna, as elites do Brasil do século XIX ainda importavam imagens idealizadas, pois consumir produtos estrangeiros ou criar uma aparência nesses moldes era uma forma de expressar certa "civildade".⁴⁷

⁴⁵ Silva, G., 2014.

⁴⁶ Costa, V., 2013, p.73-74.

⁴⁷ Cf. SANT'ANNA, Mara Rubia. **Império**: uma civilização dos trópicos. Estação das Letras e Cores Editora, 2020.

Lojas de vários artigos estavam espalhadas pela cidade, as quais atendiam as diversas necessidades da população do Recife nos oitocentos. Em 1841, por exemplo, era possível encontrar boticários espalhados pelos três bairros, sendo três deles no Recife, dez em Santo Antônio e quatro na Boa Vista. Os contemporâneos deste período também encontravam várias lojas e serviços, tais como: alfaiates, lojas de couro, louças, tabernas, dentre outros produtos⁴⁸. Parte desses produtos vindos de fora alimentavam os desejos da parte da população em pertencer, mesmo que simbolicamente, à Europa. Contudo, a população não era apenas abastecida através das lojas. Produtos de diversos gêneros eram oferecidos pelas vendedeiras, como era o caso da cativa Catharina, que atuava no comércio de rua.⁴⁹

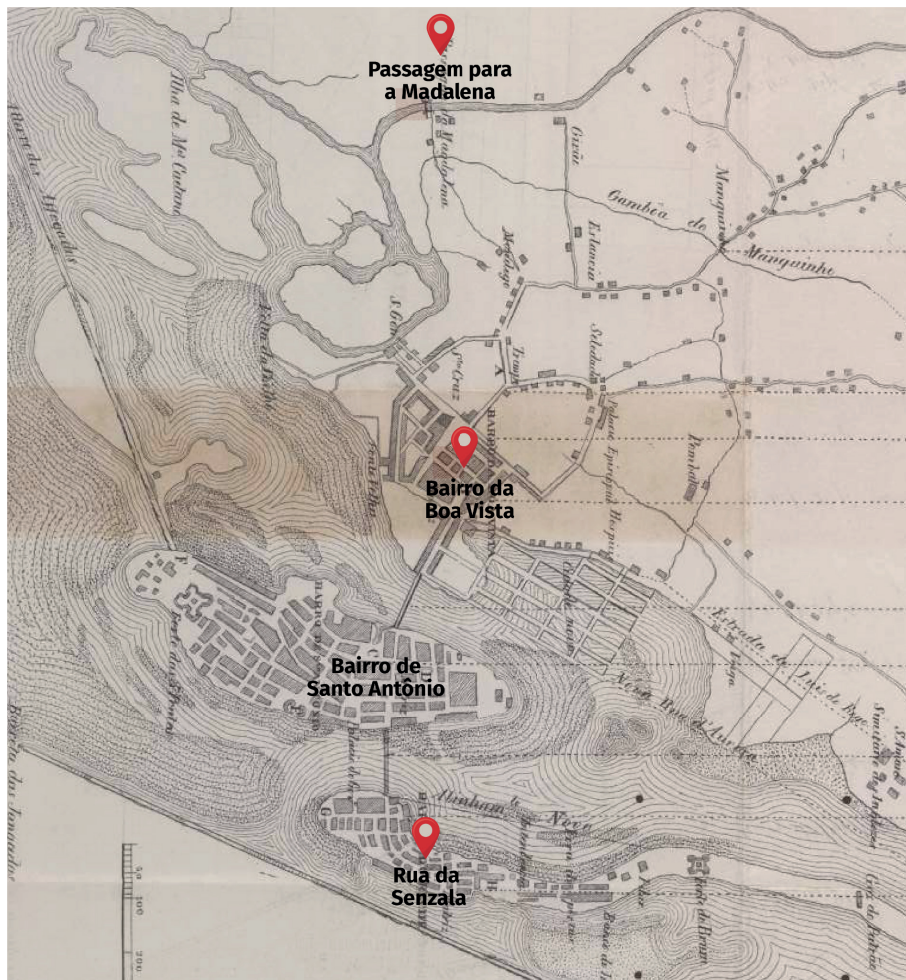
Em 1831, no anúncio da fuga da vendedeira que comercializava pão de ló na passagem da Madalena, era informado que caso encontrassem a fujona, entregasse-a na rua da Senzala Velha, na freguesia do Recife. Também era afirmado que a vendedeira era bem conhecida no bairro de Boa Vista. Se consideramos a rua da Senzala Velha como sua possível morada, percebemos que a cativa cruzava os bairros centrais para vender seus produtos. A fuga de Catharina nos permite compreender um pouco mais sobre a dinâmica das mulheres que faziam comércio de rua, que percorriam significativas distâncias e estabeleciam redes de solidariedade e sociabilidade, as quais eram fundamentais para o êxito da fuga.⁵⁰

⁴⁸ APEJE. Folhinhas de Algibeira (1848).

⁴⁹ HDBN. Diário de Pernambuco, 12/09/1831, n° 195. In: Escravos Fugidos.

⁵⁰ Entendemos essas redes de ajuda e apoio como um dos elementos que constituíam a vida social dos cativos. Contudo, não eram estabelecidas apenas entre escravizados, mas também entre pessoas libertas e livres. A relações complexas existentes no sistema escravista, como aborda Kátia Mattoso, poderia ser, “mais amenas entre senhores e escravos do que entre dois escravos ou entre escravos e alforriados. No entanto, o escravo necessitava de solidariedade, que procurava e encontrava em complicadas práticas sociais cujos mecanismos, embora mal conhecidos, encontram alguma explicação na vida associativa: vida familiar, vida em grupo, vida religiosa, comunidades insurrecionais e de foras da lei.” Cf. MATTOSO, Kátia Mytilineou de Queirós. **Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX**. Petrópolis: Vozes. 2016. p. 149. Para Marcus de Carvalho, as redes de sociabilidade “era um instrumento extremamente relevante nessa luta”, para o historiador “dentro do espaço urbano, os laços de solidariedade entre os cativos operavam de diversas maneiras. Às vezes até radicais. Pertencer a mesma família, etnia, confraria – uma simples amizade- e às vezes apenas ser escravo, poderia servir para atrair o apoio dos outros”. Ver mais: CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Reescravização e malhas de solidariedade, p. 237-238. In: **Liberdade: rotinas e rupturas do Escravismo no Recife (1822-1850)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

Figura 3 - Bairros centrais do Recife e alguns arrabaldes



Fonte: NIEMEYER, Conrado Jacob de; BELLEGARDE, Pedro Alcantra. Planta e nivelamento. Escala: 1:300 [s/l]. In: Figueira de Mello, *op cit.* p. 29. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1563775/cart1563775.pdf. Acesso em: 02 nov. 2023.

Considerando a efervescência da primeira metade do século XIX no Recife, resultante das intensas trocas comerciais, por estar no centro dos debates políticos e econômicos da província e por ser palco de um fluxo considerável de pessoas, o

historiador Wellington Barbosa da Silva afirma que a cidade e seus arrabaldes poderiam funcionar como cidade esconderijo, não apenas para os cativos fugidos dos engenhos, mas também para escravizados da urbe. Nesse sentido, a cidade apresentava possibilidades múltiplas para que os evadidos pudessem gozar de uma liberdade ainda que efêmera.⁵¹

O historiador Marcus Carvalho considera que havia várias semelhanças entre Recife e as demais cidades escravistas no Brasil. Apesar das similaridades, também existiam aspectos que a tornava particular, como por exemplo seus rios, que interferiam na arquitetura das casas, sendo algumas destas projetadas com suas frentes voltadas para o curso das águas, onde os moradores podiam em dias quentes se refrescar, bem como utilizar dessa fonte natural de água doce para o abastecimento doméstico. Para se ter ideia, a freguesia de Santo Antônio do Recife era cercada pelos dois rios (Capibaribe e Beberibe), os quais desembocam no oceano. Sobre esse aspecto, destaca-se que era por meio dessas vias fluviais que os sujeitos escravizados transportavam mercadorias e pessoas.⁵²

Assim como Marcus de Carvalho, Raimundo Arrais também destaca a importância do curso das águas para o contexto da época. Para Arrais, havia uma relação direta dos rios com a economia na província, pois “na primeira metade do século XIX, a ligação de homens e bens dos arrabaldes com a área urbana se efetuava por meio dos rios”.⁵³ Desse modo, o transporte de diversos gêneros de mercadorias, bem como de pessoas, era feito em grande medida por pessoas submetidas à escravidão. Os canoeiros eram conhecedores dessas vias fluviais e percorriam longas distâncias, como notado no anúncio de fuga de Francisco:

No dia 23 do corrente fugiu um negro de nome Francisco de nação cassange, com ofício de canoeiro, estatura ordinária, já acostumado a fugir, e ainda a botar canoa já em Olinda, já na passagem da

⁵¹ Silva, W., 2022.

⁵² Carvalho, 2010.

⁵³ Arrais, 2004.

Magdalena, já nos Martírios, e já em um tanque d'Água no aterro dos Afogados [...].⁵⁴

Francisco poderia se valer do seu conhecimento para benefício próprio ou para ajudar algum outro escravizado. As relações estabelecidas entre canoeiros e demais cativos por meio das redes de solidariedade e sociabilidade, poderiam ser extremamente úteis no momento da fuga. Os bairros centrais de Recife, Santo Antônio, Boa Vista e arrabaldes, que tinham perfis populacionais distintos e possuíam dinâmicas próprias, bem como semelhanças, colocavam em constante contato pessoas submetidas a escravidão, sujeitos pobres livres e fomentavam suas relações.

O bairro de Santo Antônio era o mais populoso, abrigava além de uma vasta população livre, o maior contingente de escravizados da cidade. Além disso, o bairro também concentrava uma população com certo poder aquisitivo. Possuir pessoas era sinônimo de riqueza, logo, a concentração dos cativos naquela localidade provavelmente estava associada a esse fato. Contudo, nem só de pessoas com certo cabedal econômico se fazia o bairro. Havia um contraste que marcava a região, a parte sul da freguesia morava pessoas pobres e escravizadas que "viviam sobre si". Cabe observar que, posteriormente, parte desta população foi desmembrada e se tornou a freguesia de São José, como veremos mais adiante. Já ao norte, estavam localizadas uma camada mais abastada da população.

O historiador Gian Carlo destaca que a localidade era caracterizada por possuir lojas de luxo, bem como casas e ruas que tornava o lugar muito singular, além de ter ligação com o continente, que propiciava um fluxo considerável de pessoas em trânsito pela localidade.⁵⁵ Ali viviam 3.019 sujeitos e sujeitas submetidos à escravidão, sendo a localidade com maior número de pessoas nesta condição. Em segundo lugar estava o bairro do Recife, caracterizado pela presença das atividades portuárias, com 2.640 pessoas na mesma situação. Vale destacar que a população escravizada e livre no bairro do Recife era muito próxima em termos numéricos. Atrás destes aparecia a Boa Vista, o mais residencial de todos os outros, com 2.276 almas escravizadas.

⁵⁴ HDBN. Diário de Pernambuco. 26/03/1834. n.º 351. In: Escravos Fugidos.

⁵⁵ Silva, G., 2014.

Embora os números apresentados nos censos não representem com exatidão o quantitativo real da população na primeira metade do século XIX, por uma série de fatores, é possível usá-los tendo em vista suas fragilidades, como destaca Marcus Carvalho. O autor aponta que em 1828, ano do censo, ainda estava ocorrendo a Guerra da Cisplatina (1825-1828)⁵⁶, que utilizou de boa parte dos recrutados da Confederação do Equador (1824-1828)⁵⁷. Podemos supor que o “aproveitamento” desses homens para o segundo conflito possa ter gerado medo, fazendo com que dados fossem omitidos no intuito de que no futuro, os jovens homens não fossem convocados, uma vez que o serviço militar durava de 7 a 14 anos.

Associado a essa inconsistência dos dados podemos destacar para o caso dos homens livres em idade de recrutamento, que a omissão se dava pelo temor ao recrutamento militar e/ou da Guarda Nacional. No caso da subnotificação do número dos escravizados por parte dos senhores estava o receio de pagamentos referentes a impostos. Sobre isso, a historiadora Valéria Costa destaca a lei de nº 59, de outubro de 1833, que alterou o imposto em relação ao selo e criou um pagamento anual dos escravizados.⁵⁸ Ainda segundo Costa, os párocos, com receio de que os dados acarretassem a subdivisão de suas paróquias, omitiram os dados.

Além dos citados, Raimundo Arrais lembra que a divisão das freguesias suburbanas tinha também um viés eleitoral. Segundo ele “[...] fatiar territórios era o expediente utilizado para fragmentar e redistribuir o eleitorado, a bel prazer dos vencedores do dia, de modo que, por vezes grandes proporções de territórios eram

⁵⁶ O conflito entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina) que tinha como motivação a disputa da região da Cisplatina (atual Uruguai). O início dessa disputa se deu ainda no período colonial, quando em 1680 a coroa portuguesa construiu um forte às margens do Rio da Prata, o qual deu origem à Colônia do Sacramento. Veja mais em: LUFT, Marcos Vinícius. **“Essa guerra desgraçada”**: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 20013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/76239>. Acesso em 09 set. 2022.

⁵⁷ O movimento revolucionário com finalidades republicanas movido pelo sentimento anticolonialista e contra o autoritarismo de Dom Pedro I que teve início em Pernambuco no ano de 1824, ganhou maiores proporções, abarcando também as províncias vizinhas foi ocasionado pelo fechamento da Assembleia Constituinte de 1823 pelo então imperador. Ainda que breve, o movimento conseguiu estabelecer um governo. Ver mais em: ALARCÃO, Janine Pereira de Sousa. **O saber e o fazer**: República, Federalismo e Separatismo na Confederação do Equador. 2006. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.repositorio.unb.br/handle/10482/2509>. Acesso em 09 set. 2022.

⁵⁸ Costa, V. 2013, p. 31.

subtraídas de uma freguesia e incorporadas a outras [...]”. Deste modo, haveria uma dificuldade de comparar de modo quantitativo a população em diferentes temporalidades.

Importante ainda destacar que os três bairros centrais estavam ligados por meio de pontes, algo que Gilberto Freyre percebe como herança do período holandês. Conforme a historiografia, Peter Post foi designado por Nassau para construir tais passagens, que para a época (século XVII), eram altamente tecnológicas, o que possibilitou maior urbanização ao bairro de Santo Antônio, “[...] onde antes só havia um convento de frades e algumas palhoças de pescadores.”⁵⁹ A historiadora Lídia dos Santos vai além da “conectividade” entre as ilhas, acrescenta que as pontes tinham importância no que se refere a sociabilidade e divertimento da cidade, em meados do século XIX, e destaca que a ponte da Boa Vista acabou sendo um dos pontos mais cobiçados de encontros.⁶⁰ Logo, esses pontos de encontro funcionaram também como uma forma de expor, por vezes, o que os sujeitos tinham de mais belo e refinado no seu guarda roupa.

O viajante Tollenare ainda relatou em 1817, que mulheres negras elegantes, em geral, crioulas, desempenhavam ofícios como lavadeiras, vendeiras, costureiras, entre outras atividades. Por meio desses trabalhos de “portas a fora”, elas deveriam entregar aos seus senhores uma quantia semanal de 6 francos.⁶¹ No contexto carioca, o trato com as roupas foi observado pela pesquisadora Joana Monteleone em sua tese “O Circuito das Roupas: A Corte, o Consumo e a Moda (Rio de Janeiro, 1840 – 1889)” que expõe, entre outras coisas, que mulheres escravizadas ou não, estavam ligadas ao “zelo” e à confecção das vestes. Utilizando-os de modos distintos para a lavagem, a depender do tipo de tecido que era empregado na confecção, essas mulheres poderiam engomar e lavar roupas feitas com tecidos “finos”, com cuidado e sabão importado.⁶²

⁵⁹ Freyre, 2004. p. 273.

⁶⁰ SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. **Luminárias, músicas e sentimentos patrióticos: Festas e política no Recife (1817-1848)**. 2018. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13363>. Acesso em: 12 ago. 2022.

⁶¹ Tollenare, 1906, p. 142.

⁶² Monteleone, 2013.

No século XIX, possuir uma escravizada que soubesse coser, lavar e engomar poderia render bons lucros aos senhores. Quem precisasse de roupa lavada e engomada na cidade de Olinda, por exemplo, poderia ir até a ladeira do Varadouro, na casa de nº 4, conforme o anúncio no jornal afirmava. No caso de algumas cativas que desempenhavam trabalho “portas a fora”, uma parte arrecadada com seus serviços poderia ficar consigo, desde que pagasse uma quantia previamente acordada com seu senhor. Dessa forma, era possível o cativo custear um teto para si, sem a necessidade de conviver com o seu senhor, obtendo certa “liberdade” dentro do sistema escravista, tudo isso fazia parte das negociações estabelecidas entre escravizados e senhores.

Sobre a configuração do trabalho escravo na cidade, Ana de Lourdes Ribeiro da Costa faz alguns apontamentos. Para ela, no meio urbano havia três tipos de grupos de escravizados: os de ganho; os de aluguéis e os domésticos. Sobre os dois primeiros, os seus senhores poderiam obter lucros sobre o trabalho desempenhado com os serviços desenvolvidos. Contudo, havia diferenças. Enquanto os de ganho poderia ficar com parte do lucro, os de aluguéis não. Entretanto, a autora faz ressalvas sobre os termos, pois o mesmo sujeito poderia desempenhar as duas categorias de trabalho.⁶³

No caso dos cativos de ganho, o trabalho se dava fora da residência do seu senhor, o que poderia propiciar certos privilégios dentro deste sistema. Por meio da venda dos vários produtos pelas ruas, ou desempenhando vários ofícios que rendiam lucros, os escravizados poderiam custear um teto, comprar melhores vestuários ou acumular pecúlio para aquisição da alforria. A entrega de parte do rendimento deveria ser entregue por semana ou dia, conforme acordado previamente. Tudo fazia parte, em grande medida, de um processo de negociação entre senhores e cativos.⁶⁴ Além disso, estar longe da vista do seu senhor poderia propiciar aos escravizados elaborar estratégias diversas para construir uma evasão. Essa certa autonomia fomentaria,

⁶³ COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. Espaços negros: "cantos" e "lojas" em Salvador no Século XIX. **Caderno CRH**. Suplemento, p. 18-34, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v4i0.18842>. Acesso em: 24 set. 2022.

⁶⁴ *Ibid.*

como destacado por Danilo Marques, o desejo pela alforria, fazendo com que os cativos utilizassem de diversos meios para atingir tal objetivo.⁶⁵

Cada bairro tinha uma dinâmica particular. Segundo Maciel Henrique, a freguesia da Boa Vista tinha como característica quintais amplos, bem como sítios. O que o diferenciava dos outros dois bairros centrais. Para o autor, é importante pensar o Recife em meados dos oitocentos, não apenas sob a ótica dos bairros centrais, mas também pelos subúrbios.⁶⁶ Esses lugares afastados poderiam servir de refúgio para os cativos.

Maciel Henrique ainda afirma, com base em dados coletados por Figueira de Mello, que no ano de 1852, era possível que existissem pessoas livres ou libertas que poderiam viver na chamada “cidade”. O autor utiliza o termo para fazer referência aos bairros centrais da cidade do Recife, que possuíam um padrão habitacional marcado por construções de pedra e cal. Assim, não necessariamente as fugas se davam para as matas ou para os subúrbios, mas poderiam ser até mesmo para a centralidade da cidade. Tudo dependia das oportunidades encontradas, dos laços estabelecidos e dos abrigos disponíveis.

Sobre os limites desses bairros e arredores, Marcus Carvalho afirma que é quase impossível comparar a mesma freguesia em momentos distintos. A exemplo, a freguesia de São José, que aparece na contagem de 1855, é parte do todo chamado do bairro de Santo Antônio (freguesia do Santíssimo Sacramento) em 1828. Só em 1844, por meio de uma lei, a freguesia de São José foi desmembrada da freguesia do Santíssimo Sacramento. À medida que a cidade foi crescendo, esses arrabaldes foram ganhando maior importância para o contexto urbano, como afirma Maria de Melo.⁶⁷

⁶⁵ Marques, 2016.

⁶⁶ SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7825>. Acesso em: 03 abr. 2022.

⁶⁷ MELO, Maria Carneiro Lacerda de. **A relação dos mercados públicos de São José e da Boa Vista com a Cidade do Recife entre 1820 e 1875**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3323>. Acesso em: 20 out de 2022.

Levando em consideração que a posse de escravizados era um *status* social e econômico, a freguesia de São José era a região mais pobre em relação às três localidades centrais. Para Valéria Costa, ali era “[...] considerado reduto de gente negra sem posses.”⁶⁸ A concentração de gente preta livre naquela localidade era superior aos outros, sendo um local de residência de muitos negros de ganho, que semanalmente pagavam jornais aos seus senhores, por meio de acordos estabelecidos previamente.

Para Costa, umas das várias estratégias agenciadas pelos escravizados era fomentar cada vez mais autonomia dentro do regime escravista, considerando todas as limitações que o sistema impunha. Como exemplo, o teto próprio ou viver sobre si eram um dos meios conquistados pelos escravizados para que pudesse ter mais liberdade e autonomia, ficando longe da vista do seu senhor.⁶⁹ O historiador Wellington Barbosa da Silva corrobora com Valéria Costa e acrescenta que por ali moravam diversos trabalhadores do porto.⁷⁰ O fato destaca que a localidade era habitada por pessoas sem muitas posses que compartilhavam vivências similares em seu dia a dia.

Dessa forma, os ofícios desempenhados nas ruas pelos escravizados possibilitaram que eles tecessem uma rede de contatos vasta, a qual poderia ser acionada em seu momento de fuga. Vale destacar que muitas das fugas nem sempre eram para fora da urbe, no caso para as matas. Os cativos, por vezes, trocavam apenas de bairro e continuavam a viver adotando um outro nome e assumindo uma outra identidade.

2.1 Diário de Pernambuco: o cotidiano anunciado

O 24º veículo de imprensa oficial no Brasil, o Jornal Diário de Pernambuco, teve sua primeira edição publicada em 7 de setembro de 1825 e se posicionou no mercado, naquele dado momento, como sendo um meio de anúncio. O seu fundador, José de

⁶⁸ COSTA, Valéria. **Ômira**: mulheres e homens libertos da Costa d’África no Recife (1846-1980). 1. Ed. São Paulo: Alameda, 2021.

⁶⁹ Costa, V., 2013. p. 77

⁷⁰ Silva, W., 2022.

Miranda Falcão, da Tipografia de Miranda e Companhia, parece ter enxergado uma oportunidade de negócio na cidade do Recife.

Para Gilberto Freyre, o jornal se modificou com o passar do tempo, se tornando noticioso, incorporando opiniões e comentários sobre determinados assuntos, o que não fez diminuir os conteúdos de anúncio. Com o crescimento, ganhou tamanha projeção que chegou a ser um dos maiores norteadores do público brasileiro durante o reinado de dom Pedro II.⁷¹

Não por acaso, diversos anúncios estavam ali misturados com outras informações. Segundo Lilia Schwarcz, os anúncios representavam uma parte significativa da renda dos periódicos.⁷² Embora, inicialmente, o Diário de Pernambuco se dispusesse a publicar anúncios gratuitamente, é possível que José Miranda tenha percebido que poderia transformá-los em uma fonte de renda.⁷³

Aparecia de tudo naquelas páginas; assuntos econômicos se misturavam com descrições de cenas cotidianas. As publicações aconteciam de segunda a sábado e tinham como objetivo facilitar a troca de informações comerciais e políticas entre os sujeitos do Império do Brasil.

Como a taxa de pessoas não alfabetizadas era alta nesse período, uma das formas encontradas para que as notícias chegassem ao maior número de sujeitos foi por meio da leitura em voz alta em espaços públicos, como aponta Ana Karine Bastos. Assim, essas informações eram sinalizadas dentro do próprio jornal, o que tornava possível o compartilhamento do conteúdo impresso às várias camadas que habitavam a cidade, mesmo para aqueles que não sabiam ler. A indicação da leitura em voz alta era uma forma de sinalizar algo importante, e algo que começou a ser utilizado com maior frequência a partir do mês de outubro de 1831, como foi percebido durante o levantamento desta pesquisa.⁷⁴

⁷¹ FREYRE, Gilberto. **Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Gilberto Freyre. – 2^a. ed, aumentada. São Paulo: Campanha Editorial Nacional, 1979.

⁷² Schwarcz, op.cit.

⁷³ HDBN, Diário de Pernambuco, 07/11/1825, n. 01. In. Introdução

⁷⁴ BASTOS, Ana Karine Pereira de Holanda. **Anúncios de escravos**: traços de mudanças e permanências de tradições discursivas nos jornais do Recife. 2016. Tese (Doutorado em Letras) -

Para José d' Assunção Barros, é necessário compreender a relação dialética quando tratamos dos textos das edições em jornal como fontes históricas. Abordando uma “interação efetiva entre o 'circuito de produção', a 'mensagem' ou conteúdo e a 'recepção”.⁷⁵ Todavia, essa tríade não se resume apenas a periódicos, como afirma o autor, mas está presente em boa parte de outros tipos de fontes.

Assim, essas edições são produzidas com um propósito previamente estabelecido nesse circuito de produção (sociedade), sendo, portanto, produto do seu tempo. Segundo Barros, no início do século XIX os jornais se distinguiam por serem mais de informação ou de opinião. No caso do Diário de Pernambuco, podemos identificar que ele tinha cunho informativo, abordando a entrada e saída de cargas, transações comerciais e publicação de posturas municipais a partir de 1831.

Os escravizados que eram tidos e vistos como mercadorias, eram assuntos de diversas seções no jornal, tais como: Compra, Venda, Aluguéis e Fugidas de Escravos/ Escravos Fugidos. No caso desta última, mais especificamente, é possível analisar como esses homens, mulheres e crianças eram percebidos e descritos pelos seus senhores.

Para Lília Schwarcz, até início do ano de 1880, boa parte dos anúncios abordavam ou faziam referência aos escravizados.⁷⁶ Além disso, para a autora, não havia certa rigidez sobre os anúncios, no sentido de que cada anunciante abordava o conteúdo da forma que julgasse necessário e legítimo. Isso estava associado com nas finalidades que se almejavam, como por exemplo: se o anúncio fosse de venda, qualidades poderiam ser exaltadas ou até mesmo criadas. Mas se a finalidade era a captura, elementos mais “concretos” deveriam ser abordados. Pois, criar certas características, principalmente físicas, poderiam fazer com que o escravizado evadido não fosse encontrado, ou que sua captura fosse dificultada.

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17830>. Acesso em: 26 set. 2022.

⁷⁵ BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos. Editora Vozes, 2019, p. 191.

⁷⁶ Schwarcz, 1987.

Podemos ver abaixo as descrições minuciosas do anúncio de fuga do cativo Ovidio, o qual nos permite compreender minúcias acerca da sua aparência, indumentária, idade, altura e outras coisas, como podemos observar:

No dia 21 do passado desapareceu um moleque crioulo, que representa ter de idade 18 anos, 7 a 8 palmos de altura, por nome Ovidio, levou vestido camisa de xila calça de brim, e jaqueta de pano verde com botões de metal amarelo, tem os olhos empapuçados, e boca grande, dentes claros, com a diminuição de um na frente, beiços grossos, e corpo um tanto grosso, joelhos algum tanto inclinados, para dentro, pés apalhetados, grande e cambado: os apreendedores o poderão pegar e leva-lo na rua do Livramento a Francisco Duarte Coelho, que mora na casa D. 18, pois promete gratificar bem o seu trabalho.⁷⁷

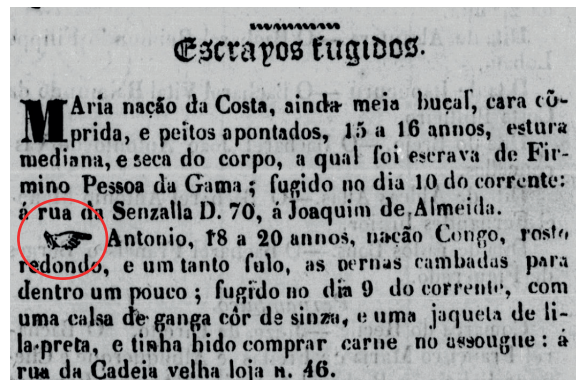
A riqueza de detalhes fornecidos pelo proprietário tinha como objetivo tornar, pelo menos em tese, o fugitivo reconhecível nas ruas. Dessa forma, quanto mais informações os capturadores obtivessem, maiores seriam as chances de identificar e capturar o escravizado.

Embora não seja a temática deste trabalho, não podemos deixar de registrar um fato. Ao longo da pesquisa, percebemos a constante menção aos seios das mulheres, o que nos leva a refletir sobre a sexualização dos corpos negros femininos. O corpo dos escravizados, de uma maneira ou de outra, ficava em evidência nos anúncios, onde, em tese, sinalizavam a boa saúde do cativo. Não era de interesse do possível comprador, no caso dos anúncios de venda, que o sujeito estivesse debilitado ou com aparência de adoentado.

Abaixo, podemos ver a menção aos seios da africana Maria, algo recorrente percebido durante a análise. Os seios em evidência poderiam estar também associados a outra prática perversa do sistema escravista que era obrigar as escravizadas a serem amas de leite.

⁷⁷ HDBN. Diário de Pernambuco. 04/05/1829, n° 95. In: Escravos Fugidos.

Figura 4 - Anúncio de fuga do Jornal Diário de Pernambuco para leitura em voz alta



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:
<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 19 out. 2022.

Na imagem acima também podemos observar a indicação leitura em voz alta, no anúncio do africano Antônio, originário da nação Congo. Como já mencionado, essa foi uma forma encontrada para que mais pessoas tivessem conhecimento acerca da aparência dos cativos.

Dessa maneira, a escolha da referida seção se deu em virtude das descrições feitas em relação a indumentária levada/usada durante a fuga, como podemos ver acima. Há informações sobre o tecido, cor e itens da indumentária que podem ser utilizadas para que possamos compreender as formas como os escravizados se vestiam no Recife da primeira metade do século XIX. Dessa forma, é possível iniciar uma discussão em relação ao modo como esses sujeitos se vestiam, compreendendo a roupa como algo que vai além da proteção corporal, como um elemento repleto de significados e que poderia ser utilizado como artefato estratégico durante e após a fuga.

2.1.1 “A quem d’elle(a) tiver notícias”

A utilização dos jornais para investigar o universo dos escravizados não é novidade. Gilberto Freyre, o pioneiro no assunto no Brasil, utilizou dessas fontes no seu livro “O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX”. A interpretação

de Freyre sobre esse tipo de documentação criou uma ciência quase inteiramente nova, a da “Anunciologia”, termo cunhado pelo próprio sociólogo.

Os anúncios continuam sendo de grande importância até hoje para compreender um pouco sobre o universo dos escravizados, algo possível através de uma leitura a contrapelo. Freyre justificou a relevância dos anúncios considerando que “quem tinha seu escravo fugido e queria encontrá-lo precisava dar traços e sinais exatos”⁷⁸. Para o autor, esses fragmentos descritivos carregam forte honestidade. Mas, como toda fonte, há necessidade de uma crítica e de interpretação. Embora já tenha passado algum tempo da “inauguração da anunciologia”, e diversos pesquisadores tenham se debruçado sobre essa fonte buscando respostas para entendimento do passado, ela ainda se mostra útil para tal finalidade.

A pesquisadora Alice Moura, que analisa os anúncios de fuga do *Jornal do Commercio* no Rio de Janeiro entre os anos de 1827 e 1850, evidencia as estratégias adotadas pela comunidade escravizada da corte carioca e busca por meio desta documentação traçar um perfil dos cativos que fugiam. Em sua pesquisa, a autora afirma que “a imprensa nos permite obter dados sobre a vida social, política, econômica, cultural, além de apresentar elementos das diversas formas de pensamento e de atuação de determinado grupo social.” Nesse sentido, a partir de sua análise, é possível compreender tanto as estratégias adotadas pelos cativos em fuga, quanto parte do seu universo cultural e material, este último aspectos ainda pouco explorado por meio dos anúncios de fuga.⁷⁹ Contudo, é necessário utilizar alguns “filtros” para que possamos compreender a completude desse tipo de fonte, considerando, principalmente, o caráter criminalizante e pejorativo dado aos escravizados que cometeram a “ousadia” de abandonarem seus cativeiros.

Segundo Ana Karine Bastos, o surgimento, a ampliação, estabilização e extinção dos anúncios referentes aos escravizados no Brasil se dá no contexto dos

⁷⁸ Freyre, 1979.

⁷⁹ MOURA, Alice Regina Maciel de. **Cultura escravista e resistência escrava nos anúncios de fuga do *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro, 1827-1850)**. 2022. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/13420>. Acesso em: 12 mar. 2023.

oitocentos.⁸⁰ Dessa forma, o senhor elencava os principais atributos que julgava como fundamentais a serem veiculados nas poucas linhas. Essas informações eram percebidas como valiosas para os envolvidos na captura dos fugitivos, na medida em que eles poderiam criar uma espécie de retrato falado mentalmente.

Em alguns casos, encontramos descrições bem precisas, como no anúncio de fuga de Maria, no qual é informado que “[...] do lado direito do pescoço confronao (*sic*) ombro uma cicatriz de fogo do tamanho de duas polegadas, e na pálpebra superior do olho esquerdo um carocinho do tamanho de chumbo de munição.”⁸¹ Quanto mais detalhadas eram as características do evadido, maiores seriam, em tese, as possibilidades do sujeito ser identificado em meio à população e, quem sabe, ser capturado.

As edições analisadas do jornal Diário de Pernambuco, de modo geral, possuíam quatro folhas. Na última delas, quase sempre estava localizada a seção Escravos Fugidos, que compartilhava o mesmo espaço de Compra e Venda de objetos, terrenos e demais produtos, dos mais diversos gêneros. Assim, a descrição desses homens, mulheres e crianças submetidos à escravidão partilhavam dos mesmos espaços das mercadorias. Para Patrícia March de Souza:

[...] anúncios, de uma forma geral, têm um caráter documental, retratando, através de informações de oferta e procura de produtos e serviços, entre outras, o universo de objetos e necessidades de um determinado grupo social em uma dada época, e a sua investigação permite aprender aspectos do contexto sociocultural em questão.⁸²

É possível examinar, por meio de uma leitura a contrapelo, as formas encontradas por esses sujeitos para se desvencilhar das amarras do cativo. Ou seja, as estratégias utilizadas pelos cativos para sobreviverem, das mais diversas formas, ao sistema escravista. Seja aproveitando o afastamento da vista do seu senhor, enquanto ia executar algum mandado; do burburinho causado nas festas dos

⁸⁰ Bastos, 2016.

⁸¹ HDBN. Diário de Pernambuco. 25/02/1832, n° 295. In: Escravos Fugidos.

⁸² Souza, P., 2011, p. 189.

dias santos, com “furdunço” das ruas⁸³ ou juntos aos seus por meio de fuga coletiva, como foi o caso dos seis africanos que fugiram do Engenho de São Bartholomeu, na Freguesia de Muribeca⁸⁴ que ficava no município do Cabo, a 3 léguas da cidade do Recife, aproximadamente.⁸⁵ Tal localidade não era tão próxima da cidade do Recife, desse modo a circulação do anúncio na urbe visava, provavelmente, alertar os munícipes que os africanos poderiam escolher a cidade como ponto de esconderijo.

As estratégias cotidianas foram diversas e os caminhos encontrados múltiplos, mas é certo que os escravizados evadidos necessitavam de abrigo, pelo menos provisório, para que pudessem ser exitosos em seus planos.

Sobre isso, os próprios anúncios funcionavam como um meio de alerta para aqueles que abrigavam ou roubavam os cativos, conforme destacado por Lilia Schwarcz. Além disso, evidenciavam certa “dependência escrava”, no qual os senhores acreditavam que os indivíduos haviam sido “seduzidos” e não fugido por vontade própria, subestimando assim a capacidade deles.⁸⁶ A frase “*protesta com todo rigor da lei contra qualquer pessoa que a tiver*” ou algo semelhante é comumente encontrada nos anúncios de fuga. Assim, a seção funcionava também como forma de intercomunicação, como um meio de aviso ou ameaça a quem por um acaso concedesse abrigo ou furtasse um escravizado.

O Código Criminal do Império do Brasil dispunha em seu art. 257 sobre a punição para caso de furtos, com pena “de prisão com trabalho por dois meses a quatro anos, e de multa de cinco a vinte por cento do valor furtado” para quem “tirar a coisa alheia contra a vontade de seu dono, para si, ou para outro.”⁸⁷ Além disso, o senhor que descobrisse onde o fugitivo estava abrigado, poderia utilizar do Art. 189, que em seu parágrafo 1º possibilitava a “[...] apreensão das coisas furtadas, ou tomadas por força, ou com falsos pretextos, ou achadas.”⁸⁸

⁸³ HDBN. Diário de Pernambuco. 02/04/1829, n° 76. In: Escravos Fugidos.

⁸⁴ HDBN. Diário de Pernambuco. 22/02/1830, n° 321 In: Escravos Fugidos.

⁸⁵ Cf. dados apresentado por Figueira de Melo, 1979, p. 180.

⁸⁶ Schwarcz, 1987.

⁸⁷ BRASIL. Título III Dos crimes contra a propriedade. CAPÍTULO I – FURTO disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 22 de fev. de 2022.

⁸⁸ *Ibidem*.

Após a fuga, a troca do nome era um dos meios utilizados pelos escravizados para forjar uma nova identidade. Um caso assim pode ser observado por meio do anúncio de Francisco Ferreira, que estava fugido há um ano do Engenho de Burarema, em Sirinhaém, ou melhor dizendo, de Mathias Ferreira, nome que seu senhor informou que Francisco estava utilizando e se intitulando como forro e constituía com sendo um outro sujeito, adotando para si uma nova condição.⁸⁹

Só é possível conhecer a estratégia utilizada por Mathias em busca da construção da sua liberdade por meio do referido anúncio, que nos possibilita conhecer tal estratégia. Para o historiador Danilo Luiz Marques, “os jornais do século XIX, apesar de possuírem um teor criminalizante sobre a população cativa, se analisados a contrapelo, tornam-se uma importante fonte para captar as nuances de comportamento inerente ao cotidiano de uma sociedade escravista”.⁹⁰

Em outra situação, o escravizado Vicente enxergou outra forma para “alcançar” sua liberdade. Este resolveu tirar o passaporte com nome de outro sujeito, que no caso era forro. Se aproveitou do homônimo com diferente condição jurídica que a sua para benefício próprio, como podemos ver abaixo:

Vicente, nação Angola, com ofício de sapateiro. de idade de 16 a 20 anos, sem sinal de barba, um tanto fulo, estatura mediana, os pés grossos e chato, cara redonda, o dedo do pé imeqiato(*sic*) no grande mais comprido, tem uma ferida na canela de uma perna, tem marca no peito sinal de ser de Angola com tudo estima de crioulo, anda com passaporte de Juiz de Paz da Villa de Sirinhaém por forro por o tirar em nome de outro preto forro do mesmo nome, fugido da mesma Villa: os apreendedores levem-no nesta Cidade a Lourenço Jose das Neves, e em Sirinhaém a Manoel Joze de Oliveira.⁹¹

É certo que utilizar o passaporte de uma outra pessoa foi um dos caminhos encontrados por Vicente, como notado. Mas, muito possivelmente, ele não agiu de modo solitário. É possível que ele tenha contado, de certo, com ajuda de alguém. Segundo os historiadores Wellington da Silva e Gian Carlo de Melo, em todos os lugares onde houve trabalho escravo, houveram fugas. Abordando a província de

⁸⁹ HDBN. Diário de Pernambuco. 26/02/1832, n° 296. In: Escravos Fugidos.

⁹⁰ Marques, 2016.

⁹¹ HDBN. Diário de Pernambuco. 18/03/1830, n° 341. In: Escravos Fugidos.

Alagoas, na segunda metade do século XIX, por meio do jornal O Liberal, os autores também perceberam a troca de nome como sendo uma estratégia utilizada.

Os historiadores ressaltam a importância dos espaços e relações de solidariedade e afirmam que “uma fuga nunca era uma ação individual”. Seu sucesso dependia de muitos fatores. Após fugir, a ajuda de algum companheiro, fosse ele cativo, liberto ou livre, poderia contribuir para a concretização de seu intento.”⁹²

As fugas fizeram parte, sem dúvida, do cotidiano da cidade do Recife durante todo o sistema escravista. Desse modo, a troca de nome, a mudança de traje e tantas outras formas encontradas pelos escravizados para agenciar suas fugas, foram meios adotados para adquirir suas liberdades e uma das maneiras de se impor dentro desse sistema.

2.2 Fuga: uma possível construção da liberdade

O historiador Marcus Carvalho, em sua obra *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 - 1850*, chama atenção para a utilização do termo liberdade no século XIX, quando relacionada a população submetida a escravidão. A liberdade segundo ele, era uma construção, não uma condição estática, sendo “um processo de conquistas que podem ou não ser alcançadas durante o correr de uma vida.”⁹³ Enquanto isso, o sujeito poderia experimentar diferentes “graus” de liberdade, bem como retroagir. Assim, um escravizado poderia depois de forro, de ter conseguido sua “liberdade”, ser submetido novamente a escravidão ilegalmente, por exemplo. De toda forma, salientamos que os caminhos adotados para conquista de uma liberdade, ainda que momentânea, poderiam ser diversos.

O exemplo da fuga de Sebastião, que escapou do seu senhor na cidade de Natal, na província do Rio Grande do Norte, ilustra um pouco como essas malhas de solidariedade poderiam atuar, bem como as andanças feitas por ele para ser “livre”. Sebastião, fugiu em uma jangada na companhia de Joze Joaquim, que era de Pernambuco, em uma embarcação tripulada por Manoel Joaquim de Araujo, esses

⁹² SILVA, Wellington José Gomes da; SILVA, Gian Carlo de Melo. Na fuga, uma esperança de liberdade: escravos fugitivos na alagoas provincial. *Ars Historica*, n. 13, p. 191-208, 2016, p. 191. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/45670/24616>. Acesso em: 20 out. 2022.

⁹³ Carvalho, 2010. p. 214.

dois últimos sendo descritos como sendo pardos claros. Vale destacar que Joze estava bem trajado. A depender, Joze poderia se passar como proprietário de Sebastião. Muito provavelmente Manoel e Joze não eram escravizados, pelos menos isso não é mencionado, mas estabeleceram alguma relação com Sebastião, e o ajudaram a se distanciar do seu cativo.

Além do mais, ser “pardo claro” e estar “bem trajado” poderia configurar um melhor lugar na sociedade.⁹⁴ De todo modo, com base no que foi descrito na fonte, podemos compreender que esses três homens estabeleceram relações em Natal, por meio de pagamento ou não, e cederam um lugar na jangada escoteira rumo a Pernambuco, ajudando Sebastião.⁹⁵ As motivações para esta ajuda podem ter sido diversas, e possivelmente nunca iremos compreender a completude desta ação.

Apesar disso, com base no que foi brevemente descrito no anúncio, podemos compreender como a busca pela liberdade poderia atravessar as fronteiras províncias, assim como se dava a circulação da informação, uma vez que a fuga que aconteceu na cidade de Natal foi anunciada em Recife, considerando que seria por lá que o cativo possivelmente estaria vivendo.

As fugas poderiam ter finalidades diversas, como por exemplo: (re)constituição dos laços familiares, parentais, trocas de senhores, busca por amigos ou até mesmo tirar proveito de situações adversas. O historiador Wellington José Gomes da Silva apresenta que alguns escravizados fugiram para o interior da província de Alagoas se passando por migrantes da forte seca da década de 1870. O autor ainda afirma que, possivelmente, considerando os pontos de partida desses escravizados fugidos, as fugas se deram por vias pluviais, inclusive para outras províncias, como Sergipe.

⁹⁴ Para o historiador Gian Carlo de Melo Silva “o ser pardo foi se tornando, ao longo dos setecentos, indicativo de afastamento da escravidão, portanto abrandando a nota de mulatice e, passando a ser um “lugar” socialmente aceito, que abrandava qualidades natas e possibilitava ressaltar as adquiridas”. Cf. SILVA, Gian Carlo de Melo. **Na cor da pele, o negro: conceitos, regras, compadrio e sociedade escravista na Vila do Recife (1710-1810)**. 2014. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 38. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17970>. Acesso em: 28 out. 2022.

⁹⁵ HBDN. Diário de Pernambuco. 01/02/1832, n°. 301. In: Escravos Fugidos.

Nesses casos, possivelmente, os cativos almejavam uma fuga de rompimento, quebrando definitivamente laços com seus senhores.⁹⁶

Como demonstra a historiografia, nem sempre as fugas eram “definitivas”. Para Marcus Carvalho, essas pequenas escapadelas, algumas vezes, aconteciam em datas marcadas, feriados e dias santos, cujas relações estabelecidas entre os escravizados, morando em localidades diferentes, eram cruciais para que pudessem acontecer.⁹⁷ Ainda, é destaque que algumas dessas fugas nos possibilitam compreender a geografia da cidade de Recife e do seu entorno.

Entre essas fugas, a do africano Jose de nação "da costa" nos permite compreender as andanças durante a sua fuga, como vemos a seguir:

Jose, da Costa, boleiro, alto, magro, desdentado, fugido, desde as Oitavas do Espírito Santo, do ano passado, esteve acoitado nas matas do sítio do *Cordeiro* protegido pelos escravos do mesmo sitio, donde foi para o *Catuca* ; dali voltou a esta Cidade, onde foi visto em brinquedos de entrudo, na praça da *Boa-vista* vendendo capim, no pelourinho no serviço das caixas, e ultimamente no aterro dos *Afogados* calças e camisa grossa, suja no hombro de sangue, e com uma gamela na cabeça, o que indica estar servindo no açougue: em casa do Cirurgião Peixoto, rua da Laranjeira D. 9, que recompensará bem.⁹⁸ (grifo nosso)

O fato de o cativo passar por esses lugares estava, possivelmente, relacionado como uma forma de despistar seu dono e também indica locais onde, provavelmente, conseguiu abrigo. Além disso, as andanças do cativo pelo Recife, como veiculadas no anúncio de fuga, nos mostram como as notícias circulavam pela cidade. Visto que seu senhor tinha conhecimento do provável trajeto do cativo, ao veicular isso, o proprietário possibilita aos capturadores dos fugitivos uma busca mais direcionada, uma vez que conheciam os lugares costumeiramente frequentados por Jose.

⁹⁶ SILVA, Wellington José Gomes da. **A liberdade requer limites: o fundo de emancipação e a liberdade na província de Alagoas. (1871-1886).** 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2599>. Acesso em: 25 nov. 2023.

⁹⁷ Carvalho, 201, . p. 238.

⁹⁸ HDBN. Diário de Pernambuco. 28/03/1831, n°. 67. In: Escravos Fugidos.

É evidente que permanecer no mesmo bairro do seu senhor seria um risco muito grande. Dessa forma, sair da cidade ou ao menos trocar de bairro era uma das alternativas encontradas para obter mais êxito em sua fuga.

Ao que tudo indica, a africana de nação congo, Maria, de 40 anos, resolveu deixar seu cativo na cidade do Recife e rumou à Olinda. No anúncio, era informado que a dita deveria ser entregue ao pé da Ribeira, no bairro da Boa Vista.⁹⁹ Vejamos agora no mapa a distância percorrida por Maria em busca da sua liberdade.

Figura 5 – Andanças dos escravizados em fuga.



Fonte: planta adaptada a partir Pernambuco. Repartição das Obras Públicas. Planta da cidade do Recife e seus arrabaldes. [s/l], 1875, planta, preto e branco; 72 x 61cm. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart543231/cart543231.html. Acesso em 01 nov. 2023.

Com base no mapa acima é possível identificar a distância que a africana Maria percorreu, bem como as andanças de Jose durante sua fuga passando pelo Cordeiro,

⁹⁹ HDBN. Diário de Pernambuco, 25/04/1831, n.º. 88. In: Escravos fugidos.

Catuca, Boa Vista e Afogados. Considerando que o Quilombo do Catucá estava inserido dentro de uma mata bastante extensa, não desejamos com base no mapa demarcar o ponto exato do mesmo, pois como dito, o mesmo estava localizado numa grande extensão de terra.

Se a africana Maria, citada acima, resolveu ir de Boa Vista, na cidade do Recife, rumo a Olinda, o escravizado crioulo, Francisco, cujo ofício era sapateiro, fez o caminho inverso, como podemos verificar:

Francisco crioulo, sapateiro, fugido a 17 do corrente com calças e jaqueta branca camisa de riscado azul, e chapéu de seda velho; estatura ordinária, cheio, e *tem sido visto no Recife especialmente nas Cinco Pontas: em Olinda nos quatro cantos, casa N. 14.*¹⁰⁰ (grifo nosso)

Como podemos ver, Francisco deixou a cidade de Olinda e foi para a cidade de Recife. Algo similar aconteceu com o africano de nação Benguela, Paulo, que fugiu da cidade do Recife em 11 de julho de 1833 e havia sido visto na cidade de Olinda.¹⁰¹ Assim, tanto Francisco, quanto Paulo, Maria e Jose procuraram brechas para viver longe do seu cativeiro, cada um adotando estratégias com base nas possibilidades que cada um possuía.

Já a escravizada Catharina, por exemplo, utilizou de uma estratégia “mais local”. Ela não saiu do Recife, como muitos outros. Ficou abrigada, pelo menos nos primeiros dias, na própria cidade. Segundo relatado pelo seu senhor, “[...] nos primeiros dias foi vista sair (*sic*) de casas de pretos de sua nação na rua do Mundo-novo [...]”.¹⁰² A escravizada era classificada como originária da Costa e vendia louças, tanto na Cidade como, possivelmente, pelos bairros centrais e subúrbios.

Fato curioso é a menção dos pretos de sua nação, citada no anúncio acima, essa relação poderia ter sido estabelecida na própria travessia ou no cotidiano do comércio de rua que ela fazia. Além do mais, essa proximidade étnica nos mostra as

¹⁰⁰ HDBN. Diário de Pernambuco, 25/04/1831, n°. 88. In: Escravos fugidos.

¹⁰¹ HDBN. Diário de Pernambuco, 03/08/1833, n°.167. In: Escravos fugidos.

¹⁰² HDBN. Diário de Pernambuco. 22/02/1831, n°. 42. In: Escravos Fugidos.

alianças efetivadas entre os sujeitos de uma mesma origem no contexto da escravidão.

A historiadora Maria Inês Côrtes de Oliveira, na obra “Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX”, explora por meio de testamentos, como os laços de nação deram a tônica nas várias esferas da vida de sujeitos africanos. Esses laços foram importantíssimos no estabelecimento das relações de compadrio, matrimônio e até para partilha de morada, segundo a pesquisadora. É destaque que embora segmentar africanos em nações tenha sido uma prática adotada por aqueles que comandavam o tráfico, os escravizados também adotaram para si essas categorizações e se organizaram em torno das mesmas e souberam construir relações por meio dessas nações.¹⁰³

Frente às várias nações que habitavam esse espaço, é observada grande diversidade étnica presente no Recife na primeira metade do século XIX. Os dados apresentados por Deyla Barros, com base nos anúncios de fuga, nos permitem compreender a pluralidade de nações presentes na cidade. Entre os anos de 1831 e 1839, a historiadora conclui que os angola, maior presença notada nos anúncios de fuga, seguidos pelos congo, cassange, moçambique benguela e rebolo, eram as principais nações mais presentes na cidade.¹⁰⁴ Esses laços de solidariedade que envolviam os sujeitos de uma mesma nação foram importantes elos para que os indivíduos resistissem ao sistema escravista, como citado anteriormente. O fato também é demonstrado pela historiadora Valéria Costa, ao analisar os africanos libertos, também no Recife, e como eles teceram e estabeleceram entre si relações para inserção social, política e econômica na segunda metade do século XIX.¹⁰⁵

Cada escravizado encontrou brechas dentro do sistema escravista para que pudessem conseguir algum benefício próprio. Um exemplo disto pode ser observado através do caso de Manoel, pelo que foi relatado em seu anúncio, o cativo

¹⁰³ OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. **Revista USP**, v. 28, p. 174-193, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p174-193>. Acesso em: 06 ago. 2022.

¹⁰⁴ Barros, D., 2021. p. 100.

¹⁰⁵ Costa, V., 2013.

desapareceu durante os “dias santos da Festa”. Provavelmente ele aproveitou o “burburinho” das festividades da Semana Santa nas ruas do Recife para escapar.¹⁰⁶

Para os historiadores João José Reis e Eduardo da Silva, “a unidade básica de resistência no sistema escravista, seu aspecto típico, foram as fugas.”¹⁰⁷ Abandonar o trabalho forçado era uma das maiores “afrontas” que o escravizado poderia cometer em relação ao sistema escravista.

Os autores ainda classificam as fugas em dois tipos: as reivindicatórias (*petit morrange*) e as de rompimento. Para Reis e Silva, “a principal motivação para as fugas e revoltas parece ter sido a quebra de compromissos e acordos anteriormente acertados.”¹⁰⁸ Vale desacatar, com base nos autores citados, que mesmo dentro do perverso sistema escravista, havia espaço para negociação entre senhores e escravizados. Contudo, não podemos acreditar que a força de ambos os lados era igual. Em outras palavras, apesar de todas as formas de negociação, os escravizados tinham menos poder de decisão.

2.3 “Fugiu levando toda sua roupa”

Na noite de sábado 9 do corrente desapareceu uma preta por nome Jozefa que vendia azeite de carrapato e de manhã vendia pão em um caixão; julga-se estar furtada; recommenda-se a todos os Juizes de Paz, e aos apreendedores e senhores de Embarcações em como esta escrava é furtada; tem os signaes seguintes, alta, magra, cabeça afunilada, cabelo cortado, olhos na flor do rosto, nariz chato, boca pequena, dentes alvos barriga pontuda, cor preta, representa ter 32 anos, vestido de xila, roxa e pano preto, tudo já usado; *caso mude o nome e o trajo pelos sinais de certo é ela: levem-na atrás da Matriz D. 20 que será recompensado.*¹⁰⁹ (grifo nosso).

Na fuga, trocar as vestes e modificar o nome era uma forma de ludibriar as autoridades e poderia funcionar como forma de afirmação da sua identidade forjada.

¹⁰⁶ HDBN. Diário de Pernambuco. 01/ 04/1827. n°. 71 In: Escravos Fugidos.

¹⁰⁷ REIS, João José, e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 62.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 67.

¹⁰⁹ HDBN. Diário de Pernambuco, 13/05/1835, n°. 79. In: Escravos Fugidos.

Uma vez que o fugitivo poderia utilizar da indumentária para se afirmar enquanto sujeito dotado de desejos e assumir uma determinada imagem. Cabe lembrar que dentro do sistema escravista, muitas vezes o cativo não era percebido como sujeito detentor de anseios. Ao nosso ver, a indumentária tinha igual peso que trocar de nome, sendo psicossocialmente significativa. O fugitivo poderia, por meio de suas vestes, transpassar a imagem que desejava de ser: forro, liberto ou nascido livre. Ou seja, criar uma persona.

Nessa perspectiva, a abordagem proposta por Patrícia March de Souza, o *escravo vestindo*, nos dá conta da forma pela qual os escravizados utilizaram a indumentária de modo a exprimir suas identidades, sendo donos das suas escolhas. Como destaca a autora, essa abordagem:

[...] está relacionado a possibilidades existentes no ato de vestir-se, utilizadas pelos escravos na construção cotidiana de uma identidade própria. Criação de práticas, possíveis, que permitiam a manifestação individual e coletiva de homens e mulheres, em busca de autonomia.¹¹⁰

Dessa forma, cotidianamente, os cativos poderiam, por meio das condições que lhes foram dadas, se afirmarem como sujeitos dotados de desejos, utilizando da indumentária para criar uma imagem ou ideia que se almejava. Como dito acima, sendo um mecanismo utilizado para que cotidianamente pudesse imprimir identidades próprias, que servia para que pudessem se afirmar enquanto indivíduos, bem como pertencentes a um determinado corpo coletivo.

O escravizado João foi visto usando calçados na Boa Vista após sua fuga¹¹¹, assim como Felis¹¹², Joaquim¹¹³ e Gregorio¹¹⁴. Todos esses, de alguma forma, utilizaram os sapatos, um acessório teoricamente ausente na condição de cativos para o Recife na primeira metade do século XIX, como elemento que os distinguiu das condições de servidão, e isso pode ter contribuído para criar essa imagem de forros,

¹¹⁰ Souza, P., 2011, p. 13.

¹¹¹ HDBN. Diário de Pernambuco, 11/12/1832, n°. 542. In: Escravos Fugidos.

¹¹² HDBN. Diário de Pernambuco. 24/07/1829, n°. 157. In: Fugidas de Escravos.

¹¹³ HDBN. Diário de Pernambuco. 09/02/1832, n°. 307. In: Escravos Fugidos.

¹¹⁴ HDBN. Diário de Pernambuco. 23/11/1829, n°. 253. In: Fugidas de Escravos.

a qual andavam afirmando por meio de palavras, gestos e indumentária, ou pelos menos os desassociavam a escravidão.

O anúncio do escravizado Bento nos serve de exemplo para compreender como a imagem criada pelos fugitivos poderia propiciar que fossem “lidos” como forros ou livres, como podemos ver abaixo:

Bento, crioulo, 24 anos, pouca barba, estatura regular, grosso, pazes largas, pescoço um tanto metido sobre os ombros; padeiro tem as juntas dos dedos cheias de calos maceira (sic); fugido no dia 18 com calça de brim, e camisa de madapolão, e na ocasião de fugir furtou um baú com roupa, e mais uma jaqueta de riscado amarelo, um chapéu de sol de seda verde, com colete de seda preta, uma camisa de madapolão de pregas, 2 relógios, um par de sapatos e um de botins; avisa-se a todos os Juizes de paz que não deem passaporte ao dito escravo, ele o exija, pois consta que anda calçado e bem pompto (sic), para assim passar por forro, e os apreendedores levem-no as cinco pontas padaria D. 19.¹¹⁵ (grifo nosso).

Como podemos observar, Bento, ao fugir, furtou chapéu, relógios, sapatos e demais objetos. Ao que tudo indica, teria finalidade muito específica: criar uma imagem de homem livre, fingindo ser forro. O chapéu de seda verde e o colete também de seda, usados com a camisa de madapolão com pregas, relógio e um par de sapatos afastavam Bento da condição de cativo, na medida em ele agenciou os símbolos imbuídos a estes objetos ao seu favor.

A ação de Bento ao agir desta forma, nos mostra mais uma vez a importância da indumentária no processo de fuga. De algum modo, o cativo gostaria que os demais sujeitos o percebessem de uma outra forma, que não aquela experienciada antes da fuga, no seu cativeiro. A partir da aparência criada por Bento, era possível que algo lhe fosse facilitado, que pudesse passar despercebido pelas autoridades de algum modo, ou que a passagem para outro lugar lhe fosse dada, como exposto no anúncio, por exemplo.

O escravizado africano, João, do gentio de Angola, que era bastante ladino, ao ponto de parecer crioulo, conforme informado no seu anúncio de fuga, foi visto no

¹¹⁵ HDBN. Diário de Pernambuco. 20/07/1835, nº. 129. In: Escravos Fugidos.

bairro da Boa vista. O dito estava "embuçado num capote" e calçado. Era então alertado que ele poderia se passar por forro ou crioulo.¹¹⁶

O capote utilizado pelo africano João era item da indumentária perfeito para o disfarce, uma vez que segundo o dicionário de Moraes Silva, esse era uma "espécie de manto que cobre os homens, do pescoço até o calcanhar, ou mais curto, de fralda larga, com cabeção [...]".¹¹⁷ Ainda segundo a definição da época, era uma capa, um disfarce.

Já a escravizada Jozefa tinha o cuidado de trocar a roupa sempre que fugia, para não ser reconhecida.¹¹⁸ Um outro cativo, chamado Joze, resolveu levar "roupa fina" e se passava por forro.¹¹⁹ Todas essas pessoas pareciam ter encontrado uma forma de se "camuflarem" no meio social para tocar suas vidas após romperem as amarras do cativeiro. Esses homens e mulheres precisavam de alguma forma ganhar seus sustentos, mas para isso era necessário criar uma persona. Manter o nome, continuar com as mesmas roupas e continuar no bairro que eram conhecidos como escravizados, poderia ser algo muito perigoso nesta construção.

Podemos abarcar a importância da descrição feita nos anúncios de fuga e o papel da indumentária no sistema escravista através do conto de Machado de Assis, "Pai contra Mãe". Na obra de um dos maiores literários brasileiros e contemporâneo do sistema escravista no Rio de Janeiro, algumas nuances da escravidão no contexto carioca são abordadas. Como escrito pelo autor, o conto traz a história de Cândido Neves, ou Candinho, que teria entrado na captura de escravizados fugidos como um caminho possível para salvar sua família das dívidas.

Na narrativa, Machado de Assis afirma que tal ofício não tinha nenhuma nobreza, e que a pobreza e a incapacidade com outro ofício levavam o sujeito para tal exercício. Os caminhos de Cândido Neves e Arminda se cruzaram no conto por

¹¹⁶ HDBN. Diário de Pernambuco, 03/02/1833, n.º. 02. In: Escravos Fugidos.

¹¹⁷ SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes** Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 1: A - K). Lisboa: Na Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>. Acesso em 10 nov 2023, p. 231.

¹¹⁸ HDBN. Diário de Pernambuco. [ilegível], n. 556. In: Escravos Fugidos.

¹¹⁹ HDBN. Diário de Pernambuco. 03/10/1829, n. 211. In: Escravos Fugidos.

circunstâncias distintas. Ele em busca de uma generosa recompensa ofertada pela captura de uma dita escravizada fugida. Para obter novamente sua posse, o senhor de Arminda oferecia uma quantia de 100mil réis pela sua captura.¹²⁰

Na sua tática, Candinho lia os anúncios, os copiava e saía pelas ruas em busca das características e indícios descritos nos jornais. Foi assim, com base nas características e no vestir de Arminda, que Candinho conseguiu identificá-la. O trágico conto nos possibilita compreender como o mercado de captura funcionava, colocando, por vezes, dois sujeitos subjugados em confronto. Assim como a indumentária era um elemento importante na identificação e captura. Logo, trocar a roupa após a fuga poderia ser um mecanismo adotado para, pelo menos, ganhar tempo.

O caso do crioulo Vicente, ao ter sua fuga anunciada, além de ter suas vestes descritas, foi informado que provavelmente havia trocado de roupa, pois levou consigo roupas furtadas.¹²¹ O também crioulo, Ricardo, levou consigo vários itens, como podemos ver:

Ricardo, crioulo, 30 annos pouco mais ou menos, boa estatura, seco do corpo, porém não muito, quando anda enverga-se alguma coisa para diante, rosto comprido, com uma cicatriz grande na face direita; fugido no dia 7 do corrente com camisa de xila azul, calça de pano azul grosso já usada; *levando consigo várias camisas, calças, e ceroulas do Senhor amarradas em um lenço, e talvez que depois que saísse para não ser conhecido tenha mudado a roupa*; costuma andar quase sempre bêbado, e toma muito tabaco: os apreendedores levem-o a rua estreita do Rosario loja de marceneiro D. 26, que serão bem recompensa.¹²² (grifo nosso)

Os escravizados agenciaram suas trajetórias através dos vários caminhos encontrados, cada um ao seu modo e em alguns momentos por meio de ações coletivas. Para Danilo Luiz Marques, foi por meio do cotidiano que escravizados se apropriaram de estratégias para resistir aos mecanismos do sistema escravista, ou

¹²⁰ ASSIS, Machado. **Pai Contra Mãe**. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/teatro/11-textos-dos-autores/793-machado-de-assis-pai-contramae>. Acesso em 10 ago. 2023.

¹²¹ HBDN. Diario de Pernambuco, 27/06/1832, n°. 412. In: Escravos Fugidos.

¹²² HBDN. Diario de Pernambuco, 13/02/1835, n°. 10. In: Escravos Fugidos.

seja, cotidianamente construíram engrenagens para subverter as imposições senhoriais.¹²³

Para Arthur de Souza “andar bem-vestido e calçado, fugir com diversas roupas, seria uma maneira a mais de ludibriar as autoridades e desviar os olhares atenciosos”.¹²⁴ Os cativos compreendiam muito bem os simbolismos que o vestuário representava para aquela sociedade e souberam se utilizar do vestir a seu favor em momentos que necessitavam.

A pesquisadora Maria da Vitória Lima, ao estudar a liberdade no contexto da Paraíba oitocentista e seus múltiplos significados para a população negra, seja ela escrava ou livre, considerou que no caso da fuga, o cativo que levava apenas a roupa que vestia, seria um indicativo de que não houve muito planejamento, ao passo que o inverso denotava que ele compreendia que poderia, de alguma forma, ludibriar as autoridades mudando de traje, obtendo maior êxito em sua empreitada. Ainda segundo Lima, cada fugitivo atribuía importância às vestes através do seu olhar perante a sociedade, pois, uma determinada indumentária poderia ser utilizada na busca de um emprego, utilizando novas roupas para se apresentar como liberto.¹²⁵

Porém, acreditamos que levar mais vestes ou até mesmo ficar às trocando após a fuga dependeria para onde os escravizados fugidos iriam em seu destino. Fugir para longe com uma trouxa de roupa poderia ser um empecilho para o plano de fuga, e não necessariamente uma falta de planejamento, ao contrário disso. O cativo entenderia que poderia chamar mais atenção levando mais vestes. Ou seja, levar ou não roupa, ao nosso ver, não seria o único indicativo de que o fujão planejou bem sua fuga ou não. Tudo dependeria das circunstâncias traçadas pelo escravizado, pelas condições do seu cativeiro e por consequência, da sua fuga.

¹²³ Marques, 2016.

¹²⁴ Souza, A., 2019, p. 67.

¹²⁵ LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7610>. Acesso em 14 out. 2022.

Descrever a forma como os fugitivos trajavam eram tão importantes quando descrever os pormenores das marcas étnicas, altura, porte físico e demais peculiaridades dos cativos. Assim, o trajar dos escravizados desempenhava papel importante na captura. Por esse motivo, a descrição por vezes era minuciosa e objetivava identificar o sujeito pelas ruas, até porque, as vestes poderiam encobrir marcas e características dos sujeitos, como os cabelos e as escarificações, por exemplo.

Se por um lado era necessária uma possível rede de apoio para a fuga, por outro, eram fundamentais que estratégias fossem adotadas para a não captura. Nesse sentido, compreendemos que a indumentária poderia atuar como uma dessas táticas adotadas após fuga. Se a indumentária era utilizada como elemento para o reconhecimento, ela também poderia ser utilizada para o não reconhecimento. A “troca de roupa”, “levar várias peças” ou levar “toda sua roupa” eram alertas dados pelos senhores aos responsáveis pela captura dos fugitivos e demais leitores do Diário de Pernambuco, que nos dão indícios de tal prática entre a população cativa que fugia.

Talvez, levar mais vestes fosse uma prática mais corriqueira do que nós podemos identificar. Uma das poucas representações gráficas, embora com uma visualização muito baixa, existentes no Diário de Pernambuco no período analisado, nos mostra um escravizado levando uma trouxa de roupa. Este fato pode nos apontar para uma prática frequente, ao ponto de que a chamada do anúncio era representada desta forma.

Figura 6 - Escravizado fugindo com trouxa de roupa



Escravos fugidos.

Fonte: HDBN. Diário de Pernambuco, 21/10/1831, n.º. 255. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12. Ago. 2023.

Logo, não faria tanto sentido representar de modo imagético a referida seção por meio de uma prática pouco frequente. O que fazia um indivíduo fugir carregando sua roupa? Para Athur de Souza, o fato desses sujeitos na fuga terem roubado roupas, mudado o nome, andarem calçados ou até mesmo cortarem o cabelo, eram algumas das estratégias encontradas para que não chamasse tanta atenção e que se passassem de alguma forma como livres, ou que chamassem a menor atenção possível.¹²⁶

De fato, a troca do traje poderia ser um dos meios encontrados, pelo menos, logo após a fuga para despistar autoridades e quem mais estivesse interessado na captura do escravizado. Os apontamentos feitos por Mary Karasch para o contexto do Rio de Janeiro no século XIX nos parecem válidos para corroborar com tal argumento.

Abordando as fugas, Karasch afirma que “[...] os trajes dos cativos eram tão uniformes na sua simplicidade que surpreende que os donos acreditassem que essa informação ajudaria a identifica-los”.¹²⁷ Nesse sentido, trocar os trajes era uma forma

¹²⁶ Souza, A. 2016.

¹²⁷ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. p.187.

dos cativos operarem no campo da incerteza dos seus senhores. Mesmo com indumentária muito simples, essa era uma das poucas informações capazes de localizar mais facilmente o fugitivo. Além do mais, levar a roupa consigo foi, talvez, o único bem material que o cativo poderia ter. Era carregar consigo tudo aquilo que lhe pertencia.

No anúncio de fuga do africano da nação Congo que parecia crioulo, Joze, o seu senhor desconsiderava a forma como o cativo se trajava, pois, o escravizado havia levado bastante roupa. Assim, os envolvidos na captura de Joze deveriam se ater às informações sobre sua aparência física – orelha furada e uma fina cicatriz nas costas das mãos.¹²⁸

Outro caso presente se refere ao de Luiz, um africano de nação nagô, que utilizou de uma saída para comprar leite no bairro da Boa Vista para fugir, quando trajava uma camisa de algodão e calça de brim. Neste anúncio, advertia-se que ele poderia ter modificado seus trajes, uma vez que havia levado mais roupas consigo. Através desta ação é possível observar que Luiz aproveitou que ia fazer um “mandado” e fugiu, levando suas roupas. Ao nosso entendimento, a fuga do escravizado não foi apenas uma escapadela, mas uma fuga de rompimento¹²⁹

Levar ou não pertences dependeria para onde o cativo iria. Ter um aliado na fuga era fundamental para o êxito da fuga, seja para dar abrigo ou para guardar os objetos levados. Essa ajuda parece ter sido dada à africana de nação Angola, Maria. Pelo menos era isso que o anúncio da sua evasão nos mostra. O proprietário da cativa acreditava que a mesma teria guardado várias roupas suas na casa de uma mulher de “atos”. Além do mais, ele acreditava que era natural que a escravizada andasse calçada e se passasse por forra.¹³⁰ A sinalização da possibilidade de mudança de traje não era incomum nos anúncios, como percebido durante o levantamento e análise documental.

Alguns outros escravizados levavam objetos roubados, como foi o caso de Manoel Joaquim, um crioulo que tinha o ofício de sapateiro. Ao fugir, furtou “[...] um

¹²⁸ HDBN. Diário de Pernambuco, 12/11/1835, n.º 220. In: Escravos Fugidos.

¹²⁹ HDBN. Diário de Pernambuco, 26/07/1832, n.º. 435. In Escravos Fugidos.

¹³⁰ HDBN. Diário de Pernambuco, 27/08/1835, n.º.158. In: Escravos Fugidos.

cordão de ouro com redoma, um par de argolas de grisoltas, uns corais, e um anel [...]”¹³¹. A crioula Lina, levou ao fugir uma trouxa com vestuário em um lençol de madapolão, e entre os itens tinham “[...] um xale de paninho encarnado com barra verde, e mais alguns vestidos brancos, e de chilla, um par de sapatos de pano roxo debrumado de verde, levou uma cruz de pedra brancas com granadas azuis e contas de ouro francez, e um par de brincos das mesmas granadas, e outro de três padras brancas [...]”.¹³² Os objetos levados por Manoel Joaquim e Lina poderiam ser utilizados para diversas finalidades, inclusive os cativos poderiam por meio da venda desses itens levantar algum dinheiro ou, como acreditamos, utilizá-las como forma de forjar uma imagem.

Observamos ao longo da análise documental vários sujeitos levando seus objetos, ou itens roubados. No total, foram observados 151 anúncios informando tal atitude. Embora as fugas masculinas tenham sido superiores às femininas em nossa amostra, como veremos adiante, foram as mulheres que levavam mais vestes, mesmo sendo as que menos tiveram suas fugas anunciadas.

A pesquisa é composta por informações de 319 africanas de diferentes nações, 104 crioulas e 61 sem identificação de origem, totalizando 484 mulheres escravizadas. E 141 homens sem origem identificadas, 676 africanos e 298 crioulos, totalizando 1115 escravizados. Mas quando olhamos para o perfil de quem levava mais vestes, a proporcionalidade é alterada.

Do total de 56 mulheres que levaram itens na fuga, 29 eram africanas, 13 crioulas e 14 sem origem identificadas. Em relação a 95 fugas de homens que levaram vestes, 45 eram africanos, 31 crioulos e 19 não foram identificados. Neste sentido, com base no cotejamento que fizemos de alguns anúncios de fuga, pudemos perceber que alguns desses escravizados fugidos utilizavam das vestes como possíveis formas de conseguir exercer com mais efetividade suas fugas, o que nos leva a identificar a roupa como um possível único bem conquistado que não poderia ser deixado para trás. Além do mais, a indumentária poderia guardar recordações e memórias afetivas,

¹³¹ HDBN. Diário de Pernambuco, 19/06/1829, n°. 130. In: Escravos Fugidos.

¹³² HDBN. Diário de Pernambuco, 07/05/1833, n°. 100. In: Escravos Fugidos.

sendo, portanto, um elemento com vários significados que precisam ser melhor compreendido.

3. A INDUMENTÁRIA E SUAS NUANCES NO RECIFE DE OUTRORA

Neste capítulo discorreremos sobre as diferentes nuances do vestuário, algo que percebemos como um dos elementos que demarcavam os lugares sociais dos sujeitos; bem como um meio utilizado pelos escravizados quando empreendiam fuga, visando ter um maior êxito na sua empreitada. Além disso, também apresentaremos como homens e mulheres de diferentes origens e nações praticavam o vestir de um modo geral.

Longe de ser algo fútil e frívolo, as indumentárias expressam e simulam posições sociais, indicam meios de produção de uma determinada época, expõem a circulação de bens de um dado contexto, manifestam desejos e imposições do cotidiano de cada sujeito. Por meio delas, o pertencimento a um lugar ou a um grupo pode ser representado. Dessa forma, as indumentárias atuam tanto na esfera coletiva, quanto na individual. Sendo dotada de simbolismos construídos e atribuídos, dentro de um contexto específico e utilizado pelos sujeitos como forma de inclusão cultural e social, bem como de exclusão em determinados espaços e situações.

No início do século XX, a historiadora Julita Scarano apontava a inexistência de estudos sobre o vestuário da população negra no contexto mineiro do século XVIII. De lá para cá, o cenário foi alterado. Em “Roupas de Escravos e Forros”, uma obra publicada no ano de 2006, Scarano parte da ideia inicial de que o vestuário vai além da simples proteção corporal e transcende para o simbólico, e ainda propõem que este pode ser analisado por três modos: através das vestes concedidas pelos proprietários aos escravizados, que, por meio dessa ação, impõe aos cativos seus preceitos religiosos; através de sua distinção após a liberdade; e, por fim, em momentos das festividades religiosas.¹³³

Abordando o contexto de Minas setecentista, a pesquisadora afirma que a peça camisa era mais utilizada pelos livres ou por cativos que desempenhavam determinadas funções específicas e tidas como de certa superioridade dentro da

¹³³ SCARANO, J. Roupas de Escravos e de Forros. Resgate: Revista **Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 51–61, 2006. DOI: 10.20396/resgate.v3i4.8645492. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645492>. Acesso em 02 ago. 2022.

extração de ouro, como por exemplo, pelos vigias da mineração. Nesse caso, em específico, a vestimenta funcionava como um demarcador da hierarquia de trabalho e atuava como forma de linguagem e comunicação social, sendo um elo para a construção das relações, como afirma Silvia Escorel.¹³⁴ Logo, a camisa, naquela conjuntura abordada por Scarano servia como uma comunicação visual, demarcando uma posição de poder.

Ainda cabe lembrar que as vestimentas tinham um papel fundamental nas relações sociais, segundo Fátima Quintas, ao afirmar que “o cabelo, os adereços, o perfume, o porte, a indumentária dizem de símbolos de ligação que somente reforçam a noção de pertencimento, noção indispensável à construção de personalidades individuais e coletivas.”¹³⁵ Portanto, destaca-se que a partir do aparato vestimentar, é possível que os indivíduos possam estabelecer vínculos com um determinado grupo.

A indumentária, neste sentido, serviria como um elo entre os sujeitos através do sentimento de pertencimento a um grupo, mas também funcionaria para que o sujeito se autodefinia, como forma de demarcar as relações de poder em um dado contexto social. Ampliamos essa percepção de demarcação da estratificação social não apenas para os tipos de roupa – vestidos, calças, camisas etc - e suas formas – longo, curto -, mas também para cores, tecidos e adornos utilizados. Por vezes, tecidos e cores foram restritas a determinados grupos sociais, uma vez que atendiam a uma lógica simbólica hierárquica.

Esses símbolos começam a operar segundo essa lógica em um período localizável a partir de meados do século XIV, por meio do sistema de moda, que tem como uma de suas bases a descontinuidade das práticas vestimentares, rompendo com uma lógica pouco alterável, até aquele momento. Esses símbolos servem também para reforçar a distinção social entre os sujeitos, de acordo com o filósofo Gilles Lipovetsky.¹³⁶

¹³⁴ ESCOREL, Silvia. **Vestir poder e poder vestir: o tecido social e a trama cultural nas imagens do traje negro** (Rio de Janeiro - século XVIII). Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto e Filosofia e Ciências Sociais, CFCH, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

¹³⁵ QUINTAS, Fátima. A moda como Representação Social. In: **A civilização do açúcar**. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007.

¹³⁶ Lipovetsky, 2009.

Ainda conforme Mara Rubia Sant'Anna, “[...] o corpo de cada sujeito é o espaço de teatralização do texto que ele expõe aos seus pares.” A forma como o indivíduo se coloca no contexto no qual está inserido faz com que os demais possam “lê-lo” e “interpretá-lo” por meio da imagem que desejam passar.¹³⁷

O exemplo da fuga de Anna nos possibilita compreender um pouco melhor como a indumentária atuava nessa “leitura social” no contexto da escravidão oitocentista. Vejamos o caso:

Anna, cabra, de 35 anos de idade, baixa, cabeça pequena, nariz chato, orelhas lascadas, cabelos soltos, mãos e pés pequenos, e dedos curtos, e falta-lhe alguns dentes na frente; fugida no dia 10 de Meio (*sic*) com saia de lila preta, vestido de chita azul com flores encarnadas, e baeta preta fina; *porém agora consta que anda com pano da costa riscado, e com chinelas nos pés*; tem andando ultimamente pela Ribeira aonde foi apanhada, há poucos dias por um moleque, a quem deu uma dentada na mão e escapou: os apreendedores levem-a a sua dona moradora no sítio de Catherina Antonia de Olanda no Arraial, que será bem recompensado. E avisa-se que se procedera contra quem a tiver escondida, com maior rigor da lei.¹³⁸ (grifo nosso).

Para Bárbara Rocha, “as indumentárias são objetos da cultura material que expressam modos de viver, modos de fazer de grupos sociais [...] são entendidas como um todo, não somente de objetos isolados, esta é composta dos artigos têxteis e não têxteis, ou ainda, da(s) roupa(s) e do(s) acessório(s).”¹³⁹ Dessa forma, a indumentária é o conjunto composto por colares, brincos, anéis, sapatos, roupas e outros itens que compõem o vestir.

Anna, ao utilizar o pano da costa, poderia associar sua imagem a um grupo específico, também como forma de se fazer pertencente a tal. Ao se distanciar do seu cativo, muito possivelmente ela se intitulava como forra, e para isso precisou construir uma imagem condizente com sua “nova condição”. A população cativa, como veremos mais a frente, não utilizava sapatos, o que poderia denunciar a condição de servidão. O fato de Anna estar utilizando chinelas contribuía para que ela tivesse uma

¹³⁷ Sant'anna, 2020, p. 3.

¹³⁸ HDBN. Diário de Pernambuco. 24.07.1830. n° 436. In: Escravos Fugidos.

¹³⁹ ROCHA, Bárbara Ferreira Ribeiro. Representatividades do candomblé em museus goianienses. In: ANDRADE, Rita Morais de; CABRAL, Alliny Maia; Calaça, Indyanelle Marçal Di Garcia. Dossiê: **o vestuário como assunto: perspectivas de pesquisa a partir de artefatos e imagens** [Ebook]. Goiânia: Cegraf UFG, 2021. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/459/o/Desenredos_13.pdf. Acesso em: 31 jul 2023.

imagem social a qual ela desejava transmitir. Os pés calçados poderiam configurar um certo *status*, mas não poderiam ser o único elemento de distinção entre forros, libertos e cativos. Pois, muitos libertos, forros e brancos pobres não utilizavam sapatos no contexto escravista.

As pontuações feitas por Mary Karasch são valiosas para que possamos entender alguns aspectos materiais relacionados à liberdade, segundo destaca a autora:

Embora houvesse alguma melhora na quantidade e qualidade do vestuário dos escravos na década de 1850, permanecia o costume que proibia o uso de sapatos, "o emblema da liberdade". Ainda em 1861, ferrovias e navios a vapor dividiram seus passageiros em duas classes: com e sem sapatos, pois a maioria dos escravos andavam descalços. Os ricos, que vestiam com elegância seus criados domésticos, ignoravam o costume, mas a maioria dos senhores estimulava a prática, e seus escravos sofriam as consequências de andar descalços. Somente uma minoria adotava os tamancos.¹⁴⁰

Para Camila Silva, a indumentária é um importante meio para podermos entender as relações entre os sujeitos, assim como entre eles e a sociedade.¹⁴¹ Desse modo, entender a forma como os escravizados se vestiam no Recife do século XIX é tentar desvendar um emaranhado de questões que cercavam a prática do vestir, e através delas, compreender as restrições enfrentadas pelos cativos daquela sociedade.

A pesquisa de Daniel Roche destaca que “a roupa, variando constantemente, revela e esconde posições sociais”. Nesta perspectiva, podemos então entender que a indumentária poderia ser sim, utilizada para camuflar uma determinada condição. Seria a “tela” pela qual o sujeito “pinta” a imagem que deseja que os demais possam contemplá-lo. Dito de outro modo, o fugitivo poderia utilizar das vestes levadas na fuga para criar uma posição social. Ainda de acordo com Roche, “[...] a roupa, linguagem do corpo e dos desejos, envolve tantos impulsos contraditórios e expressa tantas

¹⁴⁰ Karasch, 2000, p. 188.

¹⁴¹ SILVA, Camila Borges da. Os inventários no estudo da indumentária: possibilidades e problemas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 142-160, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/911/942>. Acesso em 31 jul 2023.

necessidades por meio dos diversos códigos que desempenham um papel muito forte na constituição de uma identidade.”¹⁴²

O autor destaca o forte papel atribuído às vestes ao exibicionismo. Contudo, chama atenção para o controle corporal desempenhado por elas. São por meio das vestimentas que “[...] o corpo é modelado e controlado, até mesmo para a individualização e reconhecimento pelo grupo local e familiar.”¹⁴³

A indumentária atuava neste caso como uma forma de comunicação, sendo um dos expoentes que os grupos sociais escolheram, de modo consciente ou inconsciente para si, atuando como demarcador da organização social hierárquica de uma sociedade escravista, como foi a do Recife oitocentista.

Tomando como exemplo o anúncio de Anna, conforme exposto acima, que ao fugir constava-se que usava chinelas nos pés, não queremos criar aqui uma dicotomia rígida entre sujeitos escravizados e sujeitos não escravizados, onde aqueles andavam descalços ou mal vestidos em oposição a estes. A prática do vestir não é unilateral e é atravessada por diferentes fatores individuais e sociais.

Os decretos e proibições elaboradas pelas classes abastadas e dominantes são antigos, de acordo com Lipovetsky,¹⁴⁴ mas com pouco resultado de fato. No Brasil, ainda quando era uma colônia portuguesa e após sua independência, vários decretos foram determinados, mas sem tantos efeitos práticos, como bem pontua Silvia Lara.

A autora destaca que nas sociedades do Antigo Regime, a experiência visual era algo muito importante. As ostentações demarcavam os lugares sociais e o trajar permitia expor as origens dos sujeitos, apresentando suas “qualidades” e condição social.¹⁴⁵ Não obstante, os legisladores avaliavam de modo minucioso a segmentação dos atributos visuais que cada um poderia ou não utilizar. Essa determinação corrobora com o que foi pontuado por Lipovetsky, e converge com a lei pragmática de 1677, na qual o luxo e a ostentação dos vassallos eram a pauta principal.

¹⁴² ROCHE, Daniel. **A Cultura das Aparências**: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII). São Paulo: SENAC, 2007, p. 48

¹⁴³ *Ibidem*, p. 51.

¹⁴⁴ Lipovetsky, 2009.

¹⁴⁵ Cf. LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Quase um século depois, a lei pragmática do ano de 1749, tinha como objetivo proibir o luxo entre os súditos. Como descrito na mesma, esse era um dos males que governos sábios procuravam impedir. Embora a lei supostamente abrangesse todos os súditos, seu capítulo IX era destinado aos “negros e aos mulatos, filhos de negro ou mulato, ou de mãe negra, da mesma sorte que as pessoas brancas”, que proibia o uso:

[...] não só de toda a sorte de seda, mas também de tecidos de lã finos, de holandas, esguiões e semelhantes ou mais finos tecidos de linho ou de algodão, e muito menos lhes será lícito trazerem sobre si ornato de joias, nem de ouro ou prata, por mínimo que seja.¹⁴⁶

Para Silvia Escorel, a referida lei aponta para presença de negros ricamente adornados e o incomodo social em consequência disso. Apesar disso, para a autora, a lei não vingou. Contudo, percebe-se com isso que houve um esforço para que essa segregação do modo jurídico contemplasse a forma visual de como os sujeitos submetidos à escravidão deveriam se vestir.¹⁴⁷

Embora Camila Silva não tenha abordado sobre o vestuário dos cativos, suas reflexões são pertinentes para o presente trabalho. A autora analisa a circulação de produtos na Corte carioca, se atendo à indumentária, às joias e aos penteados, e os percebe como sendo marcadores hierárquicos. Entre outras coisas, a pesquisadora investigou como os uniformes e as insígnias estavam diretamente ligadas a determinadas atribuições da burocracia estatal e configuraram uma forte distinção social.

Dessa forma, ocupar determinados cargos, embora já se configurasse um prestígio social, a indumentária tinha a finalidade de reforçar tal importância através da experiência visual. Por esse motivo havia vários registros de proibições, que interditaram o uso de determinados itens por pessoas “comuns”.

¹⁴⁶ LARA, Silvia Hunold. **Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa**. Madrid: Tavera/Digibis, 2000

¹⁴⁷ Silva, C., 2010.

A tentativa de reprimir que sujeitos se vestissem de determinado modo, implicava, em muitos casos, com a hierarquia social vigente. Não por acaso, no período colonial, o rei de Portugal, D. João V enviou carta ao Governador e Capitão Geral do Estado do Brasil em 20 de fevereiro de 1696 proibindo que escravizadas utilizassem alguns tipos de tecidos, ouro e demais itens, como podemos observar abaixo:

Governador e capitão-geral do Estado do Brasil, amigo. Eu el-rei vos envio muito saudar. Mandando-se ver e considerar o que me representastes por carta vossa de 24 de junho do ano passado em *ordem do luxo de que usam no vestir as escravas desse Estado; e desejando evitar os excessos e o ruim exemplo que dele se segue à modéstia e compostura das senhoras das mesmas escravas e da sua família, e outros prejuízos igualmente graves; fui servido resolver que as escravas de todo esse Estado do Brasil, em nenhuma das capitâneas dele, possam usar de vestido algum de seda, nem se sirvam de cambraias ou holandas, com rendas ou sem elas, para nenhum uso, nem também de guarnição alguma de ouro ou prata nos vestidos. E esta proibição mandareis publicar por editais, para que venha à notícia de todos, impondo aos senhores e às escravas aquelas penas que lhe parecerem adequadas e eficazes para a sua observação. E esta carta mandareis registrar nos livros da secretaria desse Estado e nos da Câmara dessa cidade. Escrita em Lisboa, a 20 de fevereiro de 1696. Rei. (grifo nosso).*¹⁴⁸

Anos mais tarde o incômodo volta a ser registrado em Carta Régia de 23 de setembro de 1703, onde o trajar das escravizadas causava “ofensas contra nosso senhor.”¹⁴⁹ A justificativa dada, como vimos, já era outra. Desta vez o discurso tinha cunho religioso. Desse modo, observamos como as camadas abastadas limitavam e escolhiam os símbolos para si. Notamos, entre outras coisas, as menções sobre o uso da seda, tecido mais utilizado pelas altas camadas sociais e de ornamentos feitos em

¹⁴⁸ FONTE: BNRJMS, Correspondência e Ofícios, (II -33, 29, 75 - original - e II - 33, 23, 15, n. 4) *apud* Lara, op. cit. 208.

¹⁴⁹ Lara, 2000, p. 221-222.

ouro. Nesse contexto, as pessoas submetidas à escravidão tiveram que experimentar a prática do vestir a partir das possibilidades de adaptação diante dessas imposições.

Em 1709 a forma como os escravizados e escravizadas da Bahia se vestiam voltou a ser assunto das correspondências e serviu novamente como alerta e proibição para que isso não ocorresse, supostamente, nas outras províncias. A carta enviada pelo Rei a Sebastião de Castro e Caldas, governador da província de Pernambuco, deixava isso claro, como podemos verificar abaixo:

Sebastião de Castro e Caldas, Eu El Rei vos envio muito saudar. Havendo visto a representação, que me fizeram os Oficiais da Câmara da Cidade da Bahia sobre a soltura, com que as Escravas e Escravos costumam viver, e trajar nas minhas Conquistas Ultramarinas *andam de noite e incitando com os seus trajes lascivos aos homens*. Me pareceu ordenar-vos façais com que se guarde a Ordenação pela que *toca aos andam de noite, e como a experiência tenha mostrado, que os trajes, que usam as Escravas se seguem muitas ofensas contra Nosso Senhor*. Vos ordeno não consintais que as Escravas usem de nenhuma maneira de sedas, nem de telas, nem de outro, para que assim lhes tire a ocasião de poderem incitar para os pecados com os adornos custosos de que se vestem; e esta minha Lei fareis registrar e executar em todas as Capitánias de vossa Jurisdição, mandando a para este efeito publicar e registrar nos Livros da Secretaria, e mais partes necessárias.¹⁵⁰ (grifo nosso).

Muito provavelmente a proibição de 1696 não vigorou, pois em 1709 o assunto continuava sendo pauta, como vimos acima. A lei parecia ser rígida na teoria, já na prática, não podemos dizer o mesmo. Além do mais, citam condições como as que diziam que “trajes lascivos” das escravizadas à noite, segundo a carta de 1709, poderia “incitar os homens”. Tal afirmação nos faz compreender que aquelas mulheres adornas a noite eram associadas, de alguma forma, à prostituição. Segundo registrado “aos que andam de noite, e com a experiência tenha mostrado, que os trajes, que usam as Escravas se seguem muitas ofensas contra Nosso Senhor.” Além do mais, ao se vestirem com sedas, telas¹⁵¹ e ouro, objetos mencionados na

¹⁵⁰ SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro 1906. Rio de Janeiro: **Biblioteca Nacional**, Vol. 28 p. 251, 1906. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=anais_bn&pagfis=23281>. Acesso em: 12 nov. 2022.

¹⁵¹ Tecido de seda, prata e ouro. Cf. Morais e Silva, 1789, p. 448.

correspondência, essas mulheres quebravam uma hierarquia vestimentar, uma vez que esses objetos eram utilizados pelas senhoras.¹⁵²

O uso daqueles “adornos custosos” quebrava a lógica hierárquica e simbólica. Camila Silva afirma que “[...] qualquer objeto que pertence a uma cultura dialoga com as representações simbólicas da mesma.”¹⁵³ Dessa forma, quando escravizadas utilizavam determinados objetos simbolicamente atribuídos aos não escravizados, havia uma quebra da simbologia que regia a ordem social da época, o que gerava o incômodo documentado por meio de correspondências, como as citadas acima.

Não podemos deixar de mencionar que no caso das aparições públicas da família abastada patriarcal, adornar os escravizados próximos do núcleo familiar funcionava como uma forma de demonstrar *status* social. Por esse motivo, é possível compreender que provavelmente essas medidas restritivas funcionavam também para coibir essa prática.

Para o século XIX não havia legislações tal qual as leis pragmáticas que proibiam o uso de determinados tecidos e objetos na condição de cativos. É como se o costume já estivesse arraigado dentro daquela sociedade, embora não estivesse de fato escrito. Para Edward Thompson, o costume é produzido através da prática, sendo criado e produzido por pessoas comuns, algo vivenciado de modo local e que possivelmente não era registrado através de regulamentos.¹⁵⁴ Assim, o costume que é produzido no bojo social e nem sempre é documentado, é o “produto” da interação entre a lei e a prática, nesse sentido.

Observa-se ainda que havia um pudor em relação ao corpo, o qual deveria estar coberto, de uma determinada forma. Logo, as normativas referentes ao vestir no século XIX no Recife operavam no campo da moralidade religiosa, por meio de postura municipal que proibia os cativos de transitarem no espaço público sem que trajassem vestes descentes. Essas normativas, que em tese deveriam ser praticadas, eram veiculadas também nos jornais da época, mais precisamente no Diário de Pernambuco.

¹⁵² Ver Lara, 2007.

¹⁵³ Silva, C. 2010. p. 87.

¹⁵⁴ THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

3.1 Posturas municipais

Embora não existisse proibição legal acerca do uso de determinados tecidos e ornamentos em ouro ou prata para o século XIX na condição dos cativos, havia legislações que versavam sobre o modo como os escravizados deveriam se trajar, seguindo uma lógica religiosa.

As posturas municipais foram importantes ferramentas para pôr em prática a nova forma de ver e se viver no Recife e legislavam no âmbito municipal acerca dos costumes, higiene e edificações locais. Essas normas eram elaboradas pelos Conselhos, Câmaras Municipais, ou pelas Ordenações do Reino - designadas como Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas - e tinham como intuito organizar as funções administrativas e políticas da cidade, além de tratar também sobre o seu cotidiano.

De acordo com Virgínia Pontual *et. al*, as posturas eram “heranças” do período colonial, onde havia Conselhos Municipais, tanto na metrópole quanto nas colônias. No período Imperial, as Câmaras Municipais continuaram a desempenhar o papel controlador acerca da vida dos seus munícipes.¹⁵⁵ Para Maria Ângela de Almeida Souza, essas legislações obrigavam que os moradores das cidades desempenhassem certas tarefas na esfera pública, sobretudo àquelas ligadas à organização e à disciplina, com o objetivo de civilizar a cidade.¹⁵⁶

Cada Câmara Municipal criava e adaptava as posturas de acordo com as necessidades de seu contexto local. Para o Rio de Janeiro, sob o título “sobre vozerias nas ruas, injúrias e obscenidades contra a moral pública”, a legislação tentava, de alguma forma, operar por meio da justificativa moral e interferir no modo como os sujeitos da cidade se vestiam.

Tanto no Rio de Janeiro quanto no Recife, essas legislações operaram de forma mais “sútil” acerca do modo como os cativos deveriam trajar, se comparado com a lei pragmática de 1749 e das tentativas de cerceamento registradas em cartas régias.

¹⁵⁵ PONTUAL, Virginia; et al. **São José**: olhares e vozes em confronto: um bairro patrimônio cultural do Recife. Recife: Cepe editora, 2021.

¹⁵⁶ SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. 2002. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7277>. Acesso em 03 fev. 2022.

Não havia neste período uma legislação imperial que discorresse para todo o Brasil acerca de como os escravizados deveriam ou não se trajar. Contudo, encontramos no âmbito municipal algumas posturas, inclusive com clara semelhança, que versavam sobre o tema. Para o contexto carioca, a postura tentava ser mais abrangente, como podemos observar abaixo:

§ 6º Nenhuma pessoa, de qualquer estado, condição, ou sexo (inclusive as pessoas encarregadas da condução dos gêneros), poderá transitar pelas ruas deste município senão com vestes decentes, isto é, não deixando patente qualquer parte do corpo que ofenda a honestidade e moral pública. O contraventor, além de multa de 10\$000, sofrerá quatro dias de prisão, e o duplo na reincidência, tanto a respeito da multa, como do tempo da prisão: sendo escravo, estará oito dias no calabouço.¹⁵⁷ (grifo nosso).

Para os escravizados, como visto acima, a pena seria mais severa, considerando que, em tese, a conduta abrangia a todos os munícipes. Para o Recife, em 12 de dezembro de 1831, foi publicada no Diário de Pernambuco a postura municipal intitulada “Sobre Vozerias, Injúrias, Indecências, e Palavras Obscenas nas Ruas, Contra a Modéstia Pública, e Polícia Sobre os Pretos”, título semelhante ao do Rio de Janeiro, contudo mais específica, e que se dirigia de modo direto à forma como os cativos não deveriam se apresentar nas ruas:

4º Ninguém poderá mandar a rua, escravo, ou escrava, sem que sejam vestidos de roupa, que lhes cubra os corpos, e que essas roupas não sejam esfrangalhadas, debaixo da pena de o senhor pagar de multa 640rs. e se falta for cometida pelo extravio, que o escravo nessa ocasião tenha feito, sofrerá este 48 horas de prisão, empregado no serviço público, ficando o Snr. isento da multa.¹⁵⁸ (grifo nosso).

¹⁵⁷ **Código de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro de P. Brito, Impressor da Casa Imperial, 1854, p. 48-49. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3880>. Acesso em 12 ago. 2022.

¹⁵⁸ Postura da Câmara *apud* HDBN, Diário de Pernambuco, 13/12/1831, n°. 264. In. Postura da Câmara. TÍTULO 11. p. 2.

Posto isso, fica claro que havia preocupação com relação à nudez dos corpos negros. Nesse sentido, não era vedado o uso de determinadas vestes por meio da câmara municipal. Contudo, isso não quer dizer que não havia uma hierarquia social das aparências ainda em vigor no século XIX no Recife. A exigência da cobertura corporal, no caso da população negra cativa, por meio da legislação municipal, denunciava as condições precárias do vestuário vivenciadas por aqueles sujeitos e a exigência de que aqueles corpos estivessem vestidos, não ofendendo a moral pública da época.

Em 17 de dezembro de 1831, cinco dias após a publicação da postura no jornal, o proprietário do crioulo Gonçallo advertia que, embora o cativo estivesse vestido de calça velha, o mesmo possuía “roupa de mais qualidade”.¹⁵⁹ Dessa forma, o seu senhor tentava se esquivar, de alguma forma, do precário vestuário utilizado pelo cativo, ao fazer esta advertência. Além de demonstrar que provia o cativo com melhores trajés.

Cabia ao proprietário prover, em tese, vestuário ao cativo. Quando isso não acontecia, algo não muito raro, o proprietário não estaria cumprindo com seus deveres. Ao advertir que Gonçallo tinha melhores roupas, ele afirmava à sociedade que estava cumprindo com seus deveres e que, “por um acaso”, o escravizado havia fugido maltrapilho.

Prover o cativo de vestuário, quando preso, era obrigação da Casa de Detenção, oferecendo, em tese, ao escravizado “[...] duas mudas de calças e camisas de algodão azul que eram trocadas a cada dez meses, mais ou menos”.¹⁶⁰ Contudo, de acordo com Clarissa Marques, isso não era cumprido. A pouca verba, a quantidade de presos em ascensão e a divisão do vestuário com os alcoólicos e pessoas com transtornos mentais em situação de rua eram algumas das causas para que o regulamento da Casa de Detenção não fosse cumprido.¹⁶¹ O vestir estava presente no centro de várias questões do Recife no século XIX e implicava uma série de ações

¹⁵⁹ HDBN. Diário de Pernambuco, 17/12/1831, n°. 268. In: Escravos Fugidos.

¹⁶⁰ Maia, 2016, p. 57.

¹⁶¹ *Ibidem*.

que dependiam dos senhores, das autoridades, dos moradores da localidade e dos próprios cativos.

Nas palavras de Maria Ângela de Almeida Souza, que estudou as referidas legislações no contexto Imperial do Recife: “as posturas disciplinam os costumes, definem procedimentos de convívio no espaço urbano e normalizam o uso do espaço público, no dia-a-dia da cidade.”¹⁶² Observa-se que para que esta determinação fosse obedecida, os guardas municipais tinham que exercer um papel fundamental para o seu cumprimento.

Foram por meio das rondas policiais que ocorreram as prisões de homens “trajados de mulher”, noticiadas no Diário de Pernambuco, e ao que parece, não era uma particularidade do Recife, mas também da Bahia, como abordou Jocélio Teles dos Santos na Salvador oitocentista. O autor busca através dos casos de travestismos encontrados nos jornais da época, abordar temas relacionados como a homossexualidade se expressava no contexto baiano.¹⁶³

Embora as posturas não versassem sobre a proibição de se vestir com roupas destinadas ao sexo oposto, a conduta policial tentava exercer aquilo posto no Código Criminal do Imperial do Brasil sobre a honra, e isso também serviria para aqueles/as que se vestissem com indumentária atribuída ao sexo oposto ao do seu nascimento. No artigo 280 do Código Criminal do Império do Brasil, em seu capítulo I, que tratava sobre “ofensas da religião, da moral, e bons costumes”, como destacado por Santos, dizia que “praticar qualquer ação, que na opinião pública seja considerada como evidentemente ofensiva da moral, e bons costumes; sendo em lugar público.”¹⁶⁴ Uma das formas encontradas para a difusão desses costumes e da padronização de conduta e comportamentos estava em sua publicação através dos jornais da época, e é por meio deles que podemos encontrar recortes do cotidiano da cidade.

¹⁶² Souza, M, 2002.

¹⁶³ SANTOS, Jocélio Teles dos. " Incorrígíveis, afeminados, desenfreiados": indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. **Revista de Antropologia**, v. 40, p. 145-182, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-77011997000200005>. Acesso em: 12 dez 2022.

¹⁶⁴ BRASIL. OFFENSAS DA RELIGIÃO, DA MORAL, E BONS COSTUMES. OFFENSAS DA RELIGIÃO, DA MORAL, E BONS COSTUMES. CAPÍTULO I – FURTO. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em 26 jun. 2022.

Se avançarmos um pouco no tempo, através dos recortes no jornal Diário de Pernambuco, percebemos nas rondas policiais, prisões de homens que se vestiam com “trajes de mulher”, como foi o caso de José, preso pela 2 patrulha da Madre de Deus no dia 10 de setembro de 1837.¹⁶⁵ Por conseguinte, percebemos uma clara relação com os padrões morais da época em relação a maneira como os cativos praticavam o vestir, seja aplicando pena em caso do vestuário precário que expunha as vergonhas, seja em prisões daqueles não se vestiam de acordo com os preceitos de moralidade ou que utilizavam as vestes do sexo oposto como forma de “disfarce”. Para isso, o controle e a ação da polícia eram fundamentais para que a “ordem” permanecesse.

3.2 Os registros dos estrangeiros

As pinturas e os relatos de viajantes do século XIX são quase todos elaborados através de uma estética europeia. Por vezes, os povos originários e os escravizados eram retratados nessas fontes como seres “pitorescos” e “selvagens”.

Se referindo ao contexto do Rio de Janeiro oitocentista, a autora Eneida Sela aborda como homens e mulheres estrangeiros vindos da Europa retrataram também os estrangeiros, africanos escravizados, e os crioulos. A pesquisadora procurou compreender os principais paradigmas científicos, estéticos e as intenções que contemplaram aquelas descrições.¹⁶⁶ Tais reflexões são fundamentais para que possamos compreender os viajantes e pintores que estiveram no Recife no século XIX.

Entre os viajantes, podemos citar o filho de comerciantes, Henry Koster, que nasceu em Portugal no ano de 1793 e veio ao Brasil pela primeira vez para tratar de problemas de saúde. O viajante também veio em 1808 para Pernambuco, após receber recomendações de um amigo de sua família.

Sua vinda rendeu uma obra que ficou conhecida como “Viagens ao Nordeste do Brasil”, a qual foi traduzida por Luiz da Câmara Cascudo e publicada em 1942. Em

¹⁶⁵ HDBN. Diário de Pernambuco. 13/09/1837, n°. 197. In: Prefeitura, p. 2.

¹⁶⁶ SELA, Eneide Maria Mercadante. **Modos de ser, modos de ver: viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro 1808-1850**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.

sua narrativa, Koster aborda não só a cidade do Recife, mas também sobre outras localidades das “capitanias do Norte”.¹⁶⁷

Outro viajante que esteve em Recife foi Louis François de Tollenare, que era um rico comerciante, nascido no ano de 1780. Embora sua viagem tenha tido como objetivo finalidades comerciais, não deixou de registrar o que viu por aqui. Koster e Tollenare são contemporâneos de estadia no Recife, e o segundo, inclusive, utilizou de uma iconografia atribuída a Koster em seu livro, “Notas Dominicais”, traduzido por Alfredo de Carvalho e publicado no ano de 1906.¹⁶⁸

Em seus registros, Tollenare aborda os percalços da chegada ao Brasil, o desvio de rota que fez com que o navio que lhe trazia tivesse chegado à Ilha de Fernando de Noronha, ao invés da capital da Província pernambucana. A Revolução de 1817 também foi abordada por Tollenare, assim como assuntos ligados à cultura do algodão, sua viagem à Bahia e as andanças por Olinda e Recife.

Uma outra estrangeira e observadora do Brasil foi Maria Graham, que nasceu em berço com certo cabedal econômico no ano de 1785 em Papcastle, distrito localizado no Reino Unido. Sua condição econômica propiciou acesso à educação e a fez se tornar tradutora, editora e escritora de alguns gêneros literários. Conheceu diversos lugares, dentro e fora da Europa. No total, Graham teve três passagens pelo Brasil, com tempo de permanência variados. Em uma de suas viagens ao país, Graham passou pelo Recife, onde também deixou suas impressões acerca da cidade e do Brasil por meio dos registros em seu diário.¹⁶⁹

A pesquisadora Maira Porto relaciona a escrita da obra de Maria Graham, “Diário de uma viagem ao Brasil”, aos interesses de leitura, podemos assim dizer, existentes na Grã-Bretanha do período. Nesse sentido, sua escrita estava muito

¹⁶⁷ O motivo de sua vinda, não tinha a priori finalidades editoriais, e quando retorna a Europa, em 1815, Koster resolve escrever o dito livro, no ano seguinte retornou ao Brasil, novamente. No próprio prefácio o autor afirma em alguns trechos que não tinha pretensões acerca de publicar suas experiências no Brasil. Abordando não só questões culturais e sociais, o estrangeiro também teceu comentários sobre aspectos econômicos. Koster retorna ao Brasil em 1817, onde termina seus dias no ano de 1820. Cf. CARVALHO, Mary Lucia Alves de. **Os comerciantes cronistas**: Henry Koster; Louis François de Tollenare no Piauí do início do século XIX. *Contraponto*, v. 4, n. 1, p. 130-142, 2015. Disponível em: <https://ojs.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/3773>. Acesso em: 03 nov. 2022.

¹⁶⁸ *Ibid.*

¹⁶⁹ *Ibid.*

associada ao que o mercado editorial estrangeiro tinha interesse em consumir, naquele período.¹⁷⁰

Os três viajantes que iremos abordar nesta pesquisa tinham certo cabedal econômico e suas vivências narradas em seus respectivos livros de viagem, estavam centralizadas numa visão de mundo “civilizado”, pois era assim que a Europa era vista naquela época, como sendo o farol de referência cultural e social para o mundo ocidental.

A inglesa Maria Graham, relata suas impressões acerca de Pernambuco e sobre os africanos recém-chegados. Sobre estes, ela afirma que eles utilizavam “[...] um pano em torno dos rins”.¹⁷¹ Este pano, ou melhor dizendo, essa tanga, segundo Julita Sacrano, era considerada como sendo uma das primeiras formas de intervenção dos dominadores sobre os dominados naquele contexto. Os colonizadores “despiam” para depois “vestir”, de acordo com suas imposições. Essa era uma das formas encontradas para inferiorizar os cativos. Além dessa intencionalidade, o ato de “cobrir as vergonhas” expressava, sobretudo, uma prática ligada a uma visão religiosa da igreja católica.

A utilização de determinados objetos pelos escravizados, principalmente os mais próximos dos senhores, também representava a extensão da riqueza senhorial. Contudo, não podemos resumir a forma como os cativos se vestiam a essa aproximação. A realização do trabalho de ganho também somava às possibilidades de uma melhor indumentária.

Nos registros do viajante Tollenare, podemos observar duas situações referentes a essas aparições no âmbito religioso:

A porta da igreja, e mesmo no seu interior, as negras mais bonitas, ricamente vestidas sem abandono do tipo dos seus trajes habituais,

¹⁷⁰ As discussões sobre a abolição estavam sendo fomentada naquele país, e o Brasil retratado pela estrangeira contemplava tal temática, bem como a recém Independência deste país. O choque cultural vivenciado por Graham, uma mulher branca, com certo poder aquisitivo e que não havia visto de perto a escravidão negra até então é abordada em referido livro com finalidades bem definidas, segundo Porto, e atendendo a esse mercado editorial da época. Cf. PORTO, Maíra Guimarães Duarte. **Para inglês ver**: uma análise de *Journal of a Voyage to Brazil*, de Maria Graham. 2017. 113 f., il. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/24444>. Acesso em: 17 out. 2022.

¹⁷¹ GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país**: durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823. Brasiliiana, 1956, p.117.

cobertas de correntões, brincos e braceletes de ouro maciço, e os dedos cheios de anéis, vendem por conta dos senhores, que as aparamentaram assim, fitas chamadas *medidas*, bentas ou santificadas pelo contato da imagem milagrosa que se encontra em cada templo, e todo o mundo as traz ao seio ou à botoeira.¹⁷²

Os trajés habituais que o viajante se refere poderiam ser vestes femininas usadas cotidianamente, as quais abordaremos mais à frente.

A forma como essas mulheres estavam dentro das igrejas, ricamente cobertas de “correntões, brincos e braceletes de ouro maciço” era, possivelmente, uma forma que os senhores poderiam utilizar para atrair uma maior clientela, de alguma forma, atuando como chamariz para as vendas das fitas “medidas”. Nesse sentido, a aparência aqui atuava com finalidades específicas, com a intenção de render mais lucro para os senhores.

Os eventos religiosos no século XIX eram ótimas oportunidades para demonstrar riqueza, uma vez que boa parte da sociedade estava presente nesses espaços. “Aparamentar” as cativas era uma forma de mostrar a riqueza, bem como demonstrar a forma pela qual as escravizadas eram “bem tratadas” por aquelas famílias. Além disso, esses eventos eram também um momento utilizado por mulheres forras e libertas para demonstrar socialmente suas ascensões sociais e econômicas. Dessa forma, essas mulheres não estavam trajadas sem intuito definido. Havia um interesse por trás disso, seja ele comercial, por ostentação dos senhores e/ou uma demonstração de riqueza das próprias “negras mais bonitas”, que não eram necessariamente escravizadas e estavam nas portas das igrejas para demarcar suas posições dentro da sociedade. Afinal, desde o período colonial, mulheres negras ascenderam e foram donas de suas vidas, vivendo “sobre si” e garantindo seu sustento.

Em outro momento, a presença de mulheres negras adornadas acompanhadas das suas senhoras também foi notada por Tollenare, isto foi relatado quando o Santíssimo Sacramento ficou exposto por três dias na Igreja do Corpo Santo, junto à Praça do Comércio.

¹⁷² Tollanare, 1906, p. 132.

Todas as noites, quando a igreja estava brilhantemente iluminada, todas as senhoras apreciavam o esplendor dos seus trajes. Estendiam-se tapetes no centro da nave para que elas pudessem ajoelhar; *as suas escravas, ricamente adornadas, ficavam à entrada.*¹⁷³ (grifo nosso).

Percebe-se na citação acima que essas mulheres negras não estavam participando de modo efetivo da festividade, mas ficando na entrada, ao contrário de quando comercializavam as “medidas”. Contudo, isso não quer dizer que as mulheres negras não participavam dos cultos religiosos católicos, sobretudo junto às irmandades religiosas. Mas nessa ocasião ilustrada, elas estavam servindo de companhia para suas senhoras, para que estas, possivelmente, não costumavam sair à noite desacompanhadas.

As vestimentas eram claramente “lidas” pela sociedade por meio da linguagem visual imbricadas a elas. Muito possivelmente essas mulheres “ricamente adornadas” estavam trajadas com tecidos “finos” e acessórios que não eram comumente utilizados pela população escravizada, no geral. Ademais, os eventos públicos, incluindo os religiosos como a quinta-feira santa, era uma forma de se mostrar socialmente, comunicando e reafirmando aos seus pares e aos demais suas posições sociais, ou simulando estas, como observado por Henry Koster:

As mulheres todas, da alta e baixa sociedade, enchiam as ruas pelas tardes, a pé. contrariamente ao uso local. *Muitas estavam vestidas de sedas de várias cores e cobertas de correntes de ouro e outras bugigangas, e em geral expunham tudo que de mais fino tinham podido reunir.*¹⁷⁴ (grifo nosso).

Para Gilda de Melo, a posse de riqueza é a expressão da modificação social na sociedade brasileira do século XIX. Segundo a autora, no Brasil oitocentista, cujos grupos não estavam satisfatoriamente constituídos devido a sua formação recente enquanto nação, os sujeitos se utilizavam das tradições de uso e costumes para se diferenciar, utilizando assim, elementos do Antigo Regime para segmentar as

¹⁷³ Tollenare, 1906. p. 234.

¹⁷⁴ Koster, 1942, p. 48

camadas sociais.¹⁷⁵ Expor o mais caro vestuário que possuíam, nestas e em outras aparições públicas, era a forma de criar fronteiras entre os sujeitos e afirmar através da linguagem visual a qual grupo social pertenciam, ou gostariam de pertencer. A mobilidade social, inclusive por pessoas negras, era também marcada pela aquisição desses bens de consumo. Era uma das formas de mostrar prestígio e a nova condição social.

Com base nas anotações de Maria Graham, percebemos que para a escritora havia um processo mimético adotado pelos “negros livres”, além do vestuário para demarcar sua ascensão social. Na visão da estrangeira, o vestuário atuava como forma de “equiparar” os sujeitos, onde os negros livres se vestiam de modo semelhante aos “portugueses nativo da terra”¹⁷⁶, utilizando jaqueta e chapéu de palha. Mas, já adiantamos que esses itens também eram utilizados por sujeitos na condição de cativos, como identificado nos anúncios apresentados. Muito possivelmente, o que diferenciava os “negros livres”, na visão da estrangeira, seria o uso de melhores tecidos empregados na confecção das roupas, mas não especificamente o fato dos itens das indumentárias utilizadas.

A indumentária juntamente com os pés “cuidadosamente calçados” podiam ou eram utilizados no jogo da sedução. Pelo menos é o que registra Tollenare, em um final de tarde na ponte da Boa Vista, ponto de encontro de alguns homens, onde ele observa que:

[...] as jovens e bonitas mulatas, ricamente adornadas sob a capa negra que lhes agasalha a cabeça, mas que têm a habilidade de deixar cair de tempos em tempos *por acaso*, vêm ali atirar as redes de sedução; os seus pés, cuidadosamente calçados de sapatinhos de cetim branco, vêm topar com os dos homens sentados e distraídos; elas pedem desculpas, mas, o seu olhar negro e vivo voz diz que aquilo foi um mero pretexto.¹⁷⁷

¹⁷⁵ SOUZA, Gilda de Melo e. **O espírito das roupas**: a moda no século dezanove. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁷⁶ Graham, 1956. p.118

¹⁷⁷ Tollenare, 1902, p. 28. Destacamos que o termo mulata utilizado no texto faz referência às palavras utilizadas pelo viajante. Sabe-se que na contemporaneidade, tal termo não deve ser usado, pois faz referência a uma classificação racial que historicamente envolveu discriminação e estigmatização de uma camada da população, principalmente os escravizados.

Nesse sentido, os pés calçados com cetim branco, a capa negra que ora escondia ora revelava uma identidade, funcionava como elemento de sedução, segundo o relato do viajante. Onde, por meio de suas vestes, essas mulheres chamavam a atenção daqueles "distraindo" homens.

Se por um lado os sapatos atuavam como um expoente da riqueza senhorial quando utilizados pelos cativos em ocasiões públicas, a ausência deles demarcava uma condição de servidão e pobreza, como apontam Cecília Soares e Olga Velozo:

mais do que apenas símbolos literais de liberdade e cativo, os sapatos também comunicavam pertencimentos, leituras de ocasiões, e podiam ser manipulados de formas distintas dependendo do contexto [...] um escravizado de ganho poderia ter meios de vestir calças bem-postas, relógio de algibeira, anel com pedra, paletó de veludo e até mesmo fumar charuto ao invés de cachimbo, mas tinha que andar com o pé diretamente no chão, deixando exposto o estigma de seu estatuto de cativo. Uma das astúcias de escravizados fugidos era arranjar um par de sapatos para misturar-se aos libertos pelas ruas da cidade, fazendo com que existissem anúncios do tipo.¹⁷⁸

Para Soares e Velozo, os sapatos atuavam como símbolos de distinção e serviam à hierarquia social como forma de fronteira entre a condição jurídica dos sujeitos. Para a realidade existente na cidade do Recife não era muito diferente. Esses itens eram vistos como símbolo de liberdade, como observado por Graham.¹⁷⁹ O não uso destes, vale destacar, acarretava em enfermidades provocadas pelo contato direto com o solo úmido e cheio de lama, como Tollenare relatou que “[...] o pé acha-se estragado pela fadiga e pela privação do calçado.”¹⁸⁰

¹⁷⁸ SOARES, Cecília Elisabeth Barbosa; VELOZO, Olga Carolina Pontes Bon. Modas, calos e cetins: os sapatos como símbolos distintivos no Rio de Janeiro do século XIX. **Diálogo com a Economia Criativa**, v. 5, n. 13, p. 104-123, 2020. p, 117. Disponível em: <https://dialogo.espm.br/revistadcec-rj/article/view/203>. Acesso em: 16 set. 2022.

¹⁷⁹ Graham, 1956.

¹⁸⁰ Tollenare, 1902, p. 81.

O historiador Luiz Felipe de Alencastro aborda em “Vida Privada e Ordem Privada no Império” que o uso dos sapatos na segunda metade do século XIX ainda era vedado aos escravizados. Em virtude de uma pandemia de cólera que assolava várias localidades do mundo e que chegou ao Brasil, o uso dos sapatos se fez necessário para que a doença não contaminasse a população cativa, sendo utilizado como medida profilática, esbarrando num costume social arraigado por todo o Império.

Embora não houvesse proibição através de leis escritas, mas pelo costume, sujeitos submetidos à escravidão deviam estar descalços para expor “[...] o estigma indisfarçável do seu estatuto de cativo.”¹⁸¹ Utilizar calçados após a fuga para fingir ser forro, como já exposto aqui, foi também notado no contexto carioca, como atestado por Alencastro. A situação envolvendo um surto de cólera que assolava a corte carioca, foi noticiado por meio de um jornal da época, e abordado por Alencastro, em um anúncio que dizia o seguinte:

É geralmente conhecido que a moléstia reinante tem atacado mais influencia a escravatura, devido a esta andar descalço [...] lembramos pois aos senhores possuidores de escravos que muita vantagem tirarão de os trazerem calçados enquanto nos flagela e muito próprios, pelos módico preço de 1\$500 o par, na sapataria da rua do Carmo n° 51.¹⁸²

Como também notado por Alencastro, o termo “enquanto” empregado no anúncio evidencia a forma temporária para tal uso, além de nos mostrar mais uma vez como estes objetos poderiam estar relacionados a uma condição jurídica. Passada a pandemia, em tese, os cativos deixariam de utilizar os calçados e a condição hierárquica que assinalava as condições dos sujeitos voltaria, a qual os sapatos também serviam. Dessa forma, calçar os escravizados não foi sinal de “benevolência” por parte dos proprietários, dado o contexto em que se instaurou, mas foi uma forma de não perder a propriedade cativa para o adoecimento. De certo, tanto no Rio de

¹⁸¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). **História da vida privada no Brasil**: Império. São Paulo: Companhia das Letras, v.2, 1997, p. 79

¹⁸² *apud* Alencastro, *op. cit.*, p.79.

Janeiro quanto em Recife havia diferentes formas de vestir entre a população escravizada.

A obra intitulada *Venda do Recife*, de Johann Moritz Rugendas, nos dá indícios das possíveis práticas vestimentares do Recife no século XIX e da dinâmica da cidade.

Figura 7 - *Venta a Reziffé* de Johann Moritz Rugendas.



Fonte: RUGENDAS, Johann Moritz. *Venta a Reziffé*. 1835. 1 grav: pb. Disponível em: <https://digitalcollections.nypl.org/items/510d47df-c9ce-a3d9-e040-e00a18064a99>. Acesso em: 08 out. 2023.

Com base no método proposto por André Mendes, exposto na metodologia deste trabalho, iremos tecer alguns comentários acerca da obra acima.¹⁸³ No primeiro plano, observamos que a venda ocupa o térreo, enquanto o andar superior desempenha a função de moradia. Nesse sentido, a edificação tinha duas funções distintas. A composição da imagem nos mostra a clara presença de mulheres na cena, em sua maioria mulheres negras. Essa segmentação dos planos superior (morada) e inferior (a venda e toda a efervescência da cidade) coloca a mulher branca no plano

¹⁸³ Mendes, 2019.

superior em destaque. Embora ela esteja inserida na cena, a forma como ela está posicionada na sacada, observando o que acontece na rua (plano inferior), transpassa a reclusão das mulheres brancas em relação a rua, como destacado por viajantes da época e algo bastante conhecido dos estudiosos do século XIX. Mas, é no plano inferior da imagem que “tudo acontece”.

Também no plano superior (morada), é possível ver uma mulher negra, em interação com uma vendeira, posicionada no lado direito externo da venda, mostrando um colar de contas a uma das moradoras que está na varanda. Se exercitarmos nossa imaginação, a natureza dessa interação inicial pode ou não culminar no convite para que a mulher negra suba ao andar superior e conduza uma venda e/ou possa mostrar mais produtos, uma vez que as vendeiras poderiam comercializar uma variedade de produtos, como é de destaque na imagem acima. Fica notória a presença do comércio de rua, bem como a dinâmica da cidade do Recife pelo olhar de Rugendas. Nesse sentido, a referência a venda, ao que nos parece, não está apenas relacionado ao ponto físico comercial existente na imagem, contudo, está presente na relação desempenhada na interação dos vários sujeitos que estão inseridos na imagem.

Os trajés utilizados pelas vendeiras nos indicam que eram mulheres que já haviam ampliado sua posse material, dadas as formas como se vestiam. Não sendo, portanto, a indumentária comumente utilizada pelas escravizadas de modo geral. As diferentes formas de vestir entre as escravizadas também podem ser notadas na imagem, além de outros objetos como uso de colares, brincos e sapatos, há uma diferença na forma de utilizar os panos da costa, bem como uma variedade no tamanho dos mesmos. Um deles, é possível perceber que sua usuária consegue cobrir boa parte da extensão do seu tronco, sendo maior do que todos os outros utilizados na imagem, demonstrando assim uma diferenciação e posse da usuária em termos materiais perante as demais.

O torço ou pano de cabeça é notado em pelo menos mais cinco sujeitos negros (quadro mulheres e um homem). Já os sapatos, utilizados entre os sujeitos negros, é percebido apenas em uma vendeira, que está comercializando frutas e que traja um pano da costa diferenciado dos demais utilizados pelas negras da imagem, como

destacado acima. Todos esses sujeitos estão na centralidade da imagem, na porta da venda, onde o olhar do leitor é prontamente direcionado, sendo o "ponto de tensão visual" que os leitores são atraídos, como afirma André Mendes.¹⁸⁴

A venda, título da obra, ao nosso ver, não é representada apenas pelo ponto físico embaixo do sobrado, mas como ação executada pelas diversas vendeiras que estão inseridas na imagem. É notável a presença de mulheres negras envolvidas em atividades comerciais na imagem, seja comprando, vendendo ou possivelmente realizando ambas as tarefas. Nesse sentido, a obra nos possibilita, em termos gerais, apreender sobre a dinâmica da cidade, percebendo os vários atores sociais da época e suas atuações no cotidiano da sociedade. Além disso, é possível perceber a forma como os sujeitos estavam trajados, guardando particularidades e similaridades, como o uso do pano da costa sendo utilizado por várias mulheres, mas cada uma envolvendo-os no corpo de um modo distinto.

Dessa forma, através da obra acima ilustrada, é possível perceber as dinâmicas, interações e práticas vestimentares vivenciadas no Recife do século XIX, através dos vários atores sociais. Ainda, no caso do pano da costa, item detalhado adiante, as formas como as mulheres os envolviam no corpo, servindo também como meio de sustentação entre mãe e filho, uma das formas também percebida e ilustrada acima. Mas que será mais detalhada adiante.

3.3 As escravizadas descritas

Seja por meio dos anúncios de fuga, iconografias e outros tipos de fontes documentais, os escravizados são sempre os vistos, descritos e pintados por alguém. Com raríssimas exceções os cativos produziram documentações as quais podemos recorrer para compreender seus universos, com base nas suas próprias visões de mundo e experiências de vida. Os dados analisados a seguir são baseados em descrições feitas por aqueles que se sentiram lesados pela perda do bem e que faziam descrições de como viam suas propriedades perdidas.

¹⁸⁴ Mendes, 2019.

As informações sobre as indumentárias das mulheres escravizadas são referentes ao seguinte perfil encontrado nos anúncios de fuga apresentados abaixo.

Quadro 1 - Perfil de origem das escravizadas a partir dos anúncios de fuga

Origem/ qualidade	1827	1828	1829	1830	1831	1832	1833	1834	1835	Total
Crioulas	8	-	6	5	4	10	10	25	5	73
Africanas	29	2	31	36	30	45	61	54	12	300
NJ ¹⁸⁵	2	1	7	5	6	9	10	13	1	54
Cabras	1	-	-	1	2	-	1	1	-	6
Mulatas	1	-	3	1	-	1	3	1	1	11
Pardas	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1

Fonte: elaborado pelo autor com base nos anúncios de fuga do Diário de Pernambuco.

Considerando que as escravizadas crioulas estavam inseridas no ambiente residencial, conforme menciona Arthur de Souza, essas mulheres poderiam, por vezes, ter nascido nessas residências e estar mais "acostumadas" com o sistema escravista. Logo, não tinham lembranças "importunas", como destaca Tollenare, ao se referir aos escravizados africanos, o que poderia fomentar a fuga dessas africanas.¹⁸⁶ Devemos então considerar que as mulheres pardas, mulatas, cabras e crioulas poderiam já ter constituído família, sendo mais difícil de fugir e deixar para trás sua prole.

Vale destacar, mais uma vez, que os dados coletados para esta pesquisa são apenas aqueles que continham alguma tipo de informação acerca da indumentária dos escravizados. Logo, não representam um quadro geral de fugas entre a população escravizada. Assim, fazendo uma análise acerca das fugas, de um modo geral, pode ser que os quadros apresentados nesta pesquisa não correspondam à realidade, em termos gerais, uma vez que, como dito, os dados coletados passaram por um "filtro" de seleção. Dessa forma, os dados apresentados abaixo, no quadro 2, dizem respeito

¹⁸⁵ Mulheres cuja as origens/qualidades não foram identificadas.

¹⁸⁶ Tollenare, 1902.

aos itens da indumentária de mulheres escravizadas em fuga, conforme o perfil apresentado no quadro 1.

Quadro 2 - Itens da indumentária feminina (1827-1835)

Peças	1827	1828	1829	1830	1831	1832	1833	1834	1835	TOTAL
Baeta	14	1	7	9	11	6	5	5	7	65
Cabeção	12	1	4	7	4	11	14	13	5	71
Camisa	7	-	8	6	9	10	8	18	5	71
Roupinho	-	-	-	-	-	2	1	-	1	4
Saia	18	-	23	32	24	27	37	39	31	231
Molambo	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Tanga	4	-	-	-	-	-	-	-	1	5
Vestido	19	2	31	26	27	47	64	53	65	334

Fonte: elaborado pelo autor com base nos anúncios de fuga do Diário de Pernambuco

Ao analisar as indumentárias descritas nos anúncios nos deparamos com a baeta, que no século XIX poderia designar um tipo de tecido um item do vestuário que compunha a indumentária de mulheres. No anúncio de fuga de Mariana, africana de nação Benguela, foi informado que a cativa havia fugido com “[...] vestido de chita roxa, pano de baeta preto [...]”¹⁸⁷. Sabe-se que a baeta era um tipo de tecido, contudo, a descrição do anúncio acima pode nos revelar uma prática proibida no século XIX. A baeta poderia denominar também um item do vestuário que era utilizado para cobrir a cabeça. Ao nosso entendimento, este poderia funcionar também como forma de disfarce durante a fuga, como uma espécie de manta ou xale onde aquelas mulheres cobriam os rostos, ocultando assim sua identidade.

De acordo com Januária Oliveira, havia sido proibido que mulheres da província de São Paulo utilizassem as mantas em baetas, uma vez que tal item cobria parte da cabeça e do rosto, que era prática entre os povos ibéricos e recriada nesta realidade social. “Embuçadas em baetas” era uma prática do período colonial, segundo a autora,

¹⁸⁷ HDBN. Diário de Pernambuco, 06/07/1833, n.º. 144. In: Escravos Fugidos

que perdurou até o início do século XIX em São Paulo. E ao que nos parece, algo semelhante aconteceu também no Recife, durante o mesmo período.¹⁸⁸

As mulheres, não só as ibéricas no Brasil, se cobriam como forma de não mostrar as marcas da pobreza e de doenças como a varíola. Contudo, essa era uma prática proibida desde o século XVIII, uma vez que alguns criminosos utilizavam o acessório como forma de disfarce para encobrir seus crimes. A prática chegou a ser caso de polícia, de acordo com Januária Oliveira.¹⁸⁹ Ainda, vale destacar que a proibição não era aplicada somente às mulheres escravizadas, contudo, a estas a pena delegada seria mais severa, contendo a aplicação de castigos físicos.

As punições por cada crime variavam durante o período colonial e imperial, de acordo com as condições sociais dos sujeitos que a praticavam. O "peso" da pena era mais intenso para os escravizados e os menos favorecidos, de acordo com Fernando Salla. Esse tipo de aplicação de penalidade, que considerava o estrato social do apenado, pode ser percebida através das posturas municipais apresentadas neste trabalho.¹⁹⁰

Em 30 de agosto de 1810, o Conde de Aguiar, D. Fernando José de Portugal e Castro, enviou para Antônio José da Franca e Horta, Governador da Capitania de São Paulo, uma carta onde dizia que era proibido "[...] solenemente o andarem as mulheres nessa cidade embuçadas em baetas [...]".

O pesquisador Fernando Salla se utiliza de outra documentação, o Registro Geral da Câmara de São Paulo (RGCSP), emitido por Antônio José da Franca e Horta, para expor como o mesmo delito poderia ser punido de duas formas, a depender de quem era o sujeito. A correspondência é de setembro de 1810, um mês após o envio da carta para o Governador da Capitania de São Paulo, citada acima.

¹⁸⁸OLIVEIRA, Januária. Embuçadas em baetas. **História Luso-Brasileira**. 24 mai. 2020. Disponível em: http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5344:embuçadas-em-baetas&catid=2068&Itemid=215. Acesso em: 24 out. 2023. Ver também: MUNHOZ, Fabiana Garcia. **A invenção do magistério público feminino paulista**: Mestre Benedita da Trindade do Lado de Cristo na trama de experiências docentes (1820-1860). 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.48.2019.tde-28112018-145638>. Acesso em 01 dez. 2023.

¹⁸⁹ *Ibidem*.

¹⁹⁰ SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo (1822-1940)**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.

Portanto, pondo em seu inteiro vigor a lei que proíbe às mulheres semelhantes rebuços novamente ordeno que toda a mulher que for achada rebuçada por qualquer maneira inteiramente descoberta (pois a devem fazer inteiramente descoberta) sendo nobre das quaes não espero a contravenção das reas ordens, seja recolhida por qualquer oficial militar, ou de justiça a cada decente, e se mandará imediatamente parte para mandar a sua casa com decencia devida à sua qualidade e pagará vinte mil réis para o Hospital dos Lázaros desta cidade se for mulher ordinária, e mulata ou preta forra pagará oito mil réis da cadeia aplicados na mesma forma com oito dias de prisão. As escravas porém não poderão trazer baeta pela cabeça, e as que assim forem achadas serão castigadas corporalmente na cadeia a meu arbítrio.¹⁹¹

A penalidade com a execução de castigos físicos para o caso das escravizadas era maior, possivelmente, considerando que o uso da baeta poderia ser utilizado em um momento da fuga, fazendo com que a cativa tornasse mais difícil o seu reconhecimento, uma vez que, como citado acima, a baeta era utilizada sobre a cabeça, fazendo com que o rosto ficasse coberto.

A baeta, enquanto item da indumentária, é percebida na amostragem feita por Patrícia Souza para o contexto carioca na década de 1820, e ausente para as décadas de 1850 e 1870. A constatação nos leva a inferir que a baeta caiu em desuso anos depois da sua proibição. Uma vez que a amostragem da autora não contempla a década de 1830, não temos como fazer um comparativo para esta pesquisa com base nos dados apresentados por Souza. Contudo, até o ano de 1835, recorte final deste trabalho, percebemos o uso da baeta indicando como um tipo de peça da indumentária e utilizadas pelas escravizadas.

Um outro item da indumentária, o cabeção, que também aparece na documentação, nos indicando uma variação da camisa, um outro tipo de roupa que cobria o tronco das mulheres escravizadas. De acordo com o Dicionário de Antônio de Moraes Silva “cabeção de capa, à parte, que fica ao redor do pescoço, virada para trás”¹⁹², sendo esse, portanto, um modelo diferente do item camisa, utilizado por

¹⁹¹ Registro Geral da Câmara de São Paulo (1810) p. 305-306 *apud* Salla, *op. cit.* p. 36.

¹⁹² BLUTEAU, Raphael. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva** natural do Rio de Janeiro (Volume 1: A - K). Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789

mulheres. Desta maneira, essa era uma peça que teria a gola pendurada para trás do pescoço, convergindo com o que a pesquisadora Vivian Orsi afirma.¹⁹³

A peça foi descrita no anúncio de fuga da africana de nação Congo, sem nome mencionado, e seu uso associado à saia, uma vez que havia fugido “[...] com cabeção de estopa, saia de riscado azul [...]”¹⁹⁴. Em um outro anúncio, também de uma africana, podemos perceber um possível modelo descrito com mais detalhes e que foi utilizado por Joanna em sua fuga:

Há oito dias fugiu uma negra de nação Calabar, de nome Joanna, estatura ordinária, grossa, com vestido de paninho metido em cor azul, bastante curto, cabeção de brim de babados, e mangas quase ao cotovelo, pano azul com dois remendos, um dos quase de pano preto. Quem a encontrar leva-a as Cinco Pontas, a casa de Pedro Crislogo da Cunha Porto, para encaminhar a morada de seu Sr.¹⁹⁵

Dessa forma, com base nos anúncios, percebemos que o uso do cabeção era constantemente associado ao uso da saia. Mesmo considerando essas duas combinações, conforme o que foi descrito, observamos que os vestidos foram os mais utilizadas ao longo dos anos, com exceção do ano de 1830.

O uso da tanga, pano utilizado para cobrir as vergonhas e talvez a primeira “peça” de roupa dada aos africanos de ambos os sexos, foi pouco observado nos anúncios. Foram usando esse tipo de veste que as africanas novas fugiram¹⁹⁶, bem como Feliciano, de nação Angola, que utilizou apenas uma tanga de pano da costa e um ferro no pescoço quando se evadiu.¹⁹⁷

¹⁹³ Cf. ORSI, Vivian. A Estação: considerações sobre a moda e seu léxico no século XIX no Brasil. **Revista Linguagem em Foco**, v. 12, n.º. 3, p. 67-88, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.46230/2674-8266-12-4165>. Acesso em 01 set. 2021. “A “gola” está presente em peças de roupas que cobrem do tronco ao quadril e possui diversas formas, com diversos nomes e especificações. “Cabeção”, formado a partir da lexia “cabeça” + morfema lexicalizado -ão, é o nome dado a um tipo de gola larga e com um pedaço de tecido pendente.

¹⁹⁴ HDBN. Diário de Pernambuco, 12/06/1832, n.º. 378. In: Escravos Fugidos.

¹⁹⁵ HDBN. Diário de Pernambuco, 27/02/1827, n.º. 45. In: Fugidas de Escravos.

¹⁹⁶ HDBN. Diário de Pernambuco, 28/03/1827, n.º. 91. In: Fugidas de Escravos

¹⁹⁷ HDBN. Diário de Pernambuco, 26/10/1835, n.º. 589. In: Escravos Fugidos.

Embora não seja objetivo deste trabalho analisar o estado das roupas, é importante pontuar que encontramos informações que nos levam a afirmar que os cativos utilizavam roupas em condições precárias. Isso é possível através do uso dos termos “roto”¹⁹⁸ e velho, associados aos tecidos empregados na indumentária e percebidos ao longo desta análise. Esta condição pode indicar fugas em decorrência da pobreza do cativo e dos maus tratos.

A análise proposta nesta pesquisa objetivou observar os tecidos descritos na indumentária cativa, uma vez que eles eram elementos que compunham a forma de como as mulheres escravizadas praticavam o vestir. Dado os vários tipos de tecidos e alguns com pouca recorrência, iremos tecer comentários apenas acerca dos mais encontrados nos anúncios. Porém, é importante mencionar que todos os itens listados no quadro 3 estarão presentes no glossário de tecidos elaborado para esta pesquisa e disponível para consulta ao final deste trabalho.

Quadro 3 - Tecidos atribuídos a indumentária feminina nos anúncios de fuga.

Tecidos	1827	1828	1829	1830	1831	1832	1833	1834	1835	Total
Algodão	2	1	5	5	2	4	4	7	-	30
Algodãozinho	2	-	5	5	2	6	8	11	7	39
Alifante	1	-	1	-	-	-	1	-	-	3
Baeta	-	-	-	4	-	-	5	1	-	10
Bambá	-	-	1	-	1	-	-	-	-	2
Bretanha	2	-	-	1	2	2	-	-	-	7
Brim	2	-	-	1	-	1	1	1	1	7
Cassa	1	-	1	-	1	2	7	7	1	20
Cambraia	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Cetim	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1

¹⁹⁸ É a “parte irregular de romper”. Ou seja, algo muito desgastado. Cf. PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionário da Língua Brasileira. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832, p. 118.

Chita	23	1	22	28	21	27	39	37	42	240
Estopa	1	-	-	-	-	1	-	-	-	2
Ganga	2		1			1	2	2	-	8
Estopa	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Hamburgo	2	-	-	1	1	-	-	-	1	5
Lifante	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Lila	1	-	1	8	2	4	7	7	7	37
Linho	3	-	1	1	-	2	-	3	1	11
Lira	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Madapolão	-	-	1	-	-	2	1	4	1	9
Pano/paninho	11	-	9	9	2	11	18	16	11	87
Pano da costa	-	-	-	-	-	1	2	-	1	4
Riscado/riscadinho	-	-	-	1	9	15	24	11	8	68
Seda	-	-	-	-	-	1	1	-	-	2
Xila/chila/xilinha	1	-	1	2	1	1	1	6	3	16

Fonte: elaborado pelo autor com base nos anúncios de fuga do Diário de Pernambuco.

Como pode ser observado no quadro acima, alguns dos tecidos foram agrupados em uma mesma linha, como o caso do algodão/algodãozinho; pano/paninho; xila/chila/xilinha e riscado/riscadinho. Fizemos isso considerando que estes seriam uma variação do mesmo tipo de tecido.

Com base nos anúncios conseguimos compreender a relação entre a indumentária e os tipos de tecidos utilizados em cada um item. Percebemos que o algodão estava associado à confecção das camisas, saias e cabeção. Já o algodãozinho era associado às camisas e cabeções. A chita, por sua vez, era empregada nos vestidos em maior recorrência, e menos frequentes nas saias. Percebeu-se que esse padrão se manteve de modo constante ao longo dos anos analisados.

É possível perceber a possível origem dos tecidos por meio das descrições dos anúncios de fuga. O "algodãozinho da terra", segundo Bruno Câmara, era preferível pelos senhores, que optavam por usar o tecido para vestir seus escravizados, devido ao baixo custo no mercado.¹⁹⁹ No caso das chitas, encontramos termos que podem indicar suas possíveis procedências, tais como as inglesas, portuguesa, da fábrica, e sobre sua qualidade, as chitas "finas". Segundo Maria da Silva, a chita seria uma "lençaria pintada."²⁰⁰ Como lençaria para o período, entende-se "todo tecido de linho ou de algodão."²⁰¹ Em sua definição, a chita era "[...] um tecido com estampas de animais e flores produzidos na Ásia ou Europa."²⁰² Dessa forma, a chita seria um tecido importado e estampado de linho ou algodão, e quem sabe até de ambos em conjunto.

Ao pesquisarmos bancos de imagens virtuais referentes aos tecidos em circulação entre os anos de 1800 até 1835, encontramos a seguinte referência visual de um tecido em algodão com estampas florais, presentes no acervo digital do *Victoria and Albert Museum*:

Figura 8 - Tecido floral em algodão do século XIX



Fonte: *Victoria and Albert Museum*. Disponível em: <https://collections.vam.ac.uk/item/O26298>

¹⁹⁹ Câmara, 2013.

²⁰⁰ Pinto, 1832, p. s/n.

²⁰¹ *Ibidem*. p. s/n

²⁰² Silva, M. 1789, p. 267

1/indian-dress-fabric-unknown/. Acesso em: 29 out. 2023.

No caso das chitas, as estampas poderiam ser variadas, cheias de detalhes e cores, como nos indica o anúncio de fuga da africana Luiza, da nação Congo, que ao fugir usava um “[...] vestido de chita novo com riscas ao alto no meio das ditas grandes flores, mangas curtas, e bastantes fofas com babados sobre elas assemelhando-se açucenas [...]”. As estampas florais das chitas foram comumente percebidas em toda a análise, como as açucenas (flores) que estampam o vestido de Luiza, conforme o anúncio.²⁰³ Algumas outras descrições nos anúncios indicam que esse tipo de tecido colorido era bastante utilizado pelas escravizadas.

O tipo de chita em circulação no Recife do século XIX, possivelmente, era variado. As chitas de menor qualidade e baixo valor poderiam ser utilizadas na indumentária dos escravizados e de pessoas pobres, pelos menos é o que acreditamos com base nos anúncios de venda da época. Na loja de Fazendas Baratas, de propriedade de João Carlos Pereira de Burgos, localizada na esquina da Pracinha do Livramento, era possível encontrar peças de chitas finas, cujo o côvado (unidade de medida) custava 200 réis, “ditas chitas entre finas” custando 3,840 rs, e a de 140 rs a para cobertas, o côvado.²⁰⁴ Outros tipos de tecidos também poderiam ser encontrados na referida loja. Anos mais tarde, em 1834, o estabelecimento do Burgos apresentava uma variedade de tecidos e preços que podem ser observados abaixo:

Peças de chitas finas de 7\$500 a 4\$480, covado de 200 a 120, peças de madapolões de 8\$ a 3\$360, vara de 400 a 180 reis, peças de riscado jarda de 240 a 200 reis, covado de 200 a 160, peças de paninho finas de 4\$ a 3\$200, vara de 420 a 340, peças de duquzas jarda a 160 covado 120, peças de Bretanhas de 6 varas a 2\$080, de 10 $\frac{3}{4}$ a 2\$240, peças de patitelha de 8\$400 e 5\$400, varas a 320 e 240, varas de algodão trançado jarda a 240 e 170, vara de 320 e 220, peças de algodão liso jarda de 145 e 130, vara a 200 a 180, e rapé Princesa a libra a 1\$600: na esquina da Pracinha do Livramento na loja do Burgos.²⁰⁵

²⁰³ HDBN. Diário de Pernambuco, 02/02/1834, n°. 284. In: Escravos fugidos.

²⁰⁴ HDBN. Diário de Pernambuco, 05/06/1829, n°. 122. In: Vende-se.

²⁰⁵ HDBN. Diário de Pernambuco, 16/05/1834, n°. 389. In: Vendas.

Os tecidos anunciados no Diário de Pernambuco e que poderiam ser encontrados na loja do Burgos foram descritos nos anúncios como sendo utilizados na indumentária dos cativos. Tecidos como madapolão, riscado, paninho, bretanha e algodão, como podemos observar, eram de baixo custo e uma opção para que senhores e os próprios cativos pudessem recorrer para confecção da indumentária. Em anúncio, o algodão trançado era oferecido para sacos e roupas dos escravizados, na casa de n. 52, de propriedade de Domingos Alves Matheus, localizada na rua da Cruz, no bairro do Recife.²⁰⁶

A população do século XIX no Recife poderia encontrar tecidos não apenas nessas lojas, mas por meio das vendedeiras nas ruas da cidade, como já citado. De acordo com o historiador Bruno Câmara:

[...] essas mulheres, conhecidas popularmente como boceteiras, teriam mais facilidade de adentrar nos lares das senhoras mais recatadas. Era grande a atuação de mulheres livres, forras e escravas nesse nicho de mercado. Pode-se dizer até que parte do comércio a retalho da cidade era ocupado por elas. Havia até mostruários especializados para a venda ambulante de tecidos.²⁰⁷

Como afirmado pelo historiador acima, os tecidos eram também comercializados nas ruas do Recife, por meio do comércio das negras de tabuleiro, que poderiam render bons lucros aos senhores. Em um anúncio de venda, veiculado no Diário de Pernambuco, vendia-se ou trocava-se "[...] uma negra crioula, costureira, de 14 anos, por uma preta de nação de meia idade, que possa andar na rua com tabuleiro [...]".²⁰⁸

O que nos chama atenção no anúncio, além da predileção do anunciante por uma preta de nação, era o ofício da jovem escravizada: costureira. Em um único anúncio podemos perceber dois ofícios ligados ao vestir, as vendedeiras e as costureiras. O vestir no Recife do século XIX, não só entre a população preta, envolvia muita gente negra. Seja aquelas que vendiam ou as que confeccionavam as indumentárias, de um modo geral.

²⁰⁶ HDBN. Diário de Pernambuco, 31/12/1851, n°. 295. In: Vendas.

²⁰⁷ Câmara, 2013, p. 337.

²⁰⁸ HDBN. Diário de Pernambuco, 23/10/1832, n°. 504B. In: Vendas.

Por meio de alguns anúncios de fuga é possível perceber a inserção de alguns sujeitos que estavam envolvidos no comércio dos tecidos. Eram os casos da escravizada fugida em 1831, com apenas 12 anos de idade e sem nome mencionado, que estava trajando um "[...] vestido de chila azul, cabeção de caça, e baeta verde [...]"²⁰⁹ e levou consigo um tabuleiro de fazendas que vendia. E a crioula Marcelina de 25 anos que levou em um tabuleiro de fazendas diversas e de todas as qualidades: "[...] chitas finas, riscados, paninhos, cassas lisas, de lista, de quadros, transparentes, cambraia e etc. [...]"²¹⁰ Um outro caso foi o da africana de nação angola, sem nome mencionado, que teve sua fuga anunciada e na qual se afirmava que a dita vendia "fazendas e miudezas"²¹¹

Embora as mulheres dominassem o comércio de rua, alguns homens também estavam inseridos nesta atividade, com base no que foi apresentado nos anúncios do Diário de Pernambuco. Esses homens escravizados eram carregadores de tabuleiros de fazendas, como era o caso de um cativo, sem nome mencionado, que estava sendo vendido na rua Direita, n.º 8. Afirmava-se que um escravizado de 18 anos era um bom carregador de tabuleiro de fazendas.²¹² Em outro anúncio, este de fuga, era dito que o africano Antonio dos Santos, de nação Cassange, que já não era mais moço, tinha faltas de cabelos na "coroa" da cabeça, por andar carregando um tabuleiro com fazendas.²¹³

Outro tecido que merece nota é o riscado, que ao nosso entendimento, era semelhante ou igual ao riscadinho. Podendo ser este último uma possível variação do riscado. Diante disso, optamos por agrupar ambos em um mesmo tipo, como já mencionado. Na análise feita por Patrícia de Souza percebemos a ausência desse tipo de tecido nos dados apresentados pela autora. No entanto, o riscado aparece na pesquisa da historiadora em todas as décadas analisadas por ela (1820, 1850, 1870), mas relacionado à cor/padrão dos tecidos.²¹⁴

²⁰⁹ HDBN. Diário de Pernambuco, 26/02/1831, n.º. 45. In: Escravos Fugidos.

²¹⁰ HDBN. Diário de Pernambuco, 09/03/1831, n.º. 54. In: Escravos Fugidos.

²¹¹ HDBN. Diário de Pernambuco, 22/01/1831, n.º. 17. In: Escravos Fugidos.

²¹² HDBN. Diário de Pernambuco, 22/10/1831, n.º. 226. In: Vendas.

²¹³ HDBN. Diário de Pernambuco, 03/10/1832, n.º. 488. In: Escravos Fugidos.

²¹⁴ Souza, P., 2011.

Embora tal tecido possa ser considerado como listrado/riscado, é necessário que façamos esta distinção para que possamos também compreender os tipos de tecidos utilizados na indumentária dos cativos.

Para Manuela da Costa, o riscado era um tipo de tecido de algodão, o qual tinha riscas (listras) de determinada cor alternadas com listras brancas. A semelhança estética entre o riscado e o pano da costa pode ser observada através do anúncio de fuga de crioulo Jacinto, como podemos ver:

Jacinto, 13 a 14 annos, criôlo, bonito e bem feito; fugido no dia 11 do corrente, com calça de *riscado inglês como pano da Costa, camisa de estopa, ou algodãozinho* tendo sido mandando a bordo de um barco de farinha buscar este gênero; e porque se desconfia, que fosse furtado, ou vendido para fora pede se encarecidamente ao Sr. Commandante do Registro or humanidade haja de indagar nas saídas das embarcações, e a qualquer pessoa que dele tiver notícias, que avize o dono do mesmo escravo, na rua do Rosário larga n. 174 1º andar, por cima do Botequim da porta larga, que dará alviças. (grifo nosso).²¹⁵

Em outro anúncio, do jovem escravizado Antonio, podemos ver uma outra citação que menciona o riscado:

Antonio, crioulo, 9 a 10 annos, cheio do corpo, cara larga, pescoço grosso, tem uma cicatriz de queimadura no lado esquerdo da barriga, e outra na coxa do mesmo lado, e um dedo do pé direito ferido e sem unha; fugido a 11 do corrente com *calça de riscado da costa: á esquina da rua da Cruz atrás da Praça da União, ou no Aterro da Boa-vista em caza do Cirurgião Francisco Joze Rodrigues.* (grifo nosso).²¹⁶

O padrão visual do riscado, com listras, poderia, em certa medida ser associado ao pano da costa, pelo fato de ambos serem tecidos com disposição de listras, como podemos observar nos anúncios acima. Já o termo “pano” poderia ser uma designação genérica para definir vários tipos de tecidos, tais como: algodão, linho, lã, entre outros, de acordo com o dicionário de Moraes e Silva.²¹⁷ Isso corrobora com a descrição presente no anúncio de fuga da africana Joanna, de nação Benguela.

²¹⁵ HDBN. Diario de Pernambuco, 17/09/1833, n°. 202. In: Escravos Fugidos.

²¹⁶ HDBN. Diario de Pernambuco, 03/09//1832, n°. 465. In: Escravos Fugidos.

²¹⁷ Silva, M., 1789, p. 153.

Segundo ele, a cativa havia fugido com "[...] um vestido de riscado amarelo e azul com quadros grandes, e folhas recortadas, e cabeção de pano de linho [...]".²¹⁸

O anúncio da escravizada Joanna nos possibilita compreender as cores do tecido de riscado: às riscas eram amarelas e azuis, além de outros grafismos. Já o cabeção de pano de linho converge com a definição dada por Moraes e Silva. No caso do paninho, como afirma Manuela da Costa, esse era um tipo de “tecido fino de algodão”²¹⁹

Os anúncios de fuga não dão conta apenas dos tipos de peças e tecidos empregados na indumentária dos escravizados. As cores, elemento descrito nesta documentação, facilitava a identificação visual dos cativos, e no caso desta pesquisa, nos permitiu investigar quais cores estavam presentes na indumentária dos escravizados. Dessa forma, elaboramos por meio dos anúncios o quadro 5 abaixo, o qual nos permite visualizar as cores mais presentes nos trajes dos cativos.

Quadro 4 – Cores descritas nas indumentárias das escravizadas

Cor	1827	1828	1829	1830	1831	1832	1833	1834	1835	Total
Amarela	2	-	3	2	8	6	8	4	21	54
Azul	15	-	11	17	20	32	27	33	16	171
Azul claro	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Azul escuro	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Azul ferrete	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2
Branca	2	-	6	3	6	11	19	12	16	75
Café	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2
Cinza	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2
Encarnada	1	-	3	1	3	7	13	8	1	37
Escura	-	-	-	1	-	-	1	2	1	5
Parda	1	-	-	-	1	1	-	-	-	3

²¹⁸ HDBN. Diário de Pernambuco, 25/03/1833, n°. 208. In: Escravos Fugidos.

²¹⁹ Costa, M., 2004, p. 152.

Preta	5	1	6	13	6	10	26	26	14	107
Rosa	-	-	-	1	2	-	1	-	-	4
Roxa	4	1	2	3	4	10	8	3	1	36
Tabaco	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Verde	2	-	-	3	4	1	4	2	2	18
Vermelha	-	-	-	1	4	-	-	-	2	7

Fonte: elaborado pelo autor com base nos anúncios de fuga do Diário de Pernambuco.

Ao longo da análise observamos certa constância com relação às cores: azul, branca encarnada/vermelha, preta e roxa. Contudo, uma mesma peça de roupa poderia conter várias cores, principalmente quando eram feitas em chita, considerando que este era um tecido estampado. Esse fato é um dos fatores que possibilitaram uma diversificação das cores, como apresentado no quadro acima.

Dessa forma, quando relacionamos os quadros de peças, materiais e cores das indumentárias das escravizadas percebemos a recorrência das seguintes informações:

- Algodão sem cor especificada utilizado nas camisas, saias e cabeção;
- Cassa utilizada para cabeção, camisas e saias. Nas saias as seguintes cores foram percebidas: amarela, branca e encarnada.
- Chita para as saias nas cores: azul, amarelo, encarnado, branco, roxo, verde e várias outras cores. A mesma variedade de cores foi observada para os vestidos e estes em sua grande maioria tiveram a chita como tecido com maior recorrência.

Dessa forma, referente a indumentária das escravizadas conseguimos fazer alguns apontamentos importantes, principalmente em relação aos tipos de tecidos utilizados na confecção das peças. Cabe ressaltar que não encontramos distinção significativa no uso das peças entre as crioulas e africanas.

No caso das africanas percebemos que os tecidos mais empregados na peça cabeção foram o algodão, algodãozinho e pouca incidência de tecidos como bretanha, brim e cassa. Para a peça camisa encontramos com maior recorrência o algodão e o

algodãozinho. Os tipos de tecidos nesses casos nos mostram uma predominância pelo algodão e algodãozinho, especialmente para a parte superior que vestia o tronco das escravizadas, como a camisa e cabeção.

Embora tenhamos notado a utilização do algodão, lila, ganga e outros tipos de tecidos, as saias eram confeccionadas, em sua maioria, com a chita nas cores azul, branca, verde e encarnado (vermelho). Também percebemos o uso significativo do riscadinho/ riscado, mas em menor incidência que a chita, cuja cor predominante era a azul e com estampas variadas: “palmas/palminhas”, pintas encarnadas, ramagens, riscada e algumas outras descrições de estampas que nos levam a afirmar que eram estampas florais.

No caso dos vestidos é notório o uso da chita como sendo o tipo de tecido mais utilizado, nas mais variadas cores: azul, branca, roxa e outras. Ainda, suas estampas eram as mais diversas possíveis, considerando que esse era um tipo de tecido estampado: flores em cor de ouro; flores amarelas, encarnadas, roxas; com palmas roxas, ramos pretos e raminhos encarnados foram algumas das descrições atribuídas às estampas dos vestidos em chita.

Embora os dados estejam apresentados nos quadros acima de modo separados, com base na nossa análise e confrontando os quadros 3 e 4, percebemos que riscado/riscadinho foi bastante notado como sendo utilizado nos vestidos das seguintes cores: azul, encarnado, amarelo e outras; e estampados com quadros amarelos e quadros amarelos grandes. Contudo, alguns poucos em paninho, linho, xila e outros.

Percebemos que o item cabeção esteve mais associado ao uso das africanas do que pelas crioulas e foi atribuído frequentemente ao tecido algodão/algodãozinho. Contudo, verificamos também, com menor recorrência, a menção a outros tipos de tipos de tecidos, como: bretanha, brim, madapolão, pano. Em relação às camisas, tecidos como o algodão/algodãozinho e linho eram recorrentes, também sem cores mencionadas.

No caso dos vestidos das crioulas, a chita foi associada em maior recorrência, seguido pelo riscado, cassa, paninho e xila. As chitas apresentaram cores diversas,

com predominância do azul, mas também com a presença das cores branca, parda, café, roxa, verde, vermelha, rosa, entre outras com menor recorrência. A diversidade de cores estava associada, como dito, às estampas do referido tecido: assentos brancos, ramagens, flores, salpicos, foram algumas das estampas a título de nota que destacamos para este tipo de tecido.

Com base nas descrições dos anúncios, percebemos que as saias das crioulas eram confeccionadas em chita, riscado, algodão e lila. A diversidade de cores esteve associada, mais uma vez, à utilização da chita em azul com ramos brancos, azul com flores vermelhas, por exemplo, assim como a lila na cor preta e riscado na cor vermelha. Para as camisas das crioulas notamos o uso predominante do algodão, sem cores mencionadas.

Nem todos os anúncios informam a origem dos escravizados e não é possível compreender nas entrelinhas se eram crioulos ou africanos. Dessa forma, agrupamos esses casos na categoria como não identificada (NI). Assim, também analisamos a indumentária das mulheres sem origens identificadas, e podemos chegar a alguns apontamentos.

Observamos camisas em algodão, bretanha e baeta, sem que as cores tenham sido mencionadas. A presença das chitas nas saias e nas cores azul e cinza foram percebidas, assim como feitas de ganga e cor azul, em lila na cor preta. Contudo, os vestidos foram os mais percebidos no uso dessas mulheres. Eles seguiam o mesmo padrão dos já citados, no caso das crioulas e africanas. A chita foi atribuída, em sua grande maioria, para esta peça, onde as cores predominantes foram o azul, branco, encarnado e roxo.

Percebemos com base no quadro 5 a pluralidade de cores mencionadas. A informação vai contra ao que Gilberto Freyre fala para os fins do século XVIII e início do XIX. Segundo ele, como já citado, o Brasil passou por um processo de reeuropeização, o que acarretou em uma vida com menos cor e mais acinzentada.²²⁰ Nesse sentido, podemos inferir que os escravizados não utilizaram fortemente desse processo mimético que as classes abastadas adotaram para ficarem mais "próximos"

²²⁰ Freyre, 2004.

dos europeus, pelos menos no que se refere ao uso das cores. Se por um lado as classes abastadas estavam preocupadas em parecerem-se cada vez mais com o outro lado do atlântico, utilizando de cores em “tons de luto” como pontua o sociólogo, os escravizados estavam utilizando uma indumentária muito colorida. E muito longe do que comumente é reproduzido em telenovelas e minisséries nacionais, as quais abordam os escravizados trajando algodão cru.

Ao longo da análise percebemos as procedências da chita, como sendo inglesa, portuguesa, da fábrica, como anteriormente mencionados. Assim como o “bretanha inglesa”, que pode nos indicar um tecido comercializado no Recife e importado da Grã-Bretanha e de outras localidades do continente europeu. Isso é possível perceber no anúncio de fuga da africana Maria, de nação cabinda, que quando empreendeu sua fuga utilizava uma “[...] camisa de algodão, e saia de chita Inglesa já toda branca [...]”²²¹. Além da procedência da chita utilizada na saia de Maria, podemos perceber o estado das suas vestes, que de tanto uso já estava toda branca, ou seja, desbotada, perdendo, conseqüentemente a cor.

No ano de 1835, a vendedeira de fazendas Jozefa, africana de nação cabinda, ao fugir “[...] levou vestido de cassa da Índia além de uma saia preta por cima e pano da costa já usado [...]”²²². Logo, a partir dos anúncios analisados percebemos que as indumentárias das escravizadas contemplava uma variedade de cores, itens e materiais de diferentes lugares que cada escravizada, ao seu modo, pode se apropriar com base nos recursos disponíveis para exprimirem suas identidades e visões de mundo.

3.4 Os escravizados descritos

Na análise da indumentária dos escravizados do sexo masculino foi possível perceber uma variedade maior de tecidos e peças, se comparados à indumentária das mulheres escravizadas. Isso ocorre, sobretudo, porque as fugas masculinas aconteceram com maior frequência do que as femininas, o que nos deu uma melhor compreensão do cenário.

²²¹ HDBN. Diário de Pernambuco, 14/04/1829, n°. 59. In: Escravos Fugidos.

²²² HDBN. Diário de Pernambuco, 14/07/1835, n°. 124. In: Escravos fugidos.

O fato de os escravizados terem fugido mais do que as escravizadas pode estar relacionado a uma série de coisas. No caso das mulheres cativas, a não fuga poderia estar relacionada com as alforrias femininas serem mais frequentes do que as masculinas, abandonar o cativeiro e deixar sua prole, ou até mesmo fugir com seus filhos, o que traria ainda mais dificuldade. A pesquisadora Alice de Moura, que analisou os anúncios de fuga na corte carioca entre os anos de 1827 a 1850, acredita que era possível que as mulheres escravizadas fugissem com menor frequência por conta da maternidade. Segundo ela, havia um risco em fugir com sua prole e ser pega. Neste caso, haveria grandes chances de que elas e seus filhos fossem separados. Dessa forma, poucas são os anúncios que conseguimos visualizar a respeito de mães fugindo com seus filhos, ou de uma possível família escrava em fuga. Com base nesses pressupostos, a fuga dos cativos se dava com maior frequência.

A partir dos dados coletados para esta pesquisa, obtivemos os seguintes perfis de pessoas escravizadas:

Quadro 5 - Perfil de origem dos escravizados a partir dos anúncios de fuga.

Origem/ qualidades	1827	1828	1829	1830	1831	1832	1833	1834	1835	Total
Crioulos	4	-	16	17	23	26	31	31	38	186
Africanos	38	5	71	108	82	117	104	129	50	704
NI ²²³	6	-	13	8	31	21	23	22	14	138
Cabras	1	-	2	-	8	3	5	9	2	30
Pardos	3	-	-	-	1	5	1	-	3	13
Mulatos	-	-	9	7	7	11	6	5	5	50
Crioulo de Luanda	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Acabriado	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos anúncios de fuga do Diário de Pernambuco.

Se compararmos o perfil das fugas de ambos os sexos, iremos perceber que as fugas entre os homens escravizados eram superiores às das mulheres

²²³ Escravizados cuja origem/qualidades não foi identificada.

escravizadas. Mesmo que, com base nos dados apresentados por Figueira de Melo, havia um certo equilíbrio entre ambos os sexos no Recife e em seus arrabaldes.²²⁴

No caso das mulheres que tinham filhos, fugir com sua prole, como já mencionado, poderia ser um impedimento, fazendo com que as mesmas permanecessem no cativeiro, como citado anteriormente. Além disso, os ofícios desenvolvidos por elas, como lavadeiras, vendeiras, costureiras etc. poderiam proporcionar uma maior "liberdade" dentro do sistema escravista, fazendo com que não precisassem recorrer tanto à prática de fuga.

Os dados obtidos nesta pesquisa em relação às fugas masculinas convergem com os apontamentos feitos por Aline Moura, no contexto carioca dos oitocentos. Com base nos dados analisados por Moura, conclui-se que os escravizados africanos eram os que mais fugiam. Na visão da autora, essa explicação estava associada à própria lógica africana. Considerando a instabilidade política na África e os conflitos existentes fomentados pelo próprio tráfico no continente, segundo Moura, os africanos, alguns deles guerreiros derrotados, teriam um conhecimento sobre estratégias de fuga.²²⁵

A pesquisadora Mary Karasch acredita que os africanos novos fugiam por não estarem "aclimatados". Segundo a pesquisadora, esses homens tornavam-se "obedientes" após um certo tempo dentro do sistema escravista. Contudo, em um primeiro momento, a revolta e a saudade tomavam conta. Segundo ela, "[...] no caso de novos africanos, era durante o período de aclimação, quando os donos estavam afirmando sua dominação, quando batia a saudade e as florestas tropicais lembravam a África, que eles costumavam tentar a primeira fuga."²²⁶

Desse modo, as indumentárias dos escravizados correspondem então ao perfil apresentado no quadro 7 que contém dados coletados com base nos anúncios de fuga.²²⁷ Por meio deles, encontramos as seguintes peças atribuídas à indumentária dos escravizados.

²²⁴ Figueira de Melo, 1979.

²²⁵ Moura, 2022.

²²⁶ Karasch, 2000, p. 404.

²²⁷ Embora os dados apresentados nesta pesquisa não dizem respeito a todos os anúncios publicados no jornal Diário de Pernambuco durante o 1827 e 1835, mas apenas aqueles que traziam informações sobre a indumentária dos escravizados, nós percebemos que mesmo utilizando do "filtro" na

Quadro 6 – Itens da indumentária masculina dos escravizados em fuga

Peças	1827	1828	1829	1830	1831	1832	1833	1834	1835	Total
Baeta	-	-	4	14	1	3	2	6	4	34
Barrete	-	-	1	1	-	1	1	-	-	4
Cabeção	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Calça	28	1	68	90	119	134	130	158	119	847
Calção	-	-	4	4	1	-	-	-	-	9
Camisa	26	1	79	118	126	152	141	174	126	943
Camisão	-	-	-	-	-	1	1	-	-	2
Camisote	-	-	-	-	1	-	-	1	-	2
Capa	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Capote	-	-	-	-	1	-	1	-	-	2
Cazaca	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Ceroula	3	-	24	44	30	38	35	49	33	256
Colete	3	-	6	3	7	9	10	9	-	47
Foufas	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Jaqueta	14	-	18	25	31	36	39	52	26	241
Linfome	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Sobrecasaca	-	-	-	-	1	-	2	1	-	4
Surrão	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Tanga	6	-	1	9	-	-	-	-	-	16
Vestia	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2

documentação a presença da indumentária o padrão de fuga entre os homens escravizados é semelhante para outras localidades. Os africanos são os que mais fugiam, convergindo assim com os perfis de fuga analisados para outras localidades, tais como: SOARES, Carlos Eugênio Líbano.; GOMES, Flávio dos Santos. “Dizem as Quitandeiras...”: Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. *Acervo, [S. l.]*, v. 15, n. 2, p. 3–16, 2011. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/211>. Acesso em: 01 dez. 2023.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos anúncios de fuga do Diário de Pernambuco.

Com base no quadro acima, podemos compreender como se dava o vestir dos cativos, ao longo dos anos. Dentre a diversidade de itens encontrados, nota-se que quatro deles se mantiveram presentes durante todo o período da pesquisa. Esse fato nos leva a compreender que a calça, camisa, ceroula e jaqueta eram elementos “permanentes” na forma de vestir dos escravizados da época.

A combinação calça e camisa se mostraram as mais frequentes nos anúncios de fuga. No início do século XIX, o viajante Henry Koster, ao falar sobre os engenhos, percebeu que: “a roupa dada à escravaria pelos amos consiste em camisas e calças de algodão local, e um chapéu de palha. Uma peça de baeta e uma esteira lhes são oferecidos, mas esses objetos não são jamais renovados como seria devido às demandas do asseio”²²⁸ O uso em conjunto dessas peças com o chapéu não ocorreu apenas no contexto dos engenhos. Isso também foi bastante notado no contexto urbano através da análise dos anúncios.

Dada a dinâmica do trabalho escravo no Recife, existiram mais possibilidades onde o cativo, através dos ofícios desempenhados, conseguiria melhores vestes. Assim, numa comparação entre o rural e urbano, apesar das permanências encontradas nas peças, o que foi observado por Koster no meio rural, às vezes, poderia ser diferente para o contexto da cidade.

Nas anotações de Tollenare, ao incorporar suas impressões sobre vestes, ele afirmava que aos homens negros eram dadas calça e camisa, o que também foi observado por Henry Koster, como já exposto. Na visão de Tollenare, esses trajes incomodavam, pois “poucos os conservavam, principalmente a camisa.”²²⁹ Devemos pontuar que a “falta” de zelo, ou o não uso, de acordo com a visão do estrangeiro, poderia ser proveniente do trabalho árduo, do calor e não por mero descuido. Ora, o trabalho degradante e o serviço pesado estavam possivelmente associados à “não conservação” das vestes, além de denunciar a não compra de vestuário por parte dos

²²⁸ Koster, 1942, p. 518.

²²⁹ Tollenare, 1906, p. 82

senhores, os quais, em tese, deveriam promover a alimentação e o vestuário aos escravizados.

Com base na análise feita por meio dos anúncios de fuga, percebemos que, no caso dos homens cuja origem não foi identificada, as calças eram possivelmente confeccionadas em algodão, brim, estopa e pano. O uso do algodão foi notado com bastante frequência entre as camisas e ceroulas. Logo, tecidos mais resistentes e “grosseiros” como o algodão, a baeta, riscado, madapolão e estopa, eram então empregados no uso das camisas. Tais tecidos também aparecem com bastante frequência quando analisamos as ceroulas, que também utilizavam o algodão predominantemente, mas também o brim e a estopa para sua confecção. Estes tecidos conforme podemos identificar nos dicionários da época seriam mais resistentes que outros, como a seda, por exemplo. Logo, considerando o custo benefício, os senhores optavam possivelmente por esses tecidos pensando na durabilidade do material.

A população escravizada, de modo geral, andava com vestes precárias. Ainda sobre esse aspecto, Tollenare nos dá mais detalhes acerca do vestir entre os escravizados:

As mais das vezes contentam-se com cingir os rins de uma corda na qual passam, pela frente e por trás, um pequeno pedaço de pano com que procuram ocultar o que o pudor proíbe mostrar. As crianças também recebem vestidos; dão prontamente fim a eles a fim de andarem nuas; quando chegam aos 14 ou 15 anos são fustigados para se tornarem mais cuidadosas; então vêem-se alguns trazendo a camisa passada sobre o ombro a moda de chlamyde: lembram assim belas estátuas gregas.²³⁰

No caso das jaquetas, notamos o uso da chita, seguido pelo riscado e o pano - termo genérico para designar alguns tipos de tecidos, como já exposto. Contudo, outros tipos de tecidos, em menor frequência, foram percebidos, tais como chila, ganga, linho, entre outros. Verificamos que os padrões se repetem quando observamos os tecidos empregados na indumentária dos africanos. No caso destes, percebemos que para a confecção da calça, a utilização do brim e da estopa são

²³⁰ Tollenare, 1906, p. 82.

predominantes, seguidos pelo uso do algodão e pano, em menor frequência. Porém, assim como em dados já apresentados, notamos que outros tipos de tecidos também foram utilizados, contudo em menor recorrência. O fato nos leva a inferir que a indumentária cativa, seja ela para os africanos ou crioulos, de ambos os sexos, não seguia um padrão fixo, mas variava de acordo com a oferta do mercado de tecidos, com o poder aquisitivo dos senhores e com as possibilidades de compra de vestuário por conta própria.

Para Tollenare, os escravizados que acompanhavam seus senhores ou que desenvolviam trabalho doméstico trajavam “com menos graça e mais à europeia”²³¹ e em alguns casos, também utilizavam coletes, que foram peças também encontradas no levantamento das fugas. No caso dos cativos, que acompanhavam seus senhores, esses possivelmente desempenhavam funções menos exaustivas, quando comparados com a dos carregadores ou homens que trabalhavam no serviço pesado das lavouras.

Um exemplo disso pode ser visto através de Gonçalo, um homem negro escravizado que acompanhou Tollenare em sua estadia no Recife. É descrito que este não utilizava sua camisa bordada e as pequenas joias que o viajante o havia dado quando iam caçar, mas parecia que não as poupava de apresentá-las em outros ambientes. O fato de Gonçalo utilizar determinadas roupas e adornos o distinguia dos demais homens da mesma condição que a sua. De certa forma, a imagem do cativo estava associada à do viajante. Logo, a forma como Gonçalo se vestia quando acompanhava o viajante expunha de modo direto o *status* de Tollenare, que era seu senhor. Dessa forma, a “prosperidade” do senhor transpassava ao escravizado.

Uma das primeiras vestes dadas aos escravizados recém-chegados era a tanga, conforme citado anteriormente pelos viajantes. Sabemos disso também através dos anúncios de fuga, pois esta informação foi mencionada quando dois escravizados recém chegados de Inambana fugiram:

Novos com os sinais seguintes, nação Inhambane, com tangas de riscado azul, baeta encarnadas, idade 20 anos bonitas figuras, o mais alto tem um fio de miçangas brancas no braço esquerdo, e na perna

²³¹ Tollenare, 1906.

outro encarnado, o mais baixo com sinais da ponta do nariz até a testa, e um sinal na barriga, levarão uma foice encavada em um pau, e ausentaram-se a 24 do corrente; os apreendedores levem ao armazém da rua Nova da Alfandega, junto ao arco da Conceição da ponte que serão bem recompensados do seu trabalho.²³²

Embora tenhamos percebido poucos escravizados utilizando fios de miçangas, podemos notar, além do uso das tangas, essa materialidade no anúncio apresentado acima, que versa sobre os africanos recém-chegados. Adiante, iremos abordar com maiores detalhes sobre o uso dos adornos descritos nos anúncios de fuga.

Ainda sobre o uso das tangas, o viajante Henry Koster destaca seu uso através de um relato sobre a chegada e compra de alguns escravizados vindos de África. Entre as condições insalubres narradas por ele, é dito que: “os homens trazem um pedaço de pano azul ao redor da cintura, passado através das coxas e amarrado atrás.”²³³.

Se tratando da indumentária dos crioulos, notamos que a utilização dos tecidos não foi modificada significativamente ao longo dos anos. As camisas tiveram o algodão como sendo utilizado em maior frequência, seguido pelo brim, estopa e madapolão, além de alguns outros tipos de tecidos em uma menor recorrência. O mesmo padrão é notado no caso das calças dos crioulos, onde o brim, a estopa e o pano foram os tipos de tecidos mais percebidos.

Com base na recorrência do uso dos tecidos, elaboramos o quadro abaixo, no qual podemos perceber a variação dos tecidos ao longo dos anos para os escravizados.

Quadro 7 - Tecidos da indumentária de homens escravizados em fuga.

Tecidos	1827	1828	1829	1830	1831	1832	1833	1834	1835	Total
Algodão/ algodãozinho	4	-	36	75	62	76	91	86	54	484
Alifante	1	-	-	-	1	1	-	-	-	3
Baeta	-	-	16	15	7	5	4	11	11	69
Baetão	-	-	-	-	1	-	-	1	-	2
Bambazinho	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Bretanha	-	-	-	2	-	3	-	1	-	6

²³² HDBN. Diário de Pernambuco, 28/06/1830, n°. 414. In: Escravos Fugidos.

²³³ Koster, 1942. p. 504.

Brim	15	-	28	64	40	34	42	39	54	316
Cadiá	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Cambraia	-	-	-	-	1	-	-	-	1	2
Casimira	1	-	3	-	-	1	-	-	-	5
Cassa	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Cetineta	-	-	-	-	2	-	3	1	1	7
Chila	2	-	4	16	-	7	8	9	6	52
Chita	4	-	4	-	4	6	2	8	15	43
Duraque	-	-	-	1	5	1	3	5	-	15
Estopa/Estopinha	7	1	23	33	47	53	51	57	38	310
Fustão	1	-	1	1	-	-	-	-	1	4
Ganga	2	1	4	8	5	6	-	12	7	45
Gasineta	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Hamburgo	2	-	5	4	9	2	1	1	1	25
Lã	1	-	-	-	-	1	1	-	-	3
Lapim	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Liage	-	-	4	-	-	2	-	-	-	6
Lifante	-	-	1	-	1	-	-	-	-	2
Lila	2	-	5	-	7	6	4	6	-	30
Linho	-	-	5	1	7	4	5	6	3	31
Lona	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Madapolão	-	-	1	2	2	3	4	16	12	40
Mamba	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Meti/metim	-	-	-	1	2	-	-	1	-	4
Morim	2	-	1	-	-	-	-	-	-	3
Pano/Paninho	6	-	12	7	14	10	21	13	8	91
Pano da costa	-	-	-	-	1	-	2	-	-	3
Riscado/Riscadinho	1	-	4	6	19	19	25	40	27	141
Sarja	-	-	-	1	1	1	2	-	-	5
Seda	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Veludo	-	-	1	-	-	1	1	1	-	4

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos anúncios de fuga do Diário de Pernambuco

No caso dos tecidos em algodão, encontramos anúncios no Armazém de Santos Braga, que estava localizado na rua da Moeda nº141, que dizia: “excelentes sacas com farinha do Rio de Janeiro de superior, a da Muribeca, e panos de algodão

de Minas próprio para negros de engenho.”²³⁴ Mas como percebido no quadro acima, nem só de algodão se vestiam os cativos.

Um possível tecido que aparece com frequência nos anúncios, mas que não está no quadro acima é o riscado/riscadinho. Além do mais, percebemos ao longo dos anúncios que essa designação poderia ser uma padronagem do tecido, como pode ser observado através da descrição da fuga de Antônio.

Antonio, nação Angola, pequeno ladino, dentes podres adiante, cor fula; levou vestido calça de estopa, *camisa de riscadinho miúdo roxo*: fugido a 20 de setembro do corrente ano: á Boa vista por detrás da Matriz sobrado de um andar D. 10, que será recompensado.²³⁵ (grifo nosso).

Em relação à ceroula, percebemos como principais tecidos usados na sua produção a estopa, algodão e hamburgo²³⁶, algodãozinho, entre outros. Não observamos correlação entre a utilização específica de um tecido a um tipo de peça de roupa, contudo, notamos que no caso das jaquetas, o uso mais recorrente era o da chita e do “pano”. Também percebemos, em poucos anúncios, a jaqueta associada ao ofício de pajem, como sendo parte constituinte de seu “fardamento”, termo percebido nos anúncios. Como no caso de Manu, um escravizado ainda buçal de nação gabão.

No anúncio, era informado que o africano havia fugido no dia 22 de setembro de 1829, levando consigo “[...] um chapéu preto, duas camisas, uma calça de pano de linho, e outras ditas de ganga amarela, e uma jaqueta de pajem de pano azul bandada de azul claro com botões brancos [...]” além desses itens, o cativo levou algumas coisas de valor, tais como um copo de prata.²³⁷

Não percebemos ainda um único tipo de tecido empregado em um tipo de peça, a não ser a chita que foi percebida com maior frequência associada à peça jaqueta.

²³⁴ HDBN. Diário de Pernambuco, 15/07/1837, n°. 132. In: Vende-se.

²³⁵ HDBN. Diário de Pernambuco. 20/10/1832, n°. 503. In: Escravos Fugidos.

²³⁶ Sobre esse tecido não encontramos registros nos dicionários da época nem em glossários têxteis. Contudo, acreditamos que o tecido era proveniente de Hamburgo, cidade na Alemanha que tinha uma produção têxtil importante para a época.

²³⁷ HDBN. Diário de Pernambuco, 25/09/1829, n°. 205. In: Escravos Fugidos.

Dessa forma, compreendemos que os tecidos empregados no vestuário dos escravizados, crioulos ou africanos se mantiveram de modo constante ao longo dos anos.

Ademais, é possível investigar as cores e padrões dos tecidos por meio dos anúncios. Estas informações estão disponíveis no quadro 9, pois, para facilitar a captura do escravizado fugido, descrever com precisão a estampa do tecido ou a cor poderia ser uma das melhores formas de identificar de modo visual os fugitivos, e no caso da presente pesquisa, são por meio dessas descrições que podemos compreender a pluralidade de cores existentes na indumentária dos cativos.

Quadro 8 - Cores descritas a respeito da indumentária dos escravizados em fuga

Cores	1827	1828	1829	1830	1831	1832	1833	1834	1835	Total
Alvida?	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Amarelo	-	-	6	5	-	5	7	7	3	33
Azul	6	1	18	25	33	26	26	55	37	227
Branca	11	1	13	1	27	27	26	41	44	191
Cana	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Cinza	-	-	1	1	-	-	-	1	-	3
Encarnada/ Vermelho	2	-	15	22	10	10	6	17	11	93
Escura	1	-	-	-	-	1	-	5	3	10
Jerimum	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Parda	1	-	1	-	5	1	2	2	4	16
Pinhão	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Preta	4	-	15	6	13	21	19	21	6	105
Rapé	-	-	-	-	-	-	4	-	1	5
Roxa	2	-	-	-	4	1	5	2	6	20
Verde	1	-	1	4	1	7	1	4	-	19

Vinho	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos anúncios de fuga do Diário de Pernambuco

Em relação às cores percebemos também uma certa constância ao longo dos anos, o que nos mostra uma instabilidade na produção dos tecidos que apresentavam essas cores, bem como um padrão de cor utilizado pelos escravizados. Incontestavelmente a cor mais recorrente, o azul aparece em 227 registros, transcendendo todas as categorias. A sua popularidade notável ao longo dos anos denota uma preferência marcante e culturalmente arraigada. Logo depois, o branco apareceu e se tornou uma cor muito usada. Sobre essas devemos considerar que a primeira poderia estar relacionada com o tipo de pigmentação ao período, possivelmente de baixo valor econômico. Já o branco, poderia ser associado aos tecidos "crus", ou seja, os linhos, algodões e outras fibras naturais que não careciam de tingimento. Tecidos tingidos nas cores amarelo e vermelho também foram bastantes notados, o que nos leva também a acreditar que isso estava relacionado com a oferta dos pigmentos que coloriam os tecidos, fazendo com que fosse notável a presença de tais cores entre a indumentária dos cativos.

A obra San-Salvador do pintor Rugendas, que esteve no Brasil no século XIX, nos permite compreender, com certa riqueza de detalhes, como algumas cores estavam empregadas na indumentária dos escravizados. Na imagem abaixo podemos ter certa noção das cores empregadas na época (fig.8).

Figura 9 – Obra San-Salvador (1827 – 1835) de Johann Moritz Rugendas.



Fonte: RUGENDAS, Johann Moritz. San-Salvador. 1827. Aquarela e litografia sobre papel, 35,1 x 52,1 cm. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil. Disponível em: <
<https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/20025/san-salvador>>. Acesso em: 15 out. 2023.

Com base no método proposto por André Mendes, podemos fazer algumas observações sobre a imagem acima.²³⁸ Ao todo são 9 (nove) pessoas, entre homens e mulheres, que aparentemente estavam fora da cidade ou distantes do centro urbano. Esta ideia é percebida a partir da composição da imagem. Ao fundo, podemos ver algumas construções, o que provavelmente seria a cidade alta de Salvador, a qual estão na L1 (linha superior), e a “mata” e o mar, que está localizada na L2 (linha inferior) da obra, transpassando a ideia de que os cativos estão afastados do centro urbano.

Ao analisar a imagem percebemos que quatro pessoas do sexo masculino estão em um momento de descontração, interação e movimento, o que pode sugerir um movimento de dança entre eles. Práticas como a capoeira, por exemplo, era reprimida em praças e em locais públicos. Estar fora dos olhares repressores, era uma

²³⁸ Mendes, 2019.

atitude fundamental para que a prática se desse sem nenhum empecilho. Isso poderia acontecer em uma escapada durante o trabalho, visto que também podemos observar na imagem uma mulher com uma trouxa na cabeça, que poderia ser de roupas para lavar.

A descontração presente na imagem também pode ser notada através do chaveco entre um homem e uma mulher. Podemos inferir certa liberdade dos sujeitos que estão fora da cidade. O fato nos leva a crer que essa interação poderia, de algum modo, ser reprimida no contexto da urbe. Diante disso, podemos notar que diante do afastamento da área urbana havia certa liberdade na ação dos indivíduos que compõem a cena.

Passamos a ver então com mais clareza a obra, a partir de sua ampliação, onde poderemos analisar com mais detalhes a indumentária dos sujeitos que compõe o traçado feito por Rugendas.

Figura 10 - Detalhes da obra San-Salvador



Fonte: RUGENDAS, Johann Moritz. San-Salvador. 1827. Aquarela e litografia sobre papel, 35,1x52,1 cm. Brasiliana Iconográfica. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/20025/san-salvador>. Acesso em: 01 nov. 2023.

Os tecidos e modos de vestir são diversos entre os sujeitos negros da imagem. Contudo, vamos nos ater ao tecido “riscado” da imagem, utilizado nas ceroulas, possivelmente. O “riscadinho” acima não dispunha de listras brancas alternadas, conforme citado por Manuela Pinto da Costa, mas alternavam entre o preto e o amarelo, e o preto e o azul. Ademais, o pano listrado estaria associado ao que Michel Pastoureau apelidou de pano do “diabo”. Seu uso estaria associado à exclusão dos sujeitos, até o final da Idade Média. Posterior a isso, no início da Idade Moderna, quando os escravizados negros, pajens e “criados” dos palácios na Europa eram trajados com listras, a simbologia foi alterada, sendo, a partir de então, considerado como um demarcador de origem, nascimento pagão e de condição servil. Ou seja, é possível perceber que houve uma transição entre o diabólico para o doméstico, de acordo com Pastoureau.²³⁹

Assim, até o século XIX, o uso das listras nas roupas denotava, segundo o autor, uma condição servil ou função subordinada. Percebemos no contexto do Recife no século XIX que seu uso era bastante associado aos escravizados, o que converge com o que Pastoureau afirmou. Nesse sentido, segundo Escorel, os panos da costa, que também poderiam ser listrados, pertenceriam a essa categoria de tecido excludente.²⁴⁰ Havia, ainda nesta categoria, o tecido “riscado/riscadinho” por duas ou mais cores, sendo então possível para qualquer tecido: “riscado” em algodão, “riscado” em estopa etc., mas que na documentação aparece apenas como riscado/riscadinho, sem especificar o tipo do tecido.

Por meio dos anúncios de venda de produtos no Diário de Pernambuco destinados às senhoras, percebemos ausência das listras para essa camada da população. Esse fato nos leva a acreditar que as listras poderiam funcionar como demarcador social no período em tela. Era possível encontrar no ano de 1830, na Praça da União, n. 31 e 32, na loja que havia sido de Avelino, os seguintes itens:

Sedas de último gosto chegadas ultimamente as cores mais agradáveis por ser branca, cor rosa, e azul, assim como preta, bonitos pescocinhos de filó de linho para Senhoras, meias de seda de peso

²³⁹ PASTOUREAU, Michel. O pano do diabo: uma história das listras e dos tecidos listrados. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.

²⁴⁰ Escorel, 2000.

Inglesas, vestidos de cetim brancos bordados de prata obra muito rica, e pentes de tartaruga da última moda [...]²⁴¹

Para as jaquetas, encontramos uma recorrência maior nas cores branca, preto, amarela e padronagem “riscado azul”, “assento pardos e flores encarnadas”, “riscado azul e amarelo”. Já para os coletes, as cores branca, preta e amarela foram as mais recorrentes. Vale destacar, mais uma vez, que nem todos os anúncios tinham informações sobre as cores, tipos e tecidos e peças de roupa, o que pode ser verificado abaixo:

No dia 5 do corrente, desapareceu um moleque do gentio de Angola de idade nove para dez anos, com camisa e calça de algodão, e tem no peito um sinal de queimado, qualquer Capitão, o poderá pagar, e conduzir a Fora de Portas, casa N° 21, que será pago do seu trabalho.²⁴²

Já no caso das camisas, percebemos que as cores predominantes eram a encarnada, azul, amarela, roxo e branco. Já para as calças, as cores: azul, branca, amarela, preta, e na padronagem estampada “riscadinho”, riscado, riscado azul escuro. Sobre as jaquetas, as cores: amarela, branca, preta, azul e na estampa com “listras azuis”, foram observadas na análise. No anúncio de fuga de Benedicto podemos perceber essa associação, bem como notar o riscado como sendo um tipo de padronagem composto de mais de duas cores, como observado abaixo.

As oito horas do dia segunda feira 22 de agosto do corrente ano desapareceu um preto de nome Benedicto cujas confrontações são as seguintes: muito alto de corpo não muito gordo, cor bem renegrada (sic), nação Mina, com seus talhos na cara, olhos mui animados, com princípio de barba, pés grandes, levou vestida uma camisa de brim claro com fitas de atar o colarinho, e as mangas a meio braço, *calça de riscado que imita a pano da costa de listras brancas, encarnadas, e azuis largas e travessadas*, chapéu de palha com abas largas, e fita

²⁴¹ HDBN. Diário de Pernambuco, 04/10/1830, n.º. 491. In: Vendas.

²⁴² HDBN. Diário de Pernambuco. 09/02/1827, n.º 31. In: Fugidas de Escravos.

preta com laços da mesma a seu senhor em Fora de portas em a quarta casa de Intendência da Marinha.²⁴³ (grifo nosso).

Como visto no anúncio de Benedicto, o mesmo estava trajando um chapéu com abas largas de palha, entre outras coisas. O chapéu é, sem dúvida, o acessório mais percebido nos anúncios. Eram relatados, principalmente, como sendo de palha. Eles foram percebidos entre alguns modelos como sendo de “abas grandes” e até com laço de “fita preta na copa” e com “laço preto”; ainda foram descritos nas cores verde e preto, pintado com tinta branca e alguns outros tons.

Identificamos um total de 286 chapéus de vários tipos sendo utilizados pelos escravizados que fugiam. Desses, 152 eram africanos, 98 eram crioulos e 36 homens, cuja origem não foi mencionada. Observando os escravizados recém-chegados de África, o viajante Henry Koster relatou um costume dos recém compradores de almas e observa que “o comprador entrega a cada um dos seus recém-comprados escravos uma grande peça de baeta e um chapéu de palha, e o leva, o mais depressa possível, à sua propriedade.”²⁴⁴

Abordando o universo dos escravizados no Rio de Janeiro no século XIX, Mary Karasch também observou o uso dos chapéus entre os cativos. Segundo a pesquisadora:

Alguns usavam chapéus de palha pintados nas cores nacionais do Brasil, verde e amarelo, mesmo quem carregava cargas pesadas adornava-se desse modo. Ao mesmo tempo em que serviam geralmente de símbolo masculino, certos chapéus, inclusive os largos, que serviam de proteção contra o sol, e os pequenos gorros e boinas destinados por vezes a dar suporte às cargas levadas na cabeça, como o que parece ser um chapéu invertido em um escravo que carrega uma cadeirinha. Por fim, muitos homens simplesmente enrolavam um pano em volta da cabeça numa variedade de estilos, ou usavam uma touca com plumas, embora fosse mais comum prender plumas nos chapéus.²⁴⁵

Ainda segundo Karasch, embora o uso dos chapéus pudesse ser considerado com uma imitação dos seus senhores, estes não saíam para os espaços públicos sem

²⁴³ HDBN. Diário de Pernambuco. 23/08/1831, n°. 180. In: Escravos Fugidos.

²⁴⁴ Koster, 1942. p. 505.

²⁴⁵ Karasch, 2000, p. 304.

que o utilizassem. A pesquisadora afirma que o uso de tais itens entre os africanos demonstrava seus valores próprios. De acordo com ela, "as plumas, turbantes e panos usados pelos negros os distinguiam de todos outros homens do Rio e, em alguns casos, proclamavam suas filiações religiosas."²⁴⁶ Logo, eles não seriam uma cópia dos seus senhores, como já citado. Ainda, destaca-se que o uso dos chapéus também serviria para proteger contra o sol escaldante do Recife, e isso pode ser constatado pelo vasto número de itens listados e pelo clima da cidade.

Por meio do quadro 6 foi possível perceber os componentes dos vestuários dos escravizados. Com base nisso, não percebemos composição distinta no modo de vestir entre crioulos e africanos, com exceção das tangas, itens utilizados exclusivamente por africanos, principalmente entre os designados como recém-chegados. Percebemos ainda que as africanas eram as que mais se adornavam, fato esse que será mais detalhado no próximo capítulo.

Para além do exposto, por meio dos anúncios de fuga, percebeu-se o uso do adjetivo "fino" em vários tecidos para diferenciar a qualidade deles, como: pano, chapéu e cabeção. Fino seria, portanto, algo "requintado", de melhor qualidade. No caso dos homens, o termo estava mais associado ao vestuário dos crioulos, sendo predominantemente atribuído aos chapéus, camisas e calças, nessa ordem de recorrência. Dessa forma, os crioulos poderiam se adotar de tal elementos "finos" para que pudessem se diferenciar dos seus pares.

Em relação às mulheres, percebeu-se a recorrência no caso das africanas, em geral, associadas ao tecido "pano", como já afirmado, um termo genérico para designar tecidos de vários tipos.

Panos e chapéus "finos" poderiam ser encontrados na Loja do Mello, na rua do Cabugá, nº 6. Mas lá também era possível encontrar outros tipos de tecidos, a um "preço mais cômodo", que inclusive, eram notados no vestuário dos escravizados, tais como: "bicos de todo sortimento de várias qualidades, diferentes riscados para calça e jaqueta, e mais fazendas por preço cômodo [...]"²⁴⁷ É necessária uma investigação

²⁴⁶ Karasch, 2000.

²⁴⁷ HDBN. Diário de Pernambuco. 16/12/1834, nº 1561. In: Vendas.

mais aprofundada a respeito dos tecidos que eram empregados nas vestes dos cativos, percebendo, portanto, sua circulação no Recife. Já que pudemos, de modo ainda que breve, perceber a presença de tecidos comercializados em algumas lojas espalhadas pela cidade no século XIX e que poderiam subsidiar a indumentária cativa.

4 DIFERENÇAS ENTRE OS SEMELHANTES

O presente capítulo tem como objetivo explorar como que entre os cativos poderiam haver diferentes formas de se adornar. Utilizando os anúncios de fuga, percebemos alguns objetos que foram mais utilizados pelos africanos e crioulos. Dessa forma, ampliamos o olhar sobre alguns dos itens encontrados, para melhor compreensão de como os sujeitos da mesma condição jurídica (escravizados) poderiam utilizar a indumentária para que pudessem se distinguir perante seus pares.

Ao longo deste capítulo apresentaremos alguns anúncios e itens identificados na análise documental, os quais julgamos ser possíveis elementos distintivos. Ao final deste trabalho apresentamos em anexo duas tabelas separadas por sexo, onde listamos todos os adornos encontrados ao longo desta análise. Contudo, ao longo das próximas páginas iremos fazer um cotejamento com tais itens apresentados nos anexos.

Para dar início a esta discussão, faz-se necessário iniciar este capítulo abordando como se deu a presença dos africanos no Brasil, e principalmente no Recife do século XIX. A realidade apresentada na época pode nos mostrar influências vivenciadas no período em tela e descrever como crioulos e africanos influenciaram uns aos outros naquele contexto, que até hoje reverbera e compõem a identidade brasileira.

Os seres humanos submetidos ao sequestro em África e a escravidão no Brasil deixaram forçadamente seus lugares de origens e tiveram que (re)criar práticas cotidianas. Entre os anos de 1825 e 1835 é estimado que mais de 50 mil africanos desembarcaram em Pernambuco. Segundo o banco de dados do The Trans-Atlantic Slave Trade Database (TSTD), os escravizados foram trazidos das regiões da Costa do Benin, Baía de Biafra, Santa Helena e África Centro-ocidental. Esta foi de longe a região com o maior número de registros de embarque, conforme podemos observar abaixo, através da tabela 1. Ainda, é importante destacar que esses lugares atuavam como entreposto do tráfico. Logo, os que foram ali embarcados também poderiam ser de diferentes origens étnicas.

Tabela 1 - Regiões de possíveis embarques de escravizados na África e desembarque em Pernambuco entre 1825 e 1835

Região	Embarques		Desembarques	
	Nº	%	Nº	%
Baía de Benin	3.098	5,61	2.790	5,58
Baía de Biafra	814	1,47	585	1,17
Costa Centro-ocidental e Santa Helena	51.286	92,91	46.661	93,25
Total	55.198	100	50.036	100

Fonte: Elaborado pelo autor com base no TSTD

Nesse sentido, fizemos um levantamento das nações identificadas, com base nos anúncios que continham informações a respeito da indumentária de pessoas escravizadas de origem africana. A partir deste levantamento, obtivemos as seguintes informações a respeito das mulheres africanas escravizadas, dispostas no quadro abaixo:

Quadro 9 - Nações das africanas escravizadas em fuga

Nações	1827	1828	1829	1830	1831	1832	1833	1834	1835	Total
Ambaque	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Angico				2			3	1	1	5
Angola	9	-	13	7	10	16	11	10	17	93
Baca						2	2	2	-	6
Baca Ambaca?	2	-	-	-	-	-	1	-	-	3
Benguela	1		4	8		3	10	2	2	30
Benin	1	-	-	-	1	-	-	-	-	2
Cabundá	2	1	2		1					6
Calabar	-	-	-	1	-	-	1	-	-	2
Camundongo	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2
Cassange	2		5	5	5	2	4	6	4	33
Congo	4	-	-	5	7	3	5	2	3	29

Costa	2	-	-	4	-	-	5	-	-	11
Crioula de Luanda										
da Costa	-	1	-	-	1	1	-	1	-	4
de nação	-	-	-	-	-	1	-	3	3	7
Gabão	-	-	-	-	-	2	2	-	1	5
Gentio	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Gentio da Costa	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Luanda	-	-	-	-	-	-	3	-	1	4
Mina	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Moçambique	1	-	1	-	-	6	1	3	-	12
Nagô	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Quissamã	-	-	-	-	1	-	-	1	-	1
Rebolo	-	-	1	-	2	3	8	4	3	20
Songo	-	-	1	-	1	3	-	1	2	8

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos anúncios de fuga do Diário de Pernambuco

Conforme podemos observar acima, as mulheres africanas que compõem essa pesquisa são oriundas, em sua grande maioria, da região Centro-Ocidental da África, com exceção de Moçambique, que fica localizado no Sudeste africano. Os dados sobre as nações dos africanos são semelhantes às informações expostas acima. Por meio da análise dos anúncios, foram também possíveis observar as nações dos escravizados africanos, obtivemos o seguinte perfil abaixo exposto:

Quadro 10 - Nações dos escravizados africanos em fuga

Nações	1827	1828	1829	1830	1831	1832	1833	1834	1835	Total
Angico	1		3	4	5	3	2	9	4	30
Angola	9	1	12	22	10	28	30	19	35	166

Baca	-	-	-	2	1	1	1	1	1	7
Bengo?	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Benguela	1		3	6	7	15	7	8	5	52
Benin	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2
Cabinda	1	-	1	3	2	2	4	6	-	19
Cabundá	1	-	-	-	2	-	1	2	3	6
Calabar	-	-	-	3	-	1	4	3	-	11
Camundongo	1	-	1	2	2	5	3	-	2	16
Cassange	2	-	5	8	13	12	9	14	9	72
Ciage?	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Congo	3		9	12	10	7	7	24	7	79
Costa	-	-	-	6	-	-	5	6	-	17
Costa da mina	-	-	1	-	-	1	-	-	-	2
da Costa	1	-	-	1	3	6	1	-	-	12
de nação	1	-	-	1	1	5	3	5	3	19
Fehuope, ou Cabo Verde	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Gabão	2	1	3	4	-	2	4	-		16
Gentio de Angola	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Inhambane	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Mazango	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Miage	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Mina	1	-	1	-	1	-	1	1	-	5
Moçambique	3	-	5	5	4	12	8	5	6	48
Nação	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2

Nagô	-	-	-	2	-	1	-	-	-	3
Ussá	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Quelimane	-	-	1	-	-	1	-	-	-	2
Quissamã	-	-	2	2	-	-	-	-	-	4
Rebolo	-	-	1	2	2	5	4	5	6	25
Senze	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Songo	-	-	-	2	-	4	1	2	1	10
Ubaca	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Ussá	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos anúncios de fuga do Diário de Pernambuco

Logo, observamos que a recorrência das nações mais percebidas no caso dos africanos segue o mesmo perfil das africanas, predominando as nações da região Centro-Occidental da África – Angola, Benguela, Angico, Cassange, Congo e Rebolo, além de Moçambique, que como já citado acima, faz parte da região do Sudeste africano. Os dados convergem com a impressão registrada pelo viajante Henry Koster, ao longo de sua estadia no Recife.²⁴⁸

Segundo o estrangeiro, vinham para Pernambuco escravizados de Angola, Congo, Rebolo, Angico, Gabão e Moçambique. Cada um guardava suas especificidades, que muitas vezes eram expostas na própria tez. No caso dos Angicos, as escarificações eram de forma circular, e iam da orelha até o canto da boca, formando três círculos, conforme registrou Koster.²⁴⁹ No contexto escravista brasileiro, práticas sociais e culturais tiveram que ser recriadas e adaptadas, mas também algumas dessas práticas foram mantidas no novo contexto. Não seria impossível imaginar que no caso das escarificações ou dentes limados, por exemplo, que os africanos passassem aos seus descendentes tais práticas.

Por meio dos dados da presença africana no Brasil é possível compreender como essas identidades foram em partes recriadas, além de expor as regiões em

²⁴⁸ Koster, 1942.

²⁴⁹ *Ibidem*.

África que mais foram impactadas demograficamente pelo tráfico, de acordo com a historiadora Valéria Costa. É notório que, ainda hoje, tais impactos são percebidos e vividos no continente africano.²⁵⁰

Após serem expostos para venda na África, os escravizados iniciavam seu processo de transformação forçada, que muitas vezes ocorria através dos sacramentos católicos. Para Gian Carlo de Melo, o batismo era “[...] um dos primeiros atos no processo de desconstrução e reformulação da identidade dos africanos ao chegarem às novas terras [...]”²⁵¹, sendo então, uma das primeiras imposições aos africanos.

Nessa conjuntura, os africanos foram agrupados pelos escravistas em nações, as quais são mencionadas em documentações eclesiásticas, nos testamentos e anúncios de jornais, que nos dão indícios da presença cultural, social e material daqueles homens e mulheres que estiveram no Recife.

Contudo, tais nações poderiam designar várias coisas, desde grupos étnicos, cidades, reinos e até mercados. Posteriormente, os africanos se apropriaram por meio dessas designações e estabeleceram laços em torno das mesmas, conforme já citado. Para Valéria Costa, “os africanos, após o desembarque, gestavam outras identidades, que se aproximavam ou não daquelas que possuíam no momento do embarque [...]”.²⁵² Assim, as identidades não eram fixas, mas dinâmicas e fluidas.

Para o pesquisador Nielson Bezerra, a redefinição dessas identidades era multilateral. As diferenças vivenciadas em África poderiam aqui ser reforçadas como uma maneira também de delimitar essas fronteiras, através da manutenção de signos étnicos já vivenciados no continente de origem, mas também sob influência de agentes sociais inter cruzados ao longo da experiência do cativo e do tráfico, que poderiam ser um dos vários elementos de redefinição, com era o caso dos malungos e também dos outros escravizados crioulos.²⁵³

²⁵⁰ Costa, V. 2013.

²⁵¹ Silva, G. 2008, p. 143.

²⁵² Costa, V. 2013, p. 59.

²⁵³ BEZERRA, Nielson Rosa. **Mosaicos da escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara 1780-1840**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal

De acordo com Nielson Bezerra, “as identidades étnicas são formadas através de relações interpessoais, ou seja, o permanente contato entre indivíduos de grupos distintos alteraria as fronteiras identitárias, o que ocasionaria em novas formas de identificação.”²⁵⁴ A visão de Bezerra se assemelha com a de John Thorton, que acreditava que o fato dos escravizados terem encontrado pessoas de suas nações ajudou na manutenção da sua língua e cultura na diáspora. Todavia, segundo Thorton, isso não significava afirmar que elas, assim como tantas outras coisas, se mantiveram intactas. Sobretudo, se considerarmos os diferentes e novos sistemas políticos, sociais e econômicos que os africanos foram forçadamente submetidos no contexto brasileiro.²⁵⁵ Nas palavras de Thorton:

Eles comunicavam-se com outras pessoas que não compartilhavam sua herança e não eram seus vizinhos na África, inclusive europeus e euro-americanos. Mesmo que fossem capazes de transmitir sua cultura para uma nova geração, ela não seria a mesma da África. A cultura afro-americana tornou-se muito mais homogênea do que as diversas culturas africanas que a compuseram, fundindo-as e incorporando a cultura europeia. As evidências mostram que os escravos não eram nacionalistas culturais militantes que procuravam preservar toda sua herança, e sim demonstraram uma grande flexibilidade em adaptar e mudar sua cultura.²⁵⁶

As práticas sociais e culturais vivenciadas em África tiveram que ser moldadas no contexto brasileiro, dada às circunstâncias que o sistema escravista submetia os cativos. A indumentária, conseqüentemente, passou por esse processo de ressignificação, adotando e perdendo alguns elementos. Por meio dos anúncios de fuga, conseguimos identificar alguns adornos que eram mais utilizados por africanos do que pelos crioulos. Sobre eles, iremos tecer alguns comentários a seguir.

Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1235.pdf>. Acesso em 12 set. 2022.

²⁵⁴ *Ibid.*, p. 76.

²⁵⁵ THORTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

²⁵⁶ *Ibid.*, p. 279.

4.1. Pano da Costa: um elo entre sujeitos

As vestimentas com origens africanas possuíam elementos que poderiam configurar religiosidade, *status* social e estética específica para os usuários, conforme pontua Patrícia Souza. No caso do pano da costa, poderia ser usado como um elo entre a mãe e a criança, sendo lugar de refúgio para esta e uma forma adotada pelas escravizadas para carregar sua prole na labuta do dia a dia. Também poderia ser um meio de ligação e pertencimento a uma comunidade ou grupo específico, sendo, portanto, um símbolo de identidade social expressando uma escolha pessoal. Ainda segundo a autora, “as duas peças, turbante e pano-da-costa, através de suas características materiais e suas formas de uso e de arranjo, denotavam não só pertencimento étnico, mas também posição social e preceitos religiosos.”²⁵⁷ Dessa forma, o uso de do pano da costa e do turbante guardavam uma série de camadas sociais e culturais que podem ser investigadas pelos historiadores.

A produção desse tipo de tecido está inserida numa prática de tecelagem mais ampla e antiga. As técnicas criadas pelos escravizados, entre elas as rosáceas das ourelas, nas ilhas de Cabo Verde, possuíam similaridade com os tecidos hispano-mourisco datados do século XII-XIV, propiciaram um preço elevado no mercado da época e que também servia como moeda de troca na compra dos cativos, como destaca Silvia Escorel. Ainda no século XIX esses tecidos, segundo a autora, eram bastante cobiçados, tendo um alto valor de mercado.²⁵⁸

No quadro 12, conforme apresentado abaixo, podemos observar as mulheres de várias origens/qualidades mencionadas nos anúncios de fuga que fugiram usando/levando panos da costa entre os anos de 1827 a 1835 e suas origens.

Quadro 11 - Mulheres escravizadas e suas respectivas origens/qualidades utilizando panos da costa.

Origem/qualidade	1827	1828	1829	1830	1831	1832	1833	1834	1835	Total
Angico	-	-	-	-		-		1		1
Angola	-	-	-	-	2	4	2	5	7	20

²⁵⁷ Souza, P., 2011, p.154.

²⁵⁸ Escorel, 2000.

Crioula	1	-	-	2	1	5	1	2	4	16
Congo	-	-	-	1	3	3	3	1		11
Benguela	-	-	-	-	1	2	3	2	1	9
Rebolo	-	-	-	-	1	-	3	-	2	6
Benin	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Cassange	-	-	-	-	2	1	2	2	-	7
Cabinda	-	-	-	-	-	1	1	1	2	5
Cambundongo	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Gabão	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Luanda	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Quissamã	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Baca	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Moçambique	-	-	-	-	-	1	1	-	-	2
Songo	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Cabundá	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Cabra	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Crioula de Luanda	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
de nação	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2
NI	-	-	-	-		2	1	2	3	8

Fonte: Dados organizados pelo autor com base nos anúncios de fuga do Diário de Pernambuco

Observamos uma prevalência notável das mulheres africanas de nações que abrangiam a região da África Centro-Occidental usando o pano da costa, notadamente Angola, Congo, Benguela, Rebolo, Cassange, Cabinda, Camundá e Gabão, com a exceção de Moçambique, situada na região Oriental. Consideramos que o pano da costa - como outros elementos que serão vistos mais a frente -, era um dos elementos que constituía o que era ser africana e ser crioula, funcionando como um demarcador visual, além de ser um item de pertencimento a uma comunidade.²⁵⁹

²⁵⁹ Longe de ser um “mero” adorno, o pano da costa na esfera religiosa dos terreiros de candomblés, na contemporaneidade, demarca a posição das mulheres, se iniciadas ou dirigentes, além de configurar certo status dentro dessa comunidade. A padronagem, liso, estampado ou rendado também demonstra

Conforme Silvia Escorel, na configuração do xale, o pano da costa que inicialmente foi importado da África Ocidental para cá, passou a ser produzido posteriormente no Brasil. Seria, para a autora, o componente mais africano da indumentária afro-brasileira, sendo inventado na diáspora.²⁶⁰

De acordo com Raul Lody havia então uma distinção entre o pano da costa e os ditos xales ou xales da costa. Para o antropólogo, os xales eram tramados com fios de seda, possuindo em alguns casos franjas, o que segundo ele poderia ter tido influência da estética europeia. Já os panos da costa eram tramados com fios de algodão, geralmente em duas cores ou em madras, que era um tipo de tecido em xadrez, sendo utilizados por mucamas e mulheres ligadas ao Candomblé.²⁶¹ Conseguimos encontrar, por meio da amostragem, exemplos de panos da costa, descritos como “azul e branco” e com “assento branco e listras azuis largas”.

Em alguns anúncios percebemos possíveis descrições que nos indicam o uso do pano da costa, como no anúncio de fuga da africana da costa, Luiza, que havia fugido utilizando alguns objetos e um pano preto sobre seus ombros.²⁶² Para Heloisa Torres, o termo “da costa” dizia respeito sobre vários produtos importados da África para o Brasil, tais como: sabão, búzios, entre outros que carregavam o termo “costa”, indicando, assim, a procedência do produto. Contudo, a pesquisadora ressalta que a origem de alguns desses produtos poderiam ser controversas.²⁶³

Sobre a maneira como era utilizado, podemos observar que a forma de se usar o pano da costa poderia ser diversa, não apenas sobre os ombros, como podemos ver abaixo.

uma posição hierárquica. Para Nívia dos Santos, no Candomblé, o tecido tem conotação sagrada, sendo de importantíssima representação para a representação dos Orixás, estes são identificados por meio das cores, sinal distintivo de poder de cada divindade. Cf.: SANTOS, Nívea dos. Pano da Costa ou Alaká, Salvador: **Cadernos do IPAC**, p. 17-28, 2009. Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/wp-content/uploads/2012/04/Pano-da-Costa.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

²⁶⁰ Escorel, 2000.

²⁶¹ Lody *apud* Nívia dos Santos, op. cit.

²⁶² HDBN. Diário de Pernambuco, 03/10/1833, n°. 215. In: Escravos Fugidos.

²⁶³ TORRES, Heloísa Alberto. Alguns aspectos da indumentária da crioula baiana. Tese com que se apresenta Heloisa Alberto Torres, ao concurso para provimento da Cadeira de Antropologia e Etnografia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, 1950. **Cadernos Pagu**, n. 23, jul./dez., 2004, p. 413-467. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000200015>. Acesso em: 15 out. 2023.

Figura 11 - Modos de uso do pano da costa



Fonte: Torres, 2004, p. 453.

A partir da imagem, notamos que as formas de trajar o pano da costa poderiam ser muitas, com diferentes amarrações e modos de uso. Embora a imagem acima não dê conta sobre seu uso na rotina diária, é fato que o pano da costa poderia ser utilizado pelas mulheres escravizadas como forma de manter seus filhos próximos, servindo como ferramenta para carregá-los. Como podemos ver abaixo (fig. 14) na obra do pintor alemão, Johann Moritz Rugendas.

Figura 12 - Obra Negresses de Rio Janeiro (Johann Mortiz Rugendas)



Fonte: RUGENDAS, Johann Moritz. Nègresses do Rio de Janeiro. 1835. Disponível em: <https://www.rmgouvealeiloes.com.br/peca.asp?Id=11953993>. Acesso em: 12 set. 2023.

Com base na imagem acima nós podemos fazer algumas inferências, com base no método proposto por André Mendes.²⁶⁴ Identificamos as pessoas da imagem como sendo 1, 2 e 3. É possível ver a representação de duas mulheres negras que, ao nosso entendimento, são duas vendedeiras, além de uma criança. As três pessoas da imagem estão em um local aparentemente pouco habitado, cercado por plantas e com o mar ao fundo. A construção visual da imagem faz com que as figuras humanas fiquem em total destaque.

²⁶⁴ Mendes, 2019.

A composição da imagem nos permite perceber uma interação entre as duas mulheres. Podemos observar que a mulher (1) está em pé, descalça, com um torço na cabeça, o qual serve de suporte para sustentar uma cesta. Tem em suas mãos um objeto que parece ser um brinco, como se os tivesse pego das mãos da outra mulher (3).

Ambas, como dito, seriam vendedeiras, cada uma vendendo produtos distintos. Enquanto uma tem sob sua cabeça um cesto com frutas, a outra mulher (3), que está sentada, tem atrás de si um baú aberto com vários objetos expostos, entre eles: um sapato, pente e lenços. A cena ilustrada pode nos indicar uma cena de negociação, ou seja, um momento de venda destes produtos entre as duas mulheres.

Na disposição da imagem, temos na L1 (linha superior) o cesto com frutas, nos levando a inferir que se tratavam de duas vendedeiras na imagem, uma de frutas e a outra mascate. Ambas estão utilizando panos da costa e torsos, cada uma a seu modo. Esse é um dos pontos em comum entre essas duas mulheres pretas. Contudo, os tecidos empregados em suas indumentárias são distintos, bem como os tipos de panos da costa utilizados por ambas, onde o pano da costa utilizado pela vendedeira de frutas (1) é de um tamanho menor e menos "nobre" do que o utilizado pela mascates (3). A distinção entre os tipos de panos da costa fica expresso também através do brilho entre os tecidos, que nos indica que eram feitos por duas matérias-primas distintas. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que elas se assemelham quando utilizam o mesmo item (pano da costa), divergem na qualidade de cada um deles.

Outro ponto de divergência entre ambas é o uso do sapato, onde uma está descalça e a outra utilizando sapatos. O fato também pode nos indicar melhores condições econômicas desta que está calçada. A vendedeira de frutas estava descalça, utilizando um vestido possivelmente de chita, dada suas estampas, e utilizava também um pano da costa como forma de estabelecer a sustentação e carregar seu possível filho (2), durante sua atividade de ganho. Essa prática de trazer os filhos amarrados ao corpo era algo vivenciado em África e que aqui foi adaptado e continuado no Brasil. Segundo Lorena Telles, em condição de servidão, as mulheres com seus filhos "os envolviam em um xale de tecido que liberava suas mãos e braços,

o que permitia conjugar trabalho, amamentação e aproximação com seus bebês.”²⁶⁵ Como podemos perceber, essa afirmação da autora converge com a imagem acima ilustrada. Vale destacar outras obras datadas do período escravista brasileiro também retratam essa prática, o que nos assegura dizer que era algo recorrente entre as escravizadas.

Ainda sobre a obra, a indumentária da mulher mascate (3) era composta por objetos que denotam certa “prosperidade”. O que nos leva a inferir que Rugendas desejou criar um contraste entre tais mulheres, uma vez que esta estava mais adornada, utilizando brincos, um pano da costa maior e mais brilhoso, além do uso dos sapatos e a forma como utilizava o torço em sua cabeça, ao contrário da outra (1), que utilizava vestes mais modestas.

As diferenças entre os panos da costa na imagem poderiam se dar através dos tipos de fios utilizados no processo de tecelagem. O material empregado na confecção do xale seria mais caro, se compararmos com o material utilizado para fabricar o pano da costa, como apontado por Raul Lody.²⁶⁶ Um outro dado sobre esse adorno é o apresentado por Silvia Escorel, ao afirmar que um pano da costa produzido na África poderia “embrulhar” uma pessoa adulta, mas, no cenário brasileiro, considerando o contexto de produção, eles foram reduzidos.²⁶⁷ Nesse sentido, podemos então considerar que o uso do pano da costa utilizado pela mascate poderia expressar, no ambiente representado da imagem, uma possível distinção entre essas duas mulheres.

De acordo com as pesquisadoras Ketilley Purpura e Francisca Mendes, “as particularidades do pano da costa e do torço, os seus diferentes usos e funções podem ser entendidos de forma simbólica, com uma complexa e elaborada forma de distinção

²⁶⁵ TELLES, Lorena Féres da Silva. “Por ter um filho de cinco meses que não a priva de trabalhar”: mulheres escravizadas, amamentação e trabalho urbano no Rio de Janeiro (1830-1888). In: FREIRE, Jonis; CARULA, Karoline. **Raça, Gênero e Classe: Trabalhadores (as) livres e escravizados (as) no Brasil**. Mauad Editora Ltda, 2020, p. 102.

²⁶⁶ LODY, Raul Giovanni. **Pano da Costa**. Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, Fundação Nacional de Arte-FUNARTE, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.

²⁶⁷ Escorel, 2000.

nos rituais e no convívio social."²⁶⁸ Nesse sentido, a forma como essas mulheres utilizavam tais objetos poderia ser diversas. Os torços que vemos na imagem acima tinham funções diferentes. Enquanto o usado pela vendedeira de frutas (1) também atendia como uma função prática, de proteger sua cabeça em relação ao cesto, o da mascate (3) teria apenas a finalidade estética. Apesar das aparentes distinções, em ambos os casos, não descartamos a possibilidade de que cada uso poderia funcionar como forma de estabelecer demarcadores sociais.²⁶⁹

Ao mencionar sobre as vestes das "negras", Tollenare afirma que elas "trazem habitualmente a cabeça descobertas; algumas recebem chapéus redondos que lhes vão muito mal."²⁷⁰ Ainda tecendo comentários sobre a indumentária, em especial sobre os andrajos dessas mulheres, o viajante afirma que "[...] todas as vezes que o pedaço de pano envolve o corpo ou a cabeça é para fazer um desenho agradável."²⁷¹ Apesar das descrições, não encontramos na documentação muitas menções acerca de lenços ou possíveis torços, o que converge, de certa forma, com a descrição de Tollenare sobre os hábitos das mulheres negras que envolvem suas cabeças descobertas.

Nos anúncios de fuga, o torço poderia ser interpretado pelos senhores como um lenço, como no caso da evasão da africana de nação benguela, Francisca. A qual utilizava, entre outras coisas, um lenço encarnado na cabeça, como podemos ver abaixo.

No dia 5 do corrente desapareceu huma preta inda meio nova, nação Benguela de nome Francisca, alta, seca, com miçangas brancas no pescoço, *lenço encarnado na cabeça*, cabeção novo d'amburgo saia de chila, e traçada com um pano de bambá saguim, tem um signal de cabelos brancos na moleira, *levava um panacum de louça de barro para vender* quem souber della a entregará a sua Senhora Maria Joaquina da Conceição moradora no Pátio da Penha em huma caza que vende loiça que recompensará o seu trabalho. ²⁷²

²⁶⁸ PURPURA, Ketilley Luciane de Jesus; MENDES, Francisca Dantas. O Pano da Costa e o Torço como Panos de Vestir: entre amarrações, torções e nós. **Revista Calundu**, v. 7, n. 1, p. 32, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v7i1.47427>. Acesso em 01 dez. 2023.

²⁶⁹ *Ibidem*.

²⁷⁰ Tollenare, 1902. p. 81.

²⁷¹ *Ibidem*.

²⁷² HDBN. Diário de Pernambuco, 21/06/1827, n°. 130. In: Fugidas de escravos.

Um detalhe importante no anúncio é de que ela havia levado um panacu (cesto) de barro para o comércio. Adiante iremos abordar outros aspectos desta fuga. O uso do lenço/torço de Francisca se assemelha ao visto na imagem acima (fig.17). Vale pontuar que o uso do lenço foi percebido no anúncio de fuga da crioula Manoella, a qual havia fugido utilizando, entre outras coisas, um vestido de riscado e um lenço amarelo no pescoço.²⁷³

Uma outra africana, Catharina, de nação benguela, ao fugir no ano de 1830 levou uma “[..] saia de algodão e baeta azul, com uma bandeja vendendo 4 chapéus de velbotina, um boné dito para menino e um lenço de pescoço de senhora [...]”²⁷⁴ Ao que nos parece, a escravizada vendia esses produtos, que eram destinados a outras camadas sociais, que não os cativos. No caso do lenço de pescoço, este era destinado às "senhoras".

O caso difere da descrição envolvendo a africana Maria, de 22 anos, de nação songo, a qual utilizava frequentemente um lenço amarrado em sua cabeça para esconder uma queimadura que a deixou com falta de cabelo.²⁷⁵ O uso, no caso de Maria, atendia a outra finalidade: esconder algo que possivelmente lhe incomodava. Algo similar também foi praticado pela africana escravizada, Florinda, de nação angico. A dita utilizava com frequência o lenço para encobrir suas orelhas cortadas, fruto possivelmente de castigos provocados pelos seus senhores. Vale destacar que os castigos físicos sofridos por Florinda pareciam ser frequentes, pois quando fugiu no ano de 1833, tinha em suas costas marcas de chicote ainda novas, que talvez tenha sido essa uma de suas motivações para a realização da fuga.²⁷⁶

O uso dos lenços poderia atender a diversos desejos e finalidades, como podemos notar. No caso da africana de nação cassange, Joaquina, que fugiu no ano de 1834 com vestido de chita de assento branco e outras coisas mais, levou consigo um lenço na cor branca, o qual, segundo seu anúncio, estava amarrado em sua

²⁷³ HDBN. Diário de Pernambuco, 08/05/1829, n°. 77. In: Escravos fugidos.

²⁷⁴ HDBN. Diário de Pernambuco, 22/02/1830, n°. 296. In: Escravos fugidos.

²⁷⁵ HDBN. Diário de Pernambuco, 05/4/1832, n°. 353. In: Escravos fugidos

²⁷⁶ HDBN. Diário de Pernambuco, 02/07/1832, n°. 140. In: Escravos Fugidos.

cabeça ou na mão, onde a cativa possivelmente havia embrulhado um par de sapatos de marroquim azuis.²⁷⁷

Mas notamos com base em nossa análise que não apenas mulheres escravizadas utilizavam os lenços amarrados em suas cabeças, homens na mesma condição também faziam uso. O fato é notado através do anúncio de fuga do africano de nação benguela, João, que ao fugir trajando calça de brim, camisa de algodãozinho e um lenço na cor vermelha com pintas brancas amarrado em sua cabeça.²⁷⁸ Já outro africano escravizado, muito ladino - bem falante do português -, Joaquim, de nação cassange, ao fugir no ano de 1831 foi informado que o mesmo trajava camisa de brim grosso, calça branca e um lenço vermelho na cintura.²⁷⁹

Dessa forma, a análise revela uma variedade na adoção do "pano da costa" por diferentes origens/qualidades. Enquanto algumas nações, como de nação angola e as denominadas como crioulas, exibem uma expressiva utilização com 20 e 16 registros, respectivamente, outras, como Quissamã e Baca, mostram uma presença mínima, com apenas uma ocorrência cada. Contudo, se observamos o uso entre outras nações africanas, percebemos que o uso era predominante. Sendo utilizado por mulher de nação congo, benguela, e cassange, assim como as nações benin, cambundongo, gabão, luanda, quissamã, baca (ambaca), moçambique, songo, cabundá, de nação.

As mulheres e nação angola se destacam entre as africanas, por meio de uma adoção marcante desta materialidade. Destaca-se ainda a categoria "Não Identificado" (NI) com 8 ocorrências, sugerindo uma presença significativa do "pano da costa" entre mulheres não identificadas, ressaltando sua ampla disseminação e importância cultural nas diversas comunidades analisadas.

O uso foi também percebido em mulheres de origens/qualidades como as cabra e crioula de Luanda. Se ampliarmos o olhar em relação ao uso do xale, uma variação do que seria o pano da costa, como demonstrado anteriormente, percebemos então que 5 (cinco) foram atribuídos as crioulas, 2 (dois) por mulatas, 1 (um) por uma mulher

²⁷⁷ HDBN. Diário de Pernambuco, 07/10/1834, n°. 504. In: Escravos Fugidos.

²⁷⁸ HDBN. Diário de Pernambuco, 07/07/1830, n°. 421. In: Escravos Fugidos.

²⁷⁹ HDBN. Diário de Pernambuco, 18/08/1831, n°. 176. In: Escravos Fugidos.

denominada como cabra e 1 (um) sendo utilizado por uma mulher sem origem/qualidade definida. Assim, os dados nos levam a crer que o pano da costa, assim como o xale, funcionava como elementos que distinguiam as mulheres de acordo com suas origens/qualidades.

4.2 “Feliz da que pode se adornar com um colar ou brincos...”

Para o viajante Tollenare, “feliz da que pode se adornar com um colar ou brincos; muitas, na falta deste ornamento, tenham na orelha uma pena ou um pedacinho roliço de madeira.”²⁸⁰ Neste sentido, o fato do sujeito se adornar poderia estar ligado a uma função estética ou expressar a visão do portador sobre suas crenças, proteção e desejos. O uso dos adereços nas orelhas não era uma prática exclusiva das mulheres cativas, homens também usavam o adorno. Como observamos no anúncio de fuga do crioulo, Joaquim, que exercia como ofícios a função de canoeiro e pescador "do alto".

Embora estivesse longe do seu cativeiro há três anos, o anúncio informava que o cativo andava "em algum tempo" usando um brinco na orelha.²⁸¹ Já o africano de nação cassange, Joze, que fugiu no dia 16 de junho de 1831, tinha a orelha esquerda furada com um brinco.²⁸² Assim como o africano Benedicto, que também usava do mesmo objeto na orelha esquerda.²⁸³ Esses e outros homens, usavam cotidianamente tais objetos que ao que nos parece, não sofriam nenhum tipo de impedimento.

O uso de joias em ocasiões públicas era mais acentuado, como forma de mostrar prestígio, *status* e distinção entre seus pares e demais sujeitos da época. Como já citado, os eventos públicos e principalmente os religiosos, eram ótimas oportunidades para demonstrar prosperidade perante à sociedade. Um exemplo claro desta prática eram as joias de crioulas.

²⁸⁰ Tollenare, 1906, p. 81.

²⁸¹ HDBN. Diário de Pernambuco, 02/01/ 1830, n°. 323. In: Escravos Fugidos.

²⁸² HDBN. Diário de Pernambuco, 22/07/1831, n°. 156. In: Escravos Fugidos.

²⁸³ HDBN. Diário de Pernambuco, 11/07/1832, n°. 423. In: Escravos Fugidos.

A antropóloga Amanda Teixeira, em seu estudo sobre as joias de crioulas, que também são conhecidas como joias afro-brasileiras, afirma que além da posição social, as joias poderiam representar questões religiosas, sentimentos, luto, proteção, ascensão econômica, bem como subversão. Em relação a isso, relembramos as leis pragmáticas, cartas régias e demais correspondências que tentaram impedir que pessoas negras escravizadas e/ou seus descendentes usassem determinados objetos sobre os corpos.²⁸⁴

Como um exemplo colhido em nossa pesquisa que pode exemplificar as joias ligadas aos sentimentos são os brincos utilizados pela cativa Micaela, que estavam cobertos por retrós, no momento da sua fuga. Isso se deu, segundo informado, pelo fato dela estar de luto.²⁸⁵ Na medida em que Micaela envolve o brinco de ouro, escondendo a cor dele e expõe aos demais o seu sentimento, ela comunica aos outros a morte de alguém que era de sua estima.

Percebemos na atitude da escravizada como a cor representava, e ainda hoje representa, as expressões de uma emoção. Não sabemos quem a escravizada teria perdido, mas podemos afirmar que era alguém de suas relações próximas, para que ela tivesse a atitude de alterar sua forma visual. Diante dessa prática, podemos perceber como as cores e os objetos poderiam atuar no universo dos cativos.

A depender, o objeto poderia funcionar como moeda de troca, seja ele de posse pessoal ou fruto de um roubo. O cordão de ouro com redoma, o par de argolas, os corais e o anel furtado por Manoel Joaquim, quando fugiu do seu senhor no ano de 1829, em Fora de Portas, poderiam ser um “bem a mão” que o cativo poderia negociar em troca de abrigo na sua fuga, ou vender esses objetos e tentar fugir para outra localidade com o fruto do roubo.²⁸⁶

²⁸⁴ TEIXEIRA, Amanda Gatinho. Joalheria de Crioulas: Subversão e poder no Brasil colonial. **Antíteses**, v. 10, n. 20, p. 829-856, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6336845>. Acesso em: 11 nov. 2023.

²⁸⁵ HDBN. Diário de Pernambuco. 06.08.1833, n.º. 169. In: Escravos Fugidos. Cf. Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, retrós é “fio(s) de seda torcido(s), ou de algodão, para costurar. p. 606. Embora a definição acima não seja de um dicionário da época, uma vez que não achamos menção sobre o retrós nos dicionários consultados referentes ao século XIX, a definição apresentada anteriormente converge com o sentido do anúncio de fuga da cativa Micaela.

²⁸⁶ HDBN. Diário de Pernambuco. 19/06/1829, n.º. 130. In: Escravos Fugidos.

É curioso notar também a presença de elementos que estão relacionados a duas possíveis esferas religiosas e usados por um mesmo sujeito, como é o caso das contas e do rosário. Podemos perceber isso através do anúncio da preta de Angola, sem nome mencionado, que usava argolas de ouro nas orelhas, no pescoço contas de vidro encarnadas e um rosário banco, no momento da sua fuga. Ainda boçal, sem dominar muito bem o português, a cativa poderia ter transitado por suas esferas religiosas.²⁸⁷

Com base no anúncio de fuga da africana, não temos como afirmar se os objetos utilizados pela escravizada eram dela ou fruto de um roubo. Contudo, acreditamos que seriam de sua posse, uma vez que os roubos de indumentária eram sinalizados no jornal. Porém, nos chama atenção a posse de tantos objetos por uma africana que possivelmente não estava no Brasil a tanto tempo, uma vez que ela era boçal. Além disso, o fato do seu nome não ser mencionado poderia se dar ao fato de que a cativa ainda não havia sido batizada.

De acordo com Kátia Mattoso, os escravizados eram batizados ainda em África, e em alguns casos antes mesmo do embarque, por meio de batismos coletivos, onde o padre ficava incumbido de dar um nome cristão ao escravizado e colocava sal em sua língua. Segundo a historiadora, ao chegar aos portos brasileiros tal ritual era renovado, pois, dada a pressa do embarque, muitos cativos não recebiam o sacramento nem em África nem durante a travessia, dada a resolução de 1620, que decidiu que um capelão deveria embarcar e converter os africanos durante a viagem. O fato, segundo Mattoso, não teve muito efeito. Ao chegar ao Brasil como pagãos, esses escravizados eram novamente batizados, como citado.²⁸⁸

Sobre o sacramento do batismo Gian Carlo, afirma que:

Em relação ao batismo dos escravos não podemos esquecer que os mesmos seguiam a religião do seu senhor, e ao obedecer todos os preceitos religiosos, seria considerado um bom serviçal, além de proporcionar um maior status para o seu dono perante a sociedade, por toda sua escravaria ser católica, ao menos na teoria. Ao chegarem, os escravos não vindos de Angola desembarcaram pagão.²⁸⁹

²⁸⁷ HDBN. Diário de Pernambuco. 19/09/1831, n°. 199. In: Escravos Fugidos.

²⁸⁸ Mattoso, 1982.

²⁸⁹ Silva, G., 2008.

Não sabemos ao certo se a africana de nação angola mencionada acima não teve seu nome citado por descuido do seu senhor, pelo não conhecimento do nome da cativa, ou porque a cativa ainda não havia sido batizada. De todo modo, é bastante intrigante como uma africana ainda buçal detinha tantos ornamentos e como eles poderiam estar ligados ao catolicismo, no caso do rosário branco, e das contas de vidro, que eram ligadas às religiões de matrizes africanas. Diante desta condição, observamos que infelizmente os anúncios de fuga nos possibilita apenas compreender um fragmento muito pequeno do cotidiano dos escravizados, não sendo possível um aprofundamento maior acerca das suas vivências. A partir do ilustrado, podemos apenas ter o conhecimento em termos gerais, sobre os fatos narrados.

4.2.1 Colares de conta

Com base na análise das fontes, observamos os colares de conta/miçangas de diversas cores sendo utilizadas pelos escravizados. Embora o catolicismo tenha sido uma das primeiras imposições feitas pelo regime escravista, percebemos o uso das contas utilizadas com certa liberdade por pessoas submetidas a escravidão - uma vez que utilizavam esses objetos no dia a dia, sem que, ao que nos parece, precisassem escondê-los.

Para Isabela Suguimatsu, "contas de vidro, em especial, eram usadas por africanos de diferentes origens como amuletos para a proteção física e espiritual, contra doenças e feitiços ou para garantir êxito em viagens, em romances, na caça e no cultivo."²⁹⁰ O antropólogo Raul Lody tece alguns comentários acerca dos fios de contas, que corroboram com as afirmações de Suguimatsu, e nos permite compreender tais objetos para além de um mero adorno:

A categoria *fios-de-contas* é abrangente e generalizadora no imaginário convencionalmente rotulado como afro-brasileiro. Diferentes contas, de diferentes materiais, enfiadas em palha-da-costa, cordonê, nylon, cumprem um texto visual de alternância de cores, quantidades, inclusão de outros materiais - *firmas*, figas, bentinhos, fitinhas, dentes de animais encastoadas, crucifixos, santinhos fundidos em metal - e uma infinidade de relíquias que

²⁹⁰ SUGUIMATSU, Isabela Cristina. **Atrás dos panos**: vestuário, ornamentos e identidades escravas Colégio dos Jesuítas, Campos dos Goytacazes, século XIX. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AU2NJB>. Acesso em: 15 jul. 2023.

circulam pelo sagrado da Igreja e pelo sagrado do candomblé, do Xango, da umbanda, do Mina, entre outros.²⁹¹

No caso dos homens, percebemos apenas um africano utilizando os fios de conta. Era o caso do africano novo de Inhambana e sem nome identificado. O cativo utilizava "[...] um fio de miçangas brancas no braço esquerdo, e na perna outro encarnado [...]" . Além disso, o escravizado utilizava uma tanga de riscado azul e baeta encarnada.

Em relação às mulheres, percebemos que o uso dos fios de conta/miçangas estava fortemente associado às africanas. Das 20 escravizadas que identificamos usando tais colares de conta, percebemos que apenas uma era crioula e uma outra mulher sem origem mencionada. Todas as demais eram africanas.

Por meio dos anúncios de fuga, encontramos as seguintes cores descritas e suas respectivas recorrências: oito (8) azul, cinco (5) amarelo, duas (2) preto, uma (1) branco, e uma (1) encarnado. No contexto do Rio de Janeiro, por meio das escavações no Cais do Valongo, foram encontradas como maior recorrência as miçangas nas cores: azul, seguidas pelas brancas e vermelhas, como demonstra Patrícia Brito.²⁹²

Na pesquisa realizada por Isabela Suguimatsu no colégio dos Jesuítas, em Campos de Goytacazes, no Rio de Janeiro, foi verificado que esses objetos ganhavam novos significados conforme os contextos nos quais estavam inseridos. Nesse sentido, as relações sociais estabelecidas em cada lugar configuravam novas experiências aos usuários por meio das trocas culturais. Logo, a produção de sentido dos objetos estava diretamente ligada à forma como os sujeitos atribuem significados a eles.²⁹³ Desse modo, possivelmente no contexto do Recife do século XIX, tais adornos guardam especificidades em relação aos seus sentidos. Contudo, embora a

²⁹¹ LODY, Raul Giovanni. **Jóias de axé: fios-de-contas e outros adornos do corpo: a joalheria afro-brasileira.** Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001, p. 59.

²⁹² BRITO, Patrícia Carolina Letro de. **De conta em conta: rotas atlânticas e comércio no Rio de Janeiro. O caso do Cais de Valongo.** 2015. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/71/teses/853256.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

²⁹³ Suguimatsu, 2016.

amostragem coletada acerca dos colares de conta seja pequena, essas nos dão indícios de que seu uso estava mais relacionado aos costumes vindos de África.

Ainda segundo Suguimatsu, as contas de vidros foram produzidas em maior escala na Europa e ao longo do tempo ganharam novos significados e um novo mercado consumidor. Tinham como intuito imitar as pedras preciosas existentes nas joias da nobreza e tiveram vasta produção em Veneza, por volta do século VIII. Posteriormente foram difundidas para África e Américas, por meio do mercado de consumo e trocas comerciais. Vale ressaltar que as contas de vidro já existiam na Ásia e na África antes do século VIII, e que a “invenção” não se deu pelos europeus, estes apenas produziram em maior escala e durante os séculos XVII e XIX, quando encontraram um maior mercado de consumidores para o produto. Foi também nesse período que as contas foram introduzidas como moeda de troca nas negociações envolvendo o comércio de pessoas na África.

Para Patrícia Brito, que analisa as contas de vidro achadas nas escavações arqueológicas no Cais do Valongo no Rio de Janeiro, e percebe a circulação deste item, as contas venezianas tiveram uma produção bastante significativa, talvez carregando a maior fama nesse contexto de produção. Contudo, os artesãos da Boêmia (atual República Tcheca) e Holanda também tiveram uma importância considerável neste comércio.²⁹⁴ Vale destacar que fora dessas três localidades havia uma produção, como em países como França e Inglaterra, mas sem tanta expressividade frente ao mercado mundial.²⁹⁵

A pesquisadora Andréia Torres insere as contas encontradas na escavação da embarcação naufragada de Santo Antônio de Tana, no ano de 1697, em Mombaça, e a coloca em uma discussão maior, explorando a rede de comércio por trás destas. A autora se refere ao comércio e circulação das contas em África, onde afirma que:

Em África as contas constaram frequentemente entre a carga embarcada nos navios portugueses destinados ao abastecimento das feitorias. Elas foram usadas como moeda de troca na compra de produtos altamente valorados no mercado europeu e asiático mas, mais que um engano, como normalmente são encaradas pela

²⁹⁴ Brito, 2015.

²⁹⁵ *Ibidem*, 2015.

historiografia contemporânea, elas alcançaram um apreço considerável entre as comunidades autóctones.

Dessa forma, o contato com os fios de conta/colares de conta aconteceu ainda em África e que, de algum modo, seu uso no Brasil continuou com algumas adaptações. Para Amanda Teixeira, portar joias, no caso das mulheres que faziam comércio de rua, era uma forma de indicar que elas tinham prosperidade e uma clientela numerosa. A ação buscava demonstrar que essas mulheres tinham reconhecimento e qualidade na venda de seus produtos.

Sobre isso, é importante destacar que a presença de mulheres negras comercializando produtos pelas ruas do Recife é anterior ao século XIX. A historiadora Suely Almeida demonstra como no século XVIII tais mulheres teceram relações diversas, e por meio dessas conseguiram êxito em seus negócios. Esta capilaridade em seus contatos possibilitou que essas mulheres conseguissem as Patentes Negras, documento que lhes permitia exercer suas atividades. Apesar das conquistas, observa-se que essa atividade de comércio não era bem vista pela sociedade patriarcal.²⁹⁶

O historiador Marcus Carvalho destaca que o trabalho de vendedeira, quando executado por mulheres jovens, era comumente associado à prostituição, não sendo bem visto pela sociedade. Dessa forma, tal atividade era destinada às escravizadas e mulheres de baixa renda, que não encontram outro meio de sobrevivência.²⁹⁷ Conforme os anúncios, percebemos apenas três africanas que aparentemente faziam comércio de rua e utilizavam algum tipo de adorno. Essas seriam as negras ganhadeiras da época.

Uma delas era Perpétua, de nação cabundá, que havia fugido com um vestido de chita encarnado e desbotado, utilizava também um pano da costa e argolas lisas nas orelhas. Perpétua, segundo o anúncio, costumava vender mel e azeite em uma

²⁹⁶ ALMEIDA, Suely Cordeiro. GANHADEIRAS: TRABALHO FEMININO NAS RUAS DO RECIFE SETECENTISTA. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 52–70, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/934>. Acesso em: 7 dez. 2023.

²⁹⁷CARVALHO, Marcus Joaquim de. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. *Afro-Ásia*, (30), 41-78. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/770/77003002.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2023.

panela.²⁹⁸ A outra, a africana Francisca, preta ainda meio nova, de nação benguela, fazia, ao que nos parece, comércio de rua com um panacu (cesto) de louças de barro. Utilizava ainda um lenço amarrado na cabeça, cabeção novo de Hamburgo e saia de chila, além de miçangas brancas no pescoço.²⁹⁹

O anúncio com a fuga de Francisca nos revela algumas informações interessantes. Sua senhora, Maria Joaquina da Conceição, que morava no Pátio da Penha, informava que era lá que a cativa deveria ser entregue em caso de captura. Em sua casa, nessa localidade, eram comercializadas louças, que eram os mesmos produtos comercializados nas ruas por Francisca. Dessa forma, assim como alguns proprietários de lojas de tecidos colocavam as escravizadas para comercializarem nas ruas, conforme já exposto, Maria Joaquina colocou Francisca para vender as louças comercializadas por ela, fazendo com que seus rendimentos aumentassem.

A pesquisadora Juliana Farias, ao investigar a trajetória da africana forra da costa da Mina, Emília Soares do Patrocínio, demonstra, entre outras coisas, como as atividades de ganho executadas pela sua propriedade escrava na Praça do Mercado do Rio pode lhe render bons recursos. Em contrapartida, podemos pensar como tais atividades poderiam, de algum modo, render recursos aos cativos, dado possíveis acordos previamente estabelecidos entre senhores e escravizados, onde uma determinada quantia ficaria com o cativo, que poderia utilizar os rendimentos de diversas formas, inclusive comprando alforria e investindo em melhores vestes.

A título de curiosidade, o Pátio da Penha era um ponto de comércio de rua, que é o que indica a obra "Vista do Pateo da Penha (Mercado de Verduras) (1863-1865)", atribuída a Luiz Schlappiz. Como podemos observar abaixo.

²⁹⁸ HDBN. Diário de Pernambuco, 15/01/1835, n°. 581. In: Escravos Fugidos.

²⁹⁹ HDBN. Diário de Pernambuco, 21/06/1827, n°. 130. In: Fugidas de Escravos.

Figura 13 - Vista do Pateo da Penha (Mercado de Verduras)



Fonte: SCHLAPPRIZ, Luis. Vista do Pateo da Penha (Mercado de Verduras). 1863. Litografia colorida à mão sobre papel, 27 x 35,5 cm. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18543/vista-do-pateo-da-penha-mercado-de-verduras>. Acesso em: 01 nov. 2023.

Na imagem acima, é possível ver a marcante e intensa presença de mulheres negras comercializando verduras e frutas variadas, seja no chão ou em bandejas equilibradas sob suas cabeças. É possível ver também o pano da costa sendo utilizado de diversas formas. Suas cores chamativas: vermelho e amarelo, contrastam com o branco das vestes. Embora na imagem boa parte das mulheres sejam negras, há também duas mulheres brancas, que de acordo com suas vestes, nos permite fazer uma distinção entre elas. Uma delas tem sobre sua cabeça uma bandeja, o que sinaliza que também está inserida nesse comércio de frutas e verduras, enquanto a

outra trajava um vestido volumoso e utilizava uma matilha cobrindo sua cabeça, deixando de fora apenas seu rosto.³⁰⁰

Como já citado, o comércio de rua também era feito por mulheres negras, mas não sendo exclusivo a elas. Já uma outra escravizada em fuga, de nome Maria e de nação angola, vendia num tabuleiro pequeno pão de ló. A cativa além de usar saia branca, cabeção de algodãozinho, utilizava no seu pescoço umas miçangas – sem cor mencionada.³⁰¹ Sobre essa prática, o viajante Heny Koster registra seu incômodo em relação as vendeiras, que segundo ele " [...] uma vintena de negras grita sob as janelas, em todos os tons de que a voz humana é capaz, laranja, banana, doces e outras mercadorias para vender."³⁰² Mas, nem só pão de ló, frutas e verduras se fazia o comércio de rua. Era possível que uma mesma vendedeira pudesse comercializar diferentes produtos.

Este era o caso da africana de nação calabar, Thereza. A escravizada que tinha sido "criada" em Goiana, falava francês e português, e era acostumada a vender fazendas e frutas. No anúncio, não é possível saber se a cativa comercializava por aquela localidade, mas sabemos que caso fosse encontrada, deveriam entregá-la na Rua Nova, em frente à Igreja da Conceição dos Militares.³⁰³

A proprietária de Izabel, uma escravizada africana de nação Moçambique, ameaçava protestar contra quem estivesse dando abrigo à cativa, e alertava que que agiria em conformidade a lei. Muito possivelmente, as palavras de intimidação da proprietária estavam ligadas a duas coisas: o fato de que Izabel estava grávida e de que ela comercializava laranjas, ou seja, era uma vendeira. Provavelmente Izabel pretendia ter seu filho longe do cativeiro, vislumbrando um futuro melhor que o seu para seu descendente. Contudo, sua senhora possivelmente se sentia lesada de duas formas: a primeira delas pelo fato que não estaria recebendo os ganhos do comércio de rua conquistados pela escravizada; e a outra, dependendo do adiantamento da

³⁰⁰ FARIAS, Juliana Barreto. De escrava a Dona: A trajetória da africana mina Emília Soares do Patrocínio no Rio de Janeiro do século XIX. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 18, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufff.br/index.php/locus/article/view/20607>. Acesso em: 7 dez. 2023.

³⁰¹ HDBN. Diário de Pernambuco, 28/02/1829, n°. 47. In: Escravos Fugidos.

³⁰² Koster, 1942, p. 33.

³⁰³ HDBN. Diário de Pernambuco, 10/10/1829, n°. 217. In: Escravos fugidos.

gravidez de Izabel, temesse em não obter seu filho, perdendo não apenas uma propriedade, mas duas.³⁰⁴

Embora fosse possível com os frutos do trabalho de rua conseguir melhores vestes, não percebemos, pelo menos com base nos anúncios, que as vendedeiras, em sua maioria, estivessem portando tais elementos. Isso poderia se dar pelo fato de que ao utilizar determinadas materialidades chamativas, a identificação das mesmas nas ruas fosse facilitada. Outro ponto a ser destacado se refere ao uso dos colares de conta, que por exemplo, considerando sua simbologia e associado a uma determinada crença, poderia não ser comum, como possivelmente não era, a todas as escravizadas. Seu uso, portanto, era uma escolha e não uma imposição.

Em relação aos colares de contas, ou contas de vidro, Isabela Suguimatsu destaca que “[...] em especial, eram usadas por africanos de diferentes origens como amuletos para proteção física e espiritual contra doenças e feitiços ou para garantir êxito em viagens, em romances, na caça e no cultivo”.³⁰⁵ Tollenare, em suas anotações no relata que foi presenteado por meninos negros com biscoitos e colares de vidro, muito possivelmente colares de contas feitos de miçangas.³⁰⁶

As “contas verdes” proporcionavam proteção, como contado pelo crioulo Vicente ao senhor de Engenho Henry Koster. Esses objetos eram utilizados pelos valentões da região do engenho do Jaguaribe, onde eles os traziam junto ao pescoço, como forma de se prevenir contra os perigos. Dadas pelos “Mandingueiros, feiticeiros africanos, trazidos para o Brasil como escravos, e que, secretamente, continuava praticando sortilégios”.³⁰⁷ O que Vicente conta a Koster, nos permite compreender parte das propriedades místicas que os colares de contas poderiam significar para os seus usuários, bem como a possível cor atrelada ao seu uso. Contudo, para fazer utilização dessas finalidades espirituais era necessário que os objetos passassem por um preparo, para só assim, se configurassem como um item para proteção.

O uso dos colares de contas, assim como demais artefatos, não foram exclusividade do contexto pernambucano. A presença material destas peças foi percebida por meios dos achados arqueológicos no Cais do Valongo, no Rio de

³⁰⁴ HDBN. Diário de Pernambuco, 27/07/1830, n°. 438. In: Escravos fugidos.

³⁰⁵ Suguimatsu, 2016, p. 108.

³⁰⁶ Tollenare, 1906, p. 67.

³⁰⁷ Koster, 1942, p. 326.

Janeiro, e abordadas por Tania Lima, Marcos de Souza e Glaucia Sene.³⁰⁸ Assim, como para o contexto carioca, as contas azuis também foram superiores para Recife, se considerarmos as descrições feitas nos anúncios.

Em relação aos significados das cores, os autores supracitados afirmam que essas poderiam ter relação com as crenças e práticas mágicas vivenciadas pelos grupos étnicos que vieram para o Brasil. Além disso, a circulação desses objetos poderiam ser resultantes do comércio estabelecido entre África e Brasil.

A historiadora Valéria Costa tece comentários acerca dos produtos vindos de África, os quais abasteciam os africanos que detinham certo cabedal econômico. Segundo a pesquisadora:

A presença africana estava por toda parte na Boa Vista, especialmente no pequeno comércio. Por exemplo, no número 80 do aterro da Boa Vista (atualmente rua da Imperatriz), funcionava uma loja cujos produtos eram importados da África. Nesse endereço se vendiam esteiras grandes e pequenas (cuja pintura era de Cabinda), guardanapos de palha, amendoim novo, molhos de palha de carnaúba, latas de cola, casais de rolinha, mel de pau novo. Todos eles produtos vindos de Angola, negociados a grosso e a retalho, que eram consumidos, em especial, pelos africanos libertos providos de certo cabedal que moravam na cidade.³⁰⁹

Ainda não é possível afirmar com base na documentação analisada nesta pesquisa se os colares de contas tinham uma relação religiosa com as usuárias. A documentação que dispomos nos impossibilita de fazer tais afirmações. Apesar disso, podemos afirmar que o uso dos colares/fios de conta fazia parte do cotidiano dos cativos e atuavam na distinção entre os sujeitos da comunidade escravizada. Ainda, dada a circulação de produtos, como nos mostra a historiadora Valéria Costa, possivelmente os escravizados consumiam essas peças que faziam parte das trocas comerciais atlânticas e ofertados no Recife.

Caso tivessem uma relação religiosa, era necessário um preparo para tal, como aponta Raul Lody em *Jóias de Axé: fios-de-contas e outros adornos do corpo: a joalheria afro-brasileira*. No texto, o antropólogo aborda como os objetos ligados às religiões de matriz africana têm relação direta com o divino; colares de contas e outros

³⁰⁸ LIMA, Tânia; SOUZA, Marcos A; SENE, Glaucia. "Weaving the Second Skin: Protection Against Evil Among the Valongo Slaves in Nineteenth-century Rio de Janeiro". **Journal of African Diaspora Archaeology & Heritage**, v. 3, n. 2, nov., 2014, pp. 103– 136.

³⁰⁹ Costa, 2013, p, 82.

itens da indumentária são expressões da fé, de divindades, de proteção e de devoção que precisavam passar por um processo ritualístico. Tais rituais deveriam acontecer como no caso dos fios de contas, que “após os atos tecnológicos e simbólicos das montagens por enfiamentos de conta, há rituais próprios que auferem aos objetos significados e propriedades no campo do sagrado.”³¹⁰

Ainda Para Lody, algumas das técnicas de produção de joias dos séculos XVIII e XIX são resultantes do saber forjado do povo africano, produto do contato com outras culturas, que foram transplantadas para o Brasil no período colonial. Para ele, parte do universo material utilizado pelos escravizados ainda hoje está presente em algumas religiões de matrizes africanas.³¹¹

No decorrer da pesquisa ainda podemos perceber a presença das miçangas, para além dos anúncios de fuga dos escravizados, incluindo o possível uso não apenas por estes, mas também por pessoas livres. Esse fato também pode nos indicar uma circulação dessa mercadoria no Recife do século XIX. O exemplo disso vem através da seção de perdas, no dia 6 de setembro de 1836, onde foi informado que uma pulseira com miçangas havia sido perdida durante a crisma, na Igreja da Matriz da Boa Vista. A pulseira, além das miçangas, tinha uma chapa de ouro com as letras “M.C.A.C.”³¹² As miçangas também poderiam ser encontradas no bairro de Santo Antônio, na loja tipo “armarinho” na Praça da Independência, no ano de 1838.³¹³

Numa loja de produtos mais “finos” era possível encontrar gargantilhas pretas de miçangas a 600 e 1 réis.³¹⁴ Pelo valor, podemos perceber que esse produto “fino” seria utilizado por poucos. Assim, podemos perceber que embora as miçangas fossem utilizadas pelos escravizados, um outro tipo, possivelmente com materiais mais “nobres”, estava disponível para os sujeitos mais abastados. Nesse sentido, se faz

³¹⁰ Lody, 2001. p. 60.

³¹¹ *Ibid*, 2001. Para saber mais sobre as vestimentas e adornos como marcadores identitários dos terreiros de candomblé e a simbologia desses itens nos rituais religiosos consultar: PEREIRA, Hanayrá Negreiros de Oliveira. **O Axé nas roupas: indumentária e memórias negras no candomblé angola do Redandá**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20817>. Acesso em: 13 set. 2023.

³¹² HDBN. Diário de Pernambuco, 06/09/1836, n°. 193. In: Perdas.

³¹³ HDBN. Diário de Pernambuco, 16/07/1838, n°. 152. In: Vendas

³¹⁴ HDBN. Diário de Pernambuco, 11/12/1844, n°. 277. In: Vendas

necessário que pesquisadores façam um mapeamento acerca da presença desses adornos oferecidos na cidade do Recife.

4.2.2 Corais e figas

Percebemos também os colares de conta/miçanga tendo seus usos associados aos corais. Um desses casos era o da escravizada Izabel, uma africana da Costa que usava “[...] no pescoço contas amarelas enfiadas com corais [...]”³¹⁵ e de Maria Roza, também africana e de nação Angola, que usava “[...] uns corais ao pescoço com continhas, e um coraçãozinho de ouro [...]”.³¹⁶ Para Eduardo França Paiva, “os corais também eram apreciados no reino de Ashanti ou Costa da Mina (atual Gana) e nos reinos do Daomé (povo Fon) e Yoruba (atual Nigéria). A eles e a outros tipos de contas coloridas (cada cor ou mistura de cores simbolizando um deus) [...]”³¹⁷ Seu uso, embora tímido, considerando a quantidade de anúncios analisados, nos dão indícios dessa prática principalmente entre as mulheres africanas.

No Diário de Pernambuco podemos encontrar nas seções de perda, furto, achados, vendas e compras menções sobre os corais. O fato nos faz perceber a presença deles no universo material da cidade. Estes materiais apareceram na lista dos objetos roubados na casa de Candida Roza da Ressurreição, moradora na rua do Nixo do Livramento, que teve sua residência invadida ao ir à missa em S. José.³¹⁸ Entre outras coisas, estavam “[...] corais azuis em ouro com 21 oitavas e 3 quartas, ditos encarnados em ouro com 12 oitavas [...]”³¹⁹. A partir do anúncio, não é possível afirmar a origem, nem se havia sido escravizada ou nascera livre, muito menos se era preta ou branca. Mas uma coisa sabemos: Candida não era escravizada. Seria muito improvável que ela, sendo uma mulher escravizada, tivesse utilizado do jornal para comunicar o roubo.

Possivelmente as atribuições simbólicas dos corais eram diferentes para Candida, uma mulher livre, e as africanas escravizadas e até mesmo libertas e forras.

³¹⁵ HDBN. Diário de Pernambuco, 19/01/1830, n°. 293. In: Escravos Fugidos.

³¹⁶ HDBN. Diário de Pernambuco, 08/11/1832, n°. 517. In: Escravos Fugidos.

³¹⁷ Paiva, *op. cit.* p. 226.

³¹⁸ HDBN. Diário de Pernambuco. 13/08/1833, n°. 174. In: Furtos.

³¹⁹ HDBN. Diário de Pernambuco. 27/09/1833, n°. 210. In: Avisos Particulares.

Contudo, dado o uso por mulheres de diferentes condições jurídicas, era possível que tanto as africanas, crioulas e mulheres livres pudessem adquirir corais na loja de miudezas, na esquina do Beco do Padre, que eram anunciados para uso em gargantilhas e “requiffes”³²⁰ ou no próprio comércio de rua.

O uso dos corais, para além do que já foi citado, foi percebido em algumas descrições de fuga, como é o caso de Maria da Conceição, africana de nação Congo, que fugiu usando um vestido amarelo e uns corais encarnados no seu pescoço.³²¹ Assim como ela, Domingas, uma africana de nação baca (ambaca), ao fugir, levou algumas carolinas encastoadas de ouro, corais encarnados no pescoço e umas miçangas amarelas e encarnadas no braço.³²²

No museu Carlos Costa Pinto, na cidade de Salvador, podemos encontrar uma coleção única, em vários sentidos. O acervo das joias de crioulas nos dá conta do uso e da riqueza, não só material, mas simbólica destas peças na vida das mulheres negras no período colonial e imperial. Entre os itens do acervo, é possível encontrar colares, brincos de corais, que possivelmente guardam alguma semelhança com os descritos nos anúncios de fuga, como podemos ver abaixo.

³²⁰ HDBN. Diário de Pernambuco. 22/07/1835, n.º. 108. In: Vendas.

³²¹ HDBN. Diário de Pernambuco, 26/05/1831, n.º. 111. In: Escravos Fugidos.

³²² HDBN. Diário de Pernambuco, 17/06/1834, n.º. 412. In: Escravos Fugidos.

Figura 14 - Objetos em corais do Museu Carlos Costa Pinto



Fonte: Imagem do autor.

Os corais (alaranjados) vistos na imagem acima são encastoados em ouro, mostrando assim, a opulência daquelas que os usavam. Embora as joias de crioulas tenham seu uso atribuído às aparições sociais, quase sempre ligadas à religiosidade, onde por meio de missas e procissões suas usuárias demonstraram à sociedade tudo de melhor que tinham, foi possível identificar algumas dessas peças sendo utilizadas cotidianamente pelas escravizadas.

Talvez, considerando que as mesmas eram joias, seu uso possivelmente estaria restrito a ocasiões especiais, sendo pouco notadas nos anúncios de fuga. Levando em consideração assim, que as fugas aconteciam quase sempre no dia a dia, ou seja, essas mulheres não estariam utilizando-as de "pompa e circunstância", em momentos como estes.

Em relação à associação do uso de determinadas materialidades proporcionadas pelos recursos possivelmente provenientes do comércio de rua, só percebemos, no caso dos corais, uma possível relação com a africana Luzia, de nação

da Costa. A escravizada que utilizava bastantes corais nos braços e pescoço, como informado em anúncio, vendia num tabuleiro hortaliças nas ruas.³²³ Como já citado, essas vendeiras poderiam percorrer distâncias significativas ao longo do dia, comercializando produtos, ou se fixando em um local determinado. No caso das hortaliças, acreditamos que a freguesia as desejasse frescas, fazendo com que essas mulheres tivessem que todos os dias trazer até a cidade tais produtos.

Tratando do abastecimento da cidade do Recife, os pesquisadores Josenildo Paulino e Bruno Câmara afirmam que embora a população daquela localidade no século XIX tivesse como base o consumo de farinha de mandioca e a charque, a "complementação" composta por frutas, legumes e verduras tinham dos arrabaldes, não tão distante da "centralidade" da urbe.³²⁴

Em um outro anúncio, que dizia respeito sobre a escravizada Feliciano, de nação Benguela, é possível perceber que além de um pano da costa com "matames pelas beiras", camisa de algodãozinho, uns corais de Angola, Feliciano usava duas figas de prata.³²⁵ Os corais não eram explorados na costa brasileira, mas, segundo Paiva para o contexto colonial, eram provenientes do Mediterrâneo e do Oceano Índico, conforme demonstrado em sua pesquisa. Eles foram utilizados como moedas de troca em alguns lugares do continente africano, principalmente na corte Beninense e em várias regiões da África Central. Assim, a presença dos corais era uma realidade na África desde pelo menos o século XV.³²⁶ Vejamos então a menção aos corais de Angola usados por Feliciano, que poderiam fazer parte do comércio atlântico entre Brasil e África, que abasteceria escravizados desses produtos.

As figas utilizadas por Feliciano podem nos mostrar uma prática ainda pouco percebida para o Recife, que era o uso das pencas de balangandãs. Figas, moedas, corais e tantos outros objetos poderiam compor tais pencas.

³²³ HDBN. Diário de Pernambuco, 03/10/1833, nº. 215. In: Escravos Fugidos.

³²⁴ PAULINO, Josenildo Américo; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A CIDADE DO RECIFE E O ABASTECIMENTO DE GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE (1825-1835). *História e Cultura*, v. 9, n. 2, p. 73-98, 2020. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/issue/view/146>. Acesso em 15 jan. 2023.

³²⁵ HDBN. Diário de Pernambuco, 03/12/1833, nº. 265. In: Escravos Fugidos.

³²⁶ Paiva, 2001.

É interessante observar como cada lugar guardava particularidades no modo de vestir dos sujeitos. Embora as penca de balangandãs sejam algo bem conhecido para o contexto da Bahia, como abordado no estudo de Simone Trindade para a Salvador setecentista e oitocentista, e para o contexto mineiro setecentista, descrito por Eduardo França Paiva, seu uso não foi percebido nesta pesquisa, além do anúncio de Feliciano. Destaca-se, portanto, que o uso das penca foi algo percebido com maior frequência para outras localidades do Brasil no período colonial e imperial. Contudo, isso não nos assegura afirmar que as penca de balangandãs não eram utilizadas pelas escravizadas, libertas e forras no Recife do século XIX.

Uma vez que cada penca era única e "falava" muito sobre sua proprietária, o seu uso, como afirma Simone Trindade era ocultado. A afirmação de Trindade converge com as considerações de Mary Karasch, de que os escravizados africanos possuíam seus próprios amuletos e não os expunham abertamente.³²⁷ Dada sua simbologia e crenças ligadas à proteção da usuária, esses balangandãs não ficavam, por vezes, à mostra, como dito. Logo, a documentação analisada nesta pesquisa é a descrição daqueles que viam os escravizados de uma forma muito superficial. O uso das penca no Recife foi provavelmente muito maior do que o registrado nos documentos de fuga utilizados neste estudo. Por estarem escondidos em indumentárias, era impossível detectar a presença real destes itens de proteção dos escravizados por meio do aviso de fuga.

As figas utilizadas por Feliciano poderiam compor uma penca de balangandãs, por exemplo. Cada penca era a junção dos anseios da usuária por proteção, sexualidade e fertilidade, como afirma Simone Trindade.³²⁸ A mão fechada (figa) com o polegar sobressaído é, segundo a autora "o gesto representaria os órgãos genitais masculinos e femininos em ato sexual. Pode reproduzir a mão direita ou esquerda."³²⁹ Além de estar ligada à proteção divina contra quebranto e mau olhado. Abaixo é possível ver um exemplo das figas expostas no Museu Carlos Costa Pinto.

³²⁷ Karasch, 2000.

³²⁸ Silva, S. 2009.

³²⁹ *Ibidem*, 2009, p. 95.

Figura 15 - Figas em prata do Museu Carlos Costa Pinto



Fonte: Silva, Simone, *op. cit.* p. 104.

O anúncio de fuga de Romão nos leva a acreditar que esses objetos de proteção eram utilizados pelos cativos. Vejamos o anúncio do cativo que aproveitou dos dias Santos de festa para evadir-se:

Romão, nação Cabinda, estatura ordinária, cheio do corpo, cabeça e testa pequena, cara lisa, e bornida, suíças voltadas, e tem um talho no beíço de cima, e um solitário de pedra branca na orelha: fugido pelos dias Santos de Festa, da casa de Joaquim Elias de Moura, com camisa e siro[ula] de algodão. E traz *consigo um cordão por debaixo da camisa com uma bolsinha pendurada: ao sobrado de varandas de ferro parede e meia do Quartel do Hospício, que será recompensado.*³³⁰ (grifo nosso)

A bolsinha descrita no anúncio de fuga como sendo utilizada pelo africano Roma poderia simbolizar proteção para o mesmo. Percebemos também a forma como ele utilizava, por debaixo da sua camisa, fazendo com que os demais sujeitos não pudessem ver. Sobre os objetos protetores, a pesquisadora Mary Karasch demonstra que homens usavam joias e que por vezes eram combinados com amuletos e bolsas. Alguns poderiam, inclusive, carregar pendurados por baixo das vestes de forma oculta, que nas palavras de Karasch:

[...] os escravos tinham seus próprios amuletos africanos, que não exibiam abertamente. Carregavam pequenas imagens que representavam "seus deuses", sacos pequenos de misturas potentes

³³⁰ HDBN. Diário de Pernambuco, 02/01/1834, n.º. 284. In: Escravos Fugidos.

de ervas, plantas e ossos presos a cordões que usavam em torno do pescoço, ou simplesmente arruda, como um talismã.³³¹

Desse modo, não podemos associar, com base na amostragem feita nesta pesquisa, que a forma como essas mulheres se vestiam e adornavam está diretamente ligada com os ofícios desempenhados por elas. Para isto, seria necessário ampliar o recorte cronológico do estudo.

4.2.3. Brincos, argolas, braceletes

Ao analisar alguns testamentos em Tejuco, região aurífera no século XVIII, Junia Furtado percebeu que mulheres negras se vestiam, por vezes, de forma ostentatória para que então não restassem dúvidas sobre suas posições sociais. No Brasil escravista, a ascensão econômica dos egressos do cativo era marcada de forma visual por meio de joias, colares, brincos em ouro e prata e itens. Mas não foram apenas os libertos, forros e seus descendentes que fizeram uso disso. Com base nos anúncios de fuga, podemos perceber que escravizados e escravizadas se adornavam com brincos e argolas de ouro, ainda que isto tenha sido uma prática pouco frequente, se comparado com o número total de anúncios analisados nesta pesquisa. O uso desses itens possivelmente representava alguma distinção entre seus pares.

Diferente dos corais, colares de conta e miçangas que foram utilizados em sua maioria por africanas, com exceção de um escravizado de inhambana. Os brincos e argolas eram usados pelos dois sexos e por sujeitos de diversas origens. Mas no caso dos africanos e africanas, percebemos seu uso com maior frequência.

No momento da sua fuga, Mariana, uma africana identificada como sendo de nação Cassange, usava além de outras coisas, argolas pequenas em ouro.³³² Assim como a africana de nação Rebolo, Thereza, que usava argolas de ouro lisas nas orelhas³³³; e a crioula Thomazia, que usava argolas de ouro roliço.³³⁴

³³¹ Karasch, 2000, p. 306.

³³² HDBN. Diário de Pernambuco, 11/05/1829, n°. 101. In: Escravos Fugidos.

³³³ HDBN. Diário de Pernambuco, 07/09/1833, n°. 194 In: Escravos Fugidos.

³³⁴ HDBN. Diário de Pernambuco, 23/10/1833, n°. 232. In: Escravos Fugidos.

Além dos brincos de ouro que usavam no momento da fuga, as vendedeiras de fazendas, Benedicta do gentio de Benin,³³⁵ e Mariana, sem origem identificada,³³⁶ levaram consigo os tabuleiros que usavam para venda dos tecidos. Essa ação de levar ferramentas de trabalho, segundo Wellington da Silva, fazia parte do anseio que os escravizados tinham de integração do mundo do trabalho dos sujeitos livres.³³⁷ Ligado a isto, podemos compreender que era uma estratégia que os escravizados utilizaram para que continuassem ganhando alguma renda durante sua fuga e conseqüentemente conseguir algum pecúlio para si, uma vez que estando longe do seu cativo, não teriam que destinar partes dos seus ganhos aos seus senhores.

Na tomada da decisão de evasão, esses homens e mulheres não sabiam o que lhes aguardava, não sabiam se teriam êxito ou não nos seus planos pela busca da liberdade. Ao utilizarem os brincos em ouro citados acima, os cativos poderiam de algum modo negociar um teto, novas vestes ou uma passagem para outra localidade. Um objeto assim, poderia servir como moeda de troca num momento de apuro. Era um bem que poderia ser vendido para custear o processo de fuga em busca da sua liberdade.

Não deixando de considerar todo o simbolismo e status que a utilização das joias poderia conferir aos escravizados e escravizadas entre seus pares e demais sujeitos contemporâneos a eles. O uso das joias em ouro, corais e prata poderia conferir certa segurança financeira. Além do mais, poder perto de si um bem, como esses objetos com certo valor econômico para época, possivelmente era uma preocupação dos cativos.

De acordo com Ricard Graham, uma das formas das vendeiras acumular e guardar o fruto dos seus trabalhos e terem certa liquidez dos seus bens, sem deixar de lado todo o status que isso poderia conferir, como citado acima, era o investimento em joias.³³⁸ Assim, num momento de aperto, inclusive no momento da fuga, o escravizado poderia se valer disso.

³³⁵ HDBN. Diário de Pernambuco, 28/11/1832, n°. 532. In: Escravos Fugidos.

³³⁶ HDBN. Diário de Pernambuco, 03/03/1832, n°. 326. In: Escravos Fugidos.

³³⁷ Silva, Wellington B., 2022.

³³⁸ GRAHAM, Ricard. **Alimentar as cidades**: as vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Contudo, nem todos os brincos eram em ouro ou tinham indicação do tipo de material. Era o caso do escravizado Joaquim, que não sabemos sua origem, só sabemos que tinha como ofício sapateiro, que levou alguns ferros da sua oficina e que tinha uma orelha furada, na qual usava uma argola.³³⁹ Por meio da documentação conseguimos perceber que embora alguns escravizados não estivessem usando brincos, argolas e outros objetos nas orelhas no momento da fuga, notamos que tinham suas orelhas furadas. O que nos leva a inferir que em algum momento o escravizado fez uso desse tipo de adorno. Era o caso de Joze, africano de nação camundongo, como podemos ver:

Joze, nação Camundongo, boa altura, grosso do corpo, cara redonda, *a orelha esquerda furada*, algumas impinges pela cara, e tem a unha de um dos dedos grandes arrancadas de fresco; fugido a 15 do corrente, o qual consta andar pelas Cinco Pontas: ao Pátio do Hospital do Paraiso D. 12.³⁴⁰ (grifo nosso).

As várias menções que encontramos sobre o uso de brincos em homens escravizados quando são citadas quais orelhas o cativo usava ou tinha furado, é mencionado sempre na orelha esquerda. Como podemos ver no anúncio acima no anúncio acima. O que nos leva a acreditar que era uma prática entre os escravizados de diversas origens. Contudo, as argolas nem sempre eram usadas nas orelhas. É o que nos indica o anúncio de fuga do boleiro e que costumava vender esteiras na estrada da ponte do Uchoa, o africano da Costa, Jose, que trazia em um dos braços uma argola de latão.³⁴¹ Além de Jose, o uso das argolas nos braços também foi percebido entre as mulheres, inclusive pelas crioulas. Um desses casos foi o de Jozefa, crioula, de 45 anos, que utilizava em seu braço esquerdo uma argola de aço.³⁴²

No caso dos africanos, os ainda buçais, Gilberto Freyre nos conta que vários deles evadiam-se sem tirar os brincos ou argolas das suas orelhas, estes objetos,

³³⁹ HDBN. Diário de Pernambuco, 09/01/1832, n°. 281. In: Escravos fugidos

³⁴⁰ HDBN. Diário de Pernambuco, 12/08/1834, n°. 459. In: Escravos Fugidos.

³⁴¹ HDBN. Diário de Pernambuco, 22/08/1831, n°. 179. In: Escravos Fugidos.

³⁴² HDBN. Diário de Pernambuco, 22/06/1832, n°. 408. In: Escravos Fugidos.

segundo o sociólogo, eram enfeites sagrados de suas “nações ou estripe”.³⁴³ Nesses casos, o uso desses itens estão para além da função estética, se consideramos um objeto de prosperidade sagrada entre os africanos, fugir com eles era também uma forma de se sentir protegidos.

Os africanos eram conhecedores e dominadores de técnicas de fundição e produção de joias (brincos, pulseiras, anéis etc.), bem como o fabrico de armas para guerrear, como flechas, facões, lanças e outros, sendo produzidos em ferro e bronze. Por meio da contribuição da cultura material africana, o uso e produção desses artefatos se deram no contexto brasileiro escravista, conforme pontua Raul Lody. Ainda segundo o autor:

As técnicas básicas de fundição e do martelar são visíveis na variada joalheria dos séculos XVIII e XIX, mantida de forma mais discreta, ainda, nos implementos rituais-religiosos do candomblé, na feitura de adereços como ibós e idés (pulseiras), copos (punhos) e braçadeiras entre outros objetos de latão dourado, cobre, flandres, ferro, chumbo e bronze.³⁴⁴

Em uma de suas andanças pelos engenhos, Tollenare produziu o seguinte relato:

Em Sibiró há uma negra chamada Tereza Rainha; era rainha em Cabinda; surpreendida em adultério, foi condenada á escravidão, e caiu do trono na senzala de um senhor brasileiro. Quando chegou trazia nos braços e nas pernas anelões de cobre dourado; suas companheiras testemunhavam-lhe muito respeito.³⁴⁵

O viajante teimava com Thereza de que ela não era rainha em África, mas que tinha sido concubina de algum chefe, mas ela teimava em dizer que sim, era rainha. Possivelmente esse uso desses anelões era algo já praticado por Thereza em África e que aqui foi adaptado e continuado conforme às condições encontradas. É o que

³⁴³ Freyre, 1979.

³⁴⁴ Lody, 2001, p.17.

³⁴⁵ Tollenare, 1902, p.108.

acreditamos ser o caso dos “dois negros novos” sem origem mencionada, e que ambos tinham orelhas furadas e brincos.³⁴⁶

O antropólogo Raul Lody, afirma que quando nos referimos a presença africana no contexto brasileiro escravista, devemos considerar que aqueles sujeitos trazidos forçadamente para o Brasil não estavam em África isolados culturalmente, ou seja, as configurações sociais e culturais vivenciadas pelos africanos no seu continente de origem tinham influências de outros povos. Desse modo, os africanos não gestaram uma "cultura intacta". Nas palavras de Lody:

Essa África que chegou ao Brasil é predominantemente ocidental, numericamente Banto, sofisticadamente sudanesa e fortemente islâmica. Ela está também apresenta na composição cultural portuguesa, trazendo para a realidade brasileira uma africanização dupla, ou seja: uma colonização portuguesa, inicialmente afro-ibérica, e contatos com a África Negra durante três séculos de escravidão.³⁴⁷

Vale destacar que a presença dos africanos no Brasil não se deu de forma homogênea, as regiões escravistas do Brasil guardam particularidades em relação a composição étnica dos africanos. Ou seja, o mesmo grupo étnico africano presente no Rio de Janeiro no século XIX não é necessariamente o mesmo para Recife no mesmo período, e isso estava ligado com a dinâmica do comércio de gente para essas localidades. Contudo, é inegável que os diferentes grupos étnicos que aqui foram escravizados influenciaram crioulos e demais sujeitos, assim como o mesmo é verdadeiro.

No tocante aos homens, notamos que a utilização do que consideramos como acessórios era mais comum entre os africanos, possivelmente vinculada a uma prática originária na África e preservada aqui, mantendo suas características distintivas. Observamos que brincos, lenços e argolas eram mais frequentemente adotados por eles do que pelos crioulos. Nesse contexto, acreditamos que tais escolhas não apenas reforçavam uma possível identidade étnica dos africanos na realidade da escravidão brasileira, mas também serviam para delimitar suas posições dentro do sistema escravista, associando o uso desses objetos a práticas previamente experienciadas na África. Nesse sentido, o pano da costa desempenhava um papel significativo.

³⁴⁶ HDBN. Diário de Pernambuco, 12/12/1829, n°. 268. In: Escravos Fugidos

³⁴⁷ Lody, 2001, p. 21.

Diferentes objetos são mencionados, como brincos, fios de miçanga, lenços, argolas, solitários, correntinhas, entre outros, refletindo uma diversidade de acessórios utilizados pelos diferentes grupos étnicos. Materiais variados são mencionados, incluindo ouro, latão, aço, aljôfar (um tipo de pérola), evidenciando a diversidade de recursos disponíveis e as preferências de materiais. Ao que nos parece, cada grupo étnico parece ter suas preferências distintas em termos de objetos e materiais, refletindo uma expressão única de identidade cultural.

As cores, são representativas na escolha dos acessórios, tais como vermelho com pintas brancas, branco, preto, destacando a importância atribuída à cor na escolha dos acessórios. Percebemos também que a repetição de certos objetos, como brincos e argolas, ao longo dos anos sugere uma continuidade nas práticas culturais e na preferência por certos acessórios. Observou-se também as origens étnicas específicas no uso dos adornos, como mulheres de nação angola, congo, cabinda, cassange, benguela, entre outras.

Também foram observadas informações sobre o uso dos adornos em diferentes partes do corpo, como braço, orelha, pescoço, perna, cintura e cabeça, indicando uma diversidade de áreas do corpo consideradas significativas para a ornamentação.

Em relação ao pano da costa, percebemos que seu uso refletia a diversidade de origens étnicas, incluindo referências a Angola, Costa, Cabinda, Congo, Cassange, Benguela, crioula, entre outras, indicando uma rica mistura de culturas e tradições. Contudo, com a predominância de sua utilização entre as africanas. A repetição de certos itens, como o "pano da costa" ou certos tipos de brincos, ao longo dos anos, sugere uma continuidade cultural e a importância desses elementos na expressão da identidade étnica ao longo do tempo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso adotado durante toda pesquisa visou mostrar a importância da indumentária dos cativos no Recife do início do século XIX e perceber suas várias nuances que circundavam as escravizadas e escravizados do período abordado, incluindo possíveis estratégias durante e após a fuga. Onde, os escravizados poderiam utilizar da indumentária para confundir os envolvidos na captura, além de criarem uma imagem que possivelmente tanto desejavam: a de forro. Com base na análise dos anúncios de fuga entre os anos de 1827 a 1835, percebemos também uma outra ação na fuga que envolvia os trajés: levar mais roupas sobressalientes.

Os cativos detinham poucos recursos materiais e financeiros, isso poderia ser alterado a depender do ofício que ele ou ela desempenhavam dentro do regime escravista, como tentamos demonstrar ao longo de todo o trabalho. Mas, de modo geral, percebemos que os escravizados além de terem poucas vestes, que por vezes cabiam numa trouxa que levavam consigo, estas eram muitas vezes surradas, o que indica uma precarização das vestes.

Assim, os modos de vestir nesta condição jurídica, a de escravizados, pode nos revelar estratégias de resistência adotadas pelos cativos dentro do sistema escravista, principalmente no contexto da fuga. É revelado também a forma como possíveis práticas vivenciadas em África foram ressignificadas, como nos mostram o uso dos panos da costa e colares de miçangas, que além de serem usadas cotidianamente, pelo menos é o que nos mostra a documentação, poderiam integrar a “bagagem” de fuga.

Nesse sentido, levar tudo aquilo que lhe pertencia era, por vezes, levar todos os bens materiais que cabiam em um pano enrolado, lençol ou numa simples trouxa de pano que guardavam relações afetivas com possíveis entes queridos e memórias de uma vida. Dessa forma, o caminho que tentamos traçar ao longo desta pesquisa foi buscar compreender os aspectos gerais de como os escravizados se vestiam e como esta prática poderia abarcar várias nuances de uma dada sociedade, que no nosso caso foi a do Recife no século XIX.

A pesquisa também objetivou, de certo modo, despertar o interesse em relação ao uso dos tecidos, cores e modos de usar a indumentária dos escravizados. Algo ainda pouco explorado, mas que ao nosso ver merece uma maior e melhor atenção sobre a temática para que possamos estabelecer comparações com outros lugares, principalmente no sentido de que se perceba como em cada contexto específico os cativos puderam imprimir suas identidades e desejos por meio das vestes.

Ao comparar os dados desta pesquisa com os da pesquisadora Patrícia de Souza, a qual pesquisou a temática para o contexto carioca nos oitocentos, percebemos que haviam algumas semelhanças entre o vestir dos cativos naquela região e do Recife. Não apenas pelo uso de peças como ceroulas, calças, vestidos e saias, mas os tipos de tecidos empregados na confecção, tais como: algodão, brim, estopa e outros. Em relação ao contexto carioca, Recife apresenta uma maior presença da chita no uso de saias e vestidos de mulheres de diferentes origens/qualidades. Sendo, portanto, algo mais recorrente no contexto e período estudados por nós.

A pesquisa nos revela uma pluralidade de cores utilizadas pelos escravizados, o que nos leva a começar uma desconstrução no senso comum de que os cativos se vestiam apenas com algodão cru, algo reproduzido pelas produções audiovisuais. O trabalho mostrou que a indumentária dos cativos era mais colorida do que se pode imaginar. Embora não tenhamos percebido diferenças significativas na composição das peças e materiais empregados na indumentária das pessoas escravizadas, podemos perceber que alguns elementos que consideramos como adornos poderiam atuar como forma de distinção entre a comunidade escravizada.

Embora tenhamos identificados os tecidos mais empregados na indumentária de homens e mulheres escravizado no Recife do século XIX, não conseguimos identificar de forma abrangente a circulação desses materiais no Recife no período abordado. Sendo necessário que pesquisas futuras possam dar tal resposta, a qual ficou em aberta, mesmo que não tenhamos objetivado responder tal problemática nesta pesquisa.

Além disso, os materiais empregados na indumentária dos cativos podem abrir um debate acerca da produção no contexto brasileiro. Quem e como essas vestes eram produzidas? De qual modo, o comércio local e atlântico abastecia os cativos? Essas e outras perguntas carecem de respostas. Contudo, o trabalho além dos objetivos propostos, buscou levantar um debate que possa ser de interesse de pesquisadores de diversas áreas. Porque, como outros exemplos demonstram, os tecidos eram majoritariamente importados e só aqui eram transformados em roupas.

Ao longo do percurso adotado nesta pesquisa tentamos explicar como se dava, em aspectos gerais, a indumentária de pessoas escravizadas de acordo com suas diferentes origens e qualidades, mas também buscamos identificar alguns elementos que pudessem distinguir esses homens e mulheres que ocupavam a mesma condição jurídica. Dessa forma, conseguimos identificar evidências notáveis da adoção do "pano da costa" por mulheres de distintas origens e qualidades, contudo, o uso era predominado pelas africanas.

Enquanto algumas origens e qualidades como angola e as categorizadas como crioulas exibiram uma expressiva utilização, contabilizando 20 e 16 registros, respectivamente, outras, a exemplo de quissamã e baca, apresentam uma presença mínima, com apenas uma ocorrência cada. No entanto, ao direcionarmos nosso olhar para todas as nações africanas em detrimento das outras categorias de mulheres, percebemos que o uso entre as africanas era maior, principalmente entre as de nação angola, onde o uso foi frequentemente notado.

Dito de outro modo, mulheres de nação congo, benguela, cassange, assim como as provenientes de benin, cambundongo, gabão, luanda, quissamã, baca (ambaca), moçambique, songo, cabundá, "de nação" incorporavam o "pano da costa" em suas vestimentas de modo mais frequente do que mulheres de outras origens/qualidades, tais como crioulas, pardas, mulatas e cabras.

Observou-se também a pouca recorrência do uso do pano da costa entre mulheres categorizadas como cabra e crioula de Luanda. Ao expandirmos nossa análise para o uso do xale, considerando-o como uma variação do "pano da costa", conforme demonstrado anteriormente, identificamos uma presença marcante. Onde 9

deles sendo usadas por crioulas, 5 por mulatas, 1 por uma mulher denominada como cabra, e um sendo utilizado por uma mulher sem origem/qualidade definida. Assim, os dados sugerem que tanto o "pano da costa" quanto o xale funcionam como elementos distintivos, refletindo as origens e qualidades específicas das mulheres.

Além disso, os materiais empregados na indumentária dos cativos podem abrir um debate acerca da produção no contexto brasileiro. Quem e como essas vestes eram produzidas? De qual modo comércio local e atlântico que abasteciam os cativos? essas e outras perguntas carecem de respostas.

Com base nos tecidos podemos concluir que os dados relacionados ao consumo de diferentes tipos de tecidos ao longo de diversos anos, fornecendo uma visão geral das preferências ou demandas em cada categoria. Além disso, é necessário que novas pesquisas sejam feitas tanto para o contexto do Recife quanto para outras localidades do Brasil, a fim de que possamos ampliar a compreensão acerca da vida social, material e cultural dos escravizados

Embora já tenhamos avançado sobre a temática por meio de pesquisas acadêmicas, existem lacunas significativas em nossa compreensão de como a população escravizada do Brasil usava, simbolizava, produzia e trajava suas vestes. Nesse sentido, este estudo pretendeu contribuir de forma modesta para esse tema, além de interessar outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA: LIVROS, ARTIGOS, DISSERTAÇÕES E TESES

- ALARCÃO, Janine Pereira de Sousa. **O saber e o fazer: República, Federalismo e Separatismo na Confederação do Equador**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.repositorio.unb.br/handle/10482/2509>. Acesso em 09 set. 2022.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Vida privada e ordem privada no Império**. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). História da vida privada no Brasil: Império. São Paulo: Companhia das Letras, v.2, 1997.
- ALMEIDA, S. C. GANHADEIRAS: TRABALHO FEMININO NAS RUAS DO RECIFE SETECENTISTA. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 52–70, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/934>. Acesso em: 7 dez. 2023.
- ANDRADE, Rita Morais. **Boué Soeurs RG 7091: a biografia cultural de um vestido**. 2008. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/13076>. Acesso em 20 set. 2022.
- ANDRADE, Rita Morais. **O vestuário como assunto: um ensaio**. In: Dossiê: o vestuário como assunto: perspectivas de pesquisa a partir de artefatos e imagens [Ebook] / Organizadoras, Rita Morais de Andrade, Alliny Maia Cabral, Indyanelle Marçal Garcia Di Calaça. – Goiânia: Cegraf UFG, 2021. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/459/o/Desenredos_13.pdf. Acesso em: 31 de maio de 2023.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. São Paulo: Edusc, 2006.
- ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH USP, 2004.
- ASSIS, Machado. **Pai Contra Mãe**. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/teatro/11-textos-dos-autores/793-machado-de-assis-pai-contramae>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- BARROS, Deylla da Silva. **A formação de uma comunidade africana no Recife oitocentista: escravidão e etnias da diáspora nos anúncios de jornais, 1830-1839**. Dissertação (Mestrado profissional em Culturas Africanas) – Universidade de Pernambuco, Garanhuns, 2021. Disponível em: https://w2files.solucaoatrio.net.br/atrio/upe-ga-cadpi_upl//THESIS/18/dissertao__deylla_barros_20210820151233389.pdf. Acesso em: 15 mai. 2022.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Editora Vozes, 2019.

BASTOS, Ana Karine Pereira de Holanda. **Anúncios de escravos**: traços de mudanças e permanências de tradições discursivas nos jornais do Recife. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17830>. Acesso em 19 out. 2022.

BEZERRA, Nielson Rosa. **Mosaicos da escravidão**: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara 1780-1840). 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1235.pdf>. Acesso em 12 set. 2022.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: século XV-XVIII. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BRUNO, Ernani Silva. **Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira**: Objetos. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001. Disponível em: <http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/glossario/index.php/verbetes-de-a-a-z/32-verbetes-iniciados-em-l/830-lila>. Acesso em: 20 out. 2023.

CABRAL, Alliny Maia Siqueira de Carvalho. **Indumentária e visualidade**: modos de vestir de mulheres Kalunga sob uma perspectiva histórica (séculos XIX e XXI). 2019. Dissertação (Mestrado em Artes e Cultura visual) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Artes e Cultura Visual, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9497>. Acesso em 06 de jun. de 2023.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio**: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco (1830-1870). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

CARMO, Sura Souza; VIEIRA, Flávia Cristina Costa. Intersecções entre gênero, raça e trabalho: o vestir-se das negras de ganho no século XIX. **Revista Veredas da História**, v. 13, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/rvh.v13i2.47435>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. **Afro-Ásia**, n. 29-30, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/aa.v0i29-30.21054>. Acesso em: 15 jun. 2022.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. 2ªed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. A rápida viagens dos "berçários infernais" e o desembarques nos engenhos do litoral de Pernambuco após 1831. In: OSÓRIO, Helena. XAVIER, Regina C. Lima de. **Do tráfico ao pós-abolição**: trabalho compulsório e livre e luta por direitos sociais no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018. Ebook. Disponível em:

<http://oikoseditora.com.br/files/Do%20tr%C3%A1fico%20ao%20p%C3%B3s-aboli%C3%A7%C3%A3o%20-%20E-book.pdf> Acesso em 25 nov. 2022.

CARVALHO, Mary Lucia Alves de. Os comerciantes cronistas: Henry Koster; Louis François de Tollenare no Piauí do início do século XIX. **Contraponto**, v. 4, n. 1, p. 130-142, 2015. Disponível em: <https://ojs.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/3773>. Acesso em: 03 nov. 2022.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. Espaços negros: "cantos" e "lojas" em Salvador no Século XIX. **Caderno CRH**. Suplemento, p. 18-34, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v4i0.18842>. Acesso em: 24 set. 2022.

COSTA, Manuela Pinto da. Glossário de termos têxteis e afins. **Revista da Faculdade de Letras**. Ciências e técnicas do património. Porto, v. 3, p. 137-161, 2004. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4088.pdf>. Acesso em 15 nov. 2022.

COSTA, Valéria Gomes. **Trajetórias negras**: os libertos da costa d'Africa no Recife (1846-1890). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/13367>. Acesso em 23 jul. 2022.

COSTA, Valéria Gomes. **Ómira**: mulheres e homens libertos da Costa d'África no Recife (1846-1980). 1. Ed. São Paulo: Alameda, 2021.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 35, n. 2, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 06 jun. 2022.

DEL PRIORE, Mary. A vida cotidiana do Rio de Janeiro. **Revista Ultramares**. Maceió: AL, v. 1, n. 3 p. 154-175, 2013. ISSN 2316-1655.

SCOREL, Silvia. **Vestir poder e poder vestir**: o tecido social e a trama cultural nas imagens do traje negro (Rio de Janeiro - século XVIII). Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto e Filosofia e Ciências Sociais, CFCH, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000

FACTUM, Ana Beatriz Simon. **Joalheria escrava baiana**: a construção histórica do design de jóias brasileiro. 2009. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16134/tde-13012010-154213/>. Acesso em 05 out. 2021.

FARIAS, Juliana Barreto. De escrava a Dona: A trajetória da africana mina Emília Soares do Patrocínio no Rio de Janeiro do século XIX. Locus: **Revista de História**, [S. l.], v. 18, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20607>. Acesso em: 7 dez. 2023.

FIGUEIRA DE MELO, Jerônimo Martiniano. **Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco**. Estado de Pernambuco, Conselho Estadual de Cultura, 1979.

FREYRE, Gilberto. **Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Gilberto Freyre. – 2ª.ed, aumentada. São Paulo: Campanha Editorial Nacional, 1979.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.

GRAHAM, Ricard. **Alimentar as cidades**: as vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ITALIANO, Isabel et al. **Para vestir a cena contemporânea**: moldes e moda no século XIX. 2. Ed. São Paulo: ECA/USP, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/9788572052238>. Acesso em 12 out. 2022.

JULIO, Kelly Lislei. **PRÁTICAS EDUCATIVAS E SOCIABILIDADES: MULHERES FORRAS EM SÃO JOÃO DEL-REI E SÃO JOSÉ DEL-REI (1808-1840)**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-85SQLG>. Acesso em 05 set. 2023.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. p.187.

LARA, Sílvia Hunold. **Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa**. Madrid: Tavera/Digibis, 2000.

LARA, Sílvia Hunold. Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (século XVIII). In: **Brasil: colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 177-191, 2000.

LARA, Sílvia Hunold. **Fragmentos setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. Editora Companhia das Letras, 2007.

LIMA, Jacilene Leandro de; SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. AS MULHERES E O MOVIMENTO ABOLICIONISTA NO DIÁRIO DE PERNAMBUCO (RECIFE, 1883-1888). In. XIII Encontro Estadual de História: “história e mídias narrativas e disputas”, 2020, Recife. **Anais eletrônicos**, Recife. Disponível em: https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1601572780_ARQUIVO_0a0dc8d074e813c7d13f31aff4086488.pdf. Acesso em: 02 out. 2022.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade interdita, liberdade reavida**: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências

Humanas. Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7610>. Acesso em 14 out. 2022.

LIMA, Tânia; SOUZA, Marcos A.; SENE, Glaucia. "Weaving the Second Skin: Protection Against Evil Among the Valongo Slaves in Nineteenth-century Rio de Janeiro". **Journal of African Diaspora Archaeology & Heritage**, v. 3, n. 2, nov., 2014, pp. 103– 136. Disponível em: <https://doi.org/10.1179/2161944114Z.00000000015>. Acesso em 13 out. 2022.

LIPOVETSKY, GILLES. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
MATTOSO, Kátia Mytilineou de Queirós. **Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX**. Petrópolis: Vozes. 2016. p. 149.

LODY, Raul Giovanni. Pano da Costa. **Pano da costa**. Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, Fundação Nacional de Arte-FUNARTE, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.

LODY, Raul. **Joias de axé: fios-de-contas e utrs adornos do corpo: a joalheria afro-brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

LUFT, Marcos Vinícios. "**Essa guerra desgraçada**": recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 20013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/76239>. Acesso em: 06 jun. 2022.

MAIA, Andréa Karinne Albuquerque. Análise do Diário de Pernambuco como parte integrante da pesquisa "Um dia na imprensa brasileira". In. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016, São Paulo. **Anais**, São Paulo. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1593-1.pdf>. Acesso em 19 abr. 2022.

MARQUES, Danilo Luiz. **Sobreviver e Resistir: Os Caminhos para a Liberdade de Escravizadas e Africanas livres em Maceió (1849-188)**. Blumenau: Nova Letra, 2016.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1982**

MENDES, André Melo. **Metodologia para análise de imagens fixas** [recurso eletrônico]. Belo Horizonte, MG: PPGCOM UFMG, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/38143/2/andreMendesMetodImagens.pdf>. Acesso em 02 out. 2023.

MIRANDA, Ana Caroline Carvalho. O perfil socioeconômico das mulheres forras da vila de Pitangui (1750-1820). **Temporalidades**, v. 8, n. 2, p. 223-243, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/198461502114>. Acesso em: 01 out. 2023.

MONTELEONE, Joana de Moraes. **O circuito das roupas: a corte, o consumo e a moda (Rio de Janeiro, 1840-1889)**. 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2013.tde-11042014-112626>. Acesso em 27 ago. 2022.

MOURA, Alice Regina Maciel de. **Cultura escravista e resistência escrava nos anúncios de fuga do Jornal do commercio (Rio de Janeiro, 1827-1850)**. 2022. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/13420>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MUNHOZ, Fabiana Garcia. **A invenção do magistério público feminino paulista: Mestre Benedita da Trindade do Lado de Cristo na trama de experiências docentes (1820-1860)**. 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.48.2019.tde-28112018-145638>. Acesso em 01 dez. 2023.

OLIVEIRA, Januária. Embuçadas em baetas. **História Luso-Brasileira**. 24 mai. 2020. Disponível em: http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5344:embuçadas-em-baetas&catid=2068&Itemid=215. Acesso em: 24 out. 2023.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. **Revista usp**, v. 28, p. 174-193, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p174-193>. Acesso em: 06 ago. 2022.

ORIGE, Larissa Borges; MARQUES, César Luiz Moreira da Fonseca. Indumentária cativa: mulheres escravas em Desterro no século XIX. **Achiote. com-Revista Eletrônica de Moda**, v. 6, n. 2, 2018. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/achiote/article/view/6630>. Acesso em: 23 out. 2022.

ORSI, Vivian. A Estação: considerações sobre a moda e seu léxico no século XIX no Brasil. **Revista Linguagem em Foco**, v. 12, n. 3, p. 67-88, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.46230/2674-8266-12-4165>. Acesso em 01 set. 2021.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Editora UFMG, 2001.

PASTOUREAU, Michel. **O pano do diabo: uma história das listras e dos tecidos listrados**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.

PAULINO, Josenildo Américo; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A CIDADE DO RECIFE E O ABASTECIMENTO DE GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE (1825-1835). **História e Cultura**, v. 9, n. 2, p. 73-98, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/issue/view/146>. Acesso em 15 jan. 2023.

PEREIRA, Hanayrá Negreiros de Oliveira. **O Axé nas roupas: indumentária e memórias negras no candomblé angola do Redandá**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/20817>. Acesso em: 14 set. 2023.

PONTUAL, Virgínia et al. **São Jose: olhares e vozes em confronto: um bairro patrimônio cultural do Recife**. Recife: Cepe editora, 2021.

PURPURA, Ketilley Luciane de Jesus; MENDES, Francisca Dantas. O Pano da Costa e o Torço como Panos de Vestir: entre amarrações, torções e nós. **Revista Calundu**, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v7i1.47427>. Acesso em 01 dez. 2023.

QUINTAS, Fátima. A moda como Representação Social. In: **A civilização do açúcar**. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. **A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. **Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia**. Companhia das Letras, 2019.

ROCHA, Bárbara Ferreira Ribeiro. Representatividades do candomblé em museus goianienses. In: ANDRADE, Rita Morais de; CABRAL, Alliny Maia; Calaça, Indyanelle Marçal Di Garcia. Dossiê: **o vestuário como assunto: perspectivas de pesquisa a partir de artefatos e imagens** [Ebook]. Goiânia: Cegraf UFG, 2021. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/459/o/Desenredos_13.pdf. Acesso em: 31 jul 2023.

ROCHE, Daniel. **A Cultura das Aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)**. São Paulo: SENAC, 2007, p. 48

ROSSOTTI, Beatrice. **“Vestir-se negra”**: roupas e adornos de mulheres negras em fotografias da segunda metade do século XIX. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ppgh/producao-academica/dissertacoes-de-mestrado-e-egressos-pasta/arquivos/BEATRICEROSSOTTIPPGHUNIRIOD.pdf>. Acesso em: 17 de jun. 2023.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo (1822-1940)**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. **Teoria de moda: sociedade, imagem e consumo**. 2ª ed. Rev. e atualizada. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

SANTOS, Eliza Brito. **Restaurantes e cafés: os lugares de sociabilidades e gastronomia no Recife da segunda metade do século XIX**. 2019. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2019. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1120>. Acesso em 19 ag. 2022.

SANTOS, Jocélio Teles dos. " Incorrígíveis, afeminados, desenfreiados": indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. **Revista de Antropologia**, v. 40, p. 145-182, 1997. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ra/a/NV95Yd5RzQHnLsWWKmQNh4g/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. **Luminárias, músicas e sentimentos patrióticos: Festas e política no Recife (1817-1848)**. 2018. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13363>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SANTOS, Nívea dos. Pano da Costa ou Alaká. Coast African Cloth or Alaká', Pano da Costa/Coast African Cloth, Salvador: **Cadernos do IPAC**, p. 17-28, 2009. Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/wp-content/uploads/2012/04/Pano-da-Costa.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

SCARANO, J. Roupas de Escravos e de Forros. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 51–61, 2006. DOI: 10.20396/resgate.v3i4.8645492. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645492>. Acesso em: 6 out. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

SELA, Eneide Maria Mercadante. **Modos de ser, modos de ver: viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro 1808-1850**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.

SILVA, Camila Borges da. O símbolo indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808-1821). Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/obras_premiadas_pdf/livro_o_simbolo_indumentario.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

SILVA, Camila Borges da. **Os inventários no estudo da indumentária: possibilidades e problemas**. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 142-160, maio/ago. 2018. Disponível em:

<https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/911/942>. Acesso em 31 jul 2023.

SILVA, Gian Carlo de Melo. **Na cor da pele, o negro**: conceitos, regras, compadrio e sociedade escravista na Vila do Recife (1710-1810). 2014. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17970>. Acesso em 08 ago. 2022.

SILVA, Gian Carlo de Melo. **Um só corpo, uma só carne**: casamento, cotidiano e mestiçagem no recife colonial (1790-1800). 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2014.

SILVA, Gian Carlo de Melo. **Na cor da pele, o negro**: escravidão, mestiçagem e sociedade no Recife Colonial (1790-1810). Maceió: EDUFAL, 2018.

SILVA, José Eduardo da. **Além do litoral**: escravidão no Agreste Meridional de Pernambuco (Garanhuns, 1800-1850). 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38348>. Acesso em 28 ago. 2022.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Pretas de honra**: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870). 2004. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7825>. Acesso em: 03 abr. 2022.

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro 1906**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Vol. 28 p. 251, 1906. Disponível em: <
http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=anais_bn&pagfis=23281>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SILVA, Simone Trindade Vicente da. **Referencialidade e representação**: um resgate do modo de construção de sentido nas penças de balangandãs a partir da coleção Museu Carlos Costa Pinto. 2009. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) Universidade Federal da Bahia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/9811>. Acesso em 02 set. 2023.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre sobrados e mucambos**: escravidão e resistência negra no Recife oitocentista. Recife: Ed. UFPE, 2022. *E-book*. p. 26. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/786>. Acesso em 28 out. de 2023.

SILVA, Wellington José Gomes da; SILVA, Gian Carlo de Melo. Na fuga, uma esperança de liberdade: escravos fugitivos na alagoas provincial. **Ars Histórica**, n. 13, p. 191-208, 2016, p. 191. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/45670/24616>. Acesso em: 20 out. 2022.

SILVA, Wellington José Gomes da. **A liberdade requer limites: o fundo de emancipação e a liberdade na província de Alagoas. (1871-1886).** 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2599>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto. **No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano.; GOMES, Flávio dos Santos. “Dizem as Quitandeiras...”: Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. **Acervo**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 3–16, 2011. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/211>. Acesso em: 01 dez. 2023.

SOARES, Cecília Elisabeth Barbosa; VELOZO, Olga Carolina Pontes Bon. Modas, calos e cetins: os sapatos como símbolos distintivos no Rio de Janeiro do século XIX. **Diálogo com a Economia Criativa**, v. 5, n. 13, p. 104-123, 2020. Disponível em: <http://revistasrio.espm.br/index.php/revistadcec-rj/article/view/203>. Acesso em 19 de out. 2021.

SOARES, Mariza de Carvalho. A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p.303-330, 2004. Disponível em: < http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/May07qmlnCYtl_nacao.pdf >. Acesso em: 16 out. 2023.

SOUZA, Arthur Danillo Castelo Branco de. **Carapuça a quem servir: fugas, roubos e tráfico de escravos no Pernambuco Imperial (1850-1873).** 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33115>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SOUZA, Gilda de Melo e. **O espírito das roupas: a moda no século dezenove.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife imperial.** 2002. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7277>. Acesso em: 03 mai. 2022.

SOUZA, Patrícia March de. **Visualidade da escravidão: representações e práticas de vestuário no cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro oitocentista.** 2011. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.17541>. Acesso em 07 mar. 2022.

SUGUIMATSU, Isabela Cristina. **Atrás dos panos**: vestuário, ornamentos e identidades escravas Colégio dos Jesuítas, Campos dos Goytacazes, século XIX. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AU2NJB>. Acesso em: 15 jul. 2023.

TEIXEIRA, Amanda Gatinho. Joalheria de Crioulas: Subversão e poder no Brasil colonial. **Antíteses**, v. 10, n. 20, p. 829-856, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6336845>. Acesso em: 11 nov. 2023.

TELLES, Lorena Féres da Silva. “Por ter um filho de cinco meses que não a priva de trabalhar”: mulheres escravizadas, amamentação e trabalho urbano no Rio de Janeiro (1830-1888). In: FREIRE, Jonis; CARULA, Karoline. **Raça, Gênero e Classe: Trabalhadores (as) livres e escravizados (as) no Brasil**. Mauad Editora Ltda, 2020, p. 102.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 528 p. 1999.

THORTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TORRES, Heloísa Alberto. Alguns aspectos da indumentária da crioula baiana. Tese com que se apresenta Heloisa Alberto Torres, ao concurso para provimento da Cadeira de Antropologia e Etnografia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, 1950. **Cadernos Pagu**, n. 23, jul./dez., 2004, p. 413-467. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000200015>. Acesso em: 15 out. 2023.

VIEIRA, Thaiana. Moda na Baixa Idade Média: linguagem, consumo, poder e controle pelas leis suntuárias. **Revista Veredas da História**, v. 13, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/rvh.v13i2.47431>. Acesso em: 15 de abr. 2022.

FONTES

BRASIL. Título III Dos crimes contra a propriedade. CAPÍTULO I – FURTO disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 22 de fev. de 2022.

Código de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro de P. Brito, Impressor da Casa Imperial, 1854, p. 48-49. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3880>. Acesso em 12 ago. 2022.

Codigo de posturas : leis, decretos, editaes e resoluções da intendencia municipal do districto federal: compilação feita por ordem da prefeitura. Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, 1894. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224185>. Acesso em 15 set. 2021.

FIGUEIRA DE MELO, Jerônimo Martiniano. **Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco.** Estado de Pernambuco, Conselho Estadual de Cultura, 1979.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país:** durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1956. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/444>. Acesso em: 12 ago. 2021.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. **Diario de Pernambuco (1825-1835).** Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil.** Brasiliana, 1942. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/305>. Acesso em: 02 out. 2021.

Pinto, Luís Maria da Silva. **Diccionario da lingua brasileira.** Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 1: A - K).** Lisboa, Na Officina de Simão

Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>. Acesso em 10 nov 2023.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 2: L - Z)**. Lisboa, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>. Acesso em 10 nov 2023.

The Transatlantic Slave Trade Database. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/voyage/database>. Acesso em: 01 jun. 2021.

TOLLENARE, Louis-François. **Notas dominicaes**: tomadas durante uma residencia em Portugal e no Brasil nos annos 1816, 1817 e 1818. Impreza do Jornal do Recife, 1905.

GLOSSÁRIO DOS TECIDOS

Algodão: Material têxtil derivado da fibra do algodoeiro.

Baetão: Tecido extremamente robusto, empregado na confecção de saias e capotes.

Baeta: Tecido espesso confeccionado com lã, caracterizado por sua textura grosseira e felpuda.

Bretanha: Tecido delicado de origem inglesa, geralmente composto por linho ou algodão.

Brim: Tecido altamente resistente.

Cambraia: Tecido fino produzido a partir de linho ou algodão.

Casimira: Tecido fabricado na Índia, conhecido por sua trama fina, utilizado na confecção de calças e coletes.

Cassa: Tecido extremamente fino e transparente, elaborado com algodão ou linho.

Cetim: Material semelhante à seda, notável por sua textura brilhante e fina.

Cetineta: Tecido similar ao cetim, confeccionado com algodão, seda ou uma combinação de ambos.

Chita: Tecido estampado de qualidade inferior, frequentemente produzido na Ásia ou Europa, comumente feito de algodão.

Estopa: Tecido grosso confeccionado em linho, destacando a parte mais rústica dessa fibra.

Fustão: Tecido fino feito de lã, linho, seda ou algodão, muitas vezes apresentando uma textura em cordão mais ou menos espesso.

Ganga: Tecido colorido de algodão em várias tonalidades.

Lã: Material têxtil produzido a partir do pelo de ovelha ou carneiro.

Lapim: Tecido de seda preta, delicado e utilizado em mantilhas.

Lila: Tecido refinado elaborado com lã fina.

Liage (Linhagem): Tecido de qualidade superior e mais refinado, assemelhando-se à estopa.

Lona: Material altamente durável empregado em velas de navios // Tecido resistente feito de linho grosso ou cânhamo, usado em toldos e calçados.

Madapolão: Tecido branco de algodão.

Morim: Tecido branco e delicado feito de algodão.

Paninho: Material têxtil fino elaborado a partir de algodão.

Pano: Termo abrangente utilizado para referir-se a tecidos feitos de linho, algodão, lã e outras fibras.

Riscado: Tecido feito de linho, algodão e outras fibras, apresentando predominância de listras coloridas alternadas em duas tonalidades.

Xila (chila): Material têxtil feito de algodão e fabricado na Inglaterra.

ANEXO 1

Quadro 12 - Adornos utilizados descritos nos anúncios de fuga entre 1827 a 1835 de mulheres escravizadas.

Origem/ qualidades	Objeto	Material	Cor	Período
Crioula	xale	chita	-	1827
NI	brincos	-	-	1827
Angola	argola	-	dourada	1827
Costa	cordão de retroz ao pescoço	-	-	1827
Cabinda	contas no pescoço	-	preta	1827
Crioula	pano da costa	-		1827
Benguela	miçangas no pescoço	-	branca	1827
	lenço na cabeça	-	encarnado	1827
Crioula	solitários	pedra	branca	1827
Angola	miçangas no pescoço	-	-	1829
Cassange	lenço no pescoço	-	amarelo pintas brancas	1829
Mulata	lenço no pescoço	-	amarelo	1829
Cassange	argolas	ouro	dourado	1829
Cassange	argolas	-	-	1829
NI	solitário e miçangas no pescoço	-	amarelo	1829
Crioula	pano da costa	-	azul e branco	1830
Mulata	xale	gazimira	encarnado	1830
Da Costa	contas enfiadas com corais	amarelo	-	1830
Da Costa	argolas	ouro	amarelo	1830
NI	xale	lã e seda	-	1830
Congo	pano da costa	-	azul	1830
Crioula	pano da costa	-	azul	1830
Costa	argolas	-	-	1830

Congo	meias	-	-	1830
	chinelas		gazinota	
Camundongo	pano da costa	-	-	1830
Songo	volta de miçanga	-	azul	1830
	volta de miçanga	-	amarelo	1830
Cassange	argolinhas	ouro	amarelo	1830
	contas de miçangas	-	-	1830
Congo	argolas	-	-	1830
Africana (NI)	contas enfiadas com corais	-	amarelo	1830
Africana (NI)	argolas	ouro	amarelo	1830
Angola	pano da costa	-	-	1831
Congo	pano da costa	-	azul e branco	1831
Congo	pano da costa	-	riscas azuis com babado de riscadinho azul	1831
Crioula	pano da costa	-	-	1831
Angola	contas	vidro	azul	1831
Cassange	pano da costa	-	-	1831
Congo	corais	-	encarnado	1831
Benguela	pano da costa	-	-	1831
Congo	pano da costa	-	-	1831
Angola	pano da costa	-	-	1831
Cassange	pano da costa	-	azul e branco	1831
Angola	argolas	ouro	amarelo	1831
	contas	vidros	encarnado	1831
	rosário	-	brancos	1831
Cabra	xale	chita	-	1831
Rebolo	pano da costa	-	-	1831

Quissamá	pano da costa	-	-	1831
Cabunda	argola	-	-	1831
Angola	argolas	-	-	1832
Mocambique	pano da costa	-	-	1832
Crioula	pano da costa	-	-	1832
Congo	pano da costa	-	-	1832
NI	argolinhas	ouro	amarelo	1832
	pano da costa			
Songo	lenço	-	-	1832
Angola	pano da costa	-	-	1832
Baca	pano da costa	-	-	1832
Crioula	pentinhos	marrata	-	1832
	pano da costa			
Crioula	argola no braço	aço	-	1832
Cabinda	duas voltas de contas	-	amarelo	1832
	pano da costa			
De nação	trancelim de cabelo no pescoço	-	-	1832
Crioula	pano da costa	-	-	1832
Crioula	pano da costa	-	-	1832
Congo	argola	ouro	amarelo	1832
	pano da costa			
Cassange	pano da costa	-	riscado	1832
Angola	pano da costa	-	azul e branco (listrado)	1832
Gabão	argola	cabacinho	-	1832
Benguela	pano da costa	-	-	1832

Cabindas	argolas	ouro	amarelo	1832
Angola	pano da costa	-	com listras brancas	1832
Crioula	pano da costa		circundado de matames branco	1832
	meia		-	
	sapato		verde	
Congo	pano da costa	-	-	1832
Angola	corais no pescoço com continhas	-	-	1832
	pano da costa	-	-	1832
	coraçõzinho	ouro	amarelo	1832
Benguela	pano da costa	-	-	1832
Benin	argolas	ouro	amarelo	1832
	pano da costa	-	-	
NI	pano da costa	-	-	1832
Angola	pano da costa	-	branco e azul	1833
Angola	pano da costa	-	-	1833
Congo	pano da costa	-	-	1833
Rebolo	pano da costa	-	-	1833
Rebolo	cordão amarrado na cabeça	-	-	1833
	pano da costa	-	-	
Rebolo	argolas	-	-	1833
Cassange	pano da costa	-	azul	1833
De Nação	pano da costa	-	-	1833
Angola	voltas de conta	metal	amarelo	1833
	volta de corais misturados	-	-	1833
	solitários	pedras	-	1833

Cassange	pano da costa	-	azul	1833
Mocambique	pano da costa	-	azul e branco (listrado)	1833
Angico	lenço	-	-	1833
Crioula	xale	-	-	1833
	meias			
	xale			
Congo	pano da costa	-	com franjas	1833
Cabinda	pano da costa	-	-	1833
Benguela	pano da costa	-	azul e branco	1833
Benguela	pano da costa	-	-	1833
NI	brinco	ouro	amarelo	1833
Rebolo	argolas	ouro	amarelo	1833
	pano da costa	-	-	
Angola	meia	-	-	1833
	voltas de micangas	-	branca	
	voltas de micangas	-	encarnada	
Congo	pano da costa	-	-	1833
Crioula	argolas	-	-	1833
	pano da costa	-	-	
NI	pano da costa	-	-	1833
Costa	corais nos braços	-	-	1833
	corais no pescoço	-	-	1833
Cabra	argolas	ouro	-	1833
	pano da costa	-	-	

Benguela	corais de angola	-	-	1833
	duas figas	prata	-	
Crioula	argolas	-	-	1833
Quissamã	argolas	-	-	1834
	miçangas	-	azul	1834
Benguela	pano da costa	-	-	1834
Congo	pano da costa	-	-	1834
NI	pano da costa	-	azul	1834
Africana (NI)	brinco	cabacinha	roxo	1834
Crioula	solitários com pedra	-	amarelo	1834
Mulata	brincos de pedra	-	-	1834
Angola	argolas de pedra	-	-	1834
Songo	pano da costa	-	-	1834
Angola	um maço de contas	-	azul	1834
	pano da costa	-	com matames brancos	
Cassange	pano da costa	-	-	1834
Baca	carolinas em castoadas	ouro	amarelo	1834
	corais no pescoço	-	encarnado	1834
	miçangas no braço	-	amarelo	1834
Da Costa	contas no pescoço	-	preto	1834
	rosetas nas orelhas	-	preto	1834
Angola	pano da costa	-	listras azuis	1834
Angola	pano da costa	-	-	1834
Cassange	pano da costa	-	-	1834
Cabinda	pano da costa	-	azul	1834
Angola	brinco	-	-	1834

Benguela	pano da costa	-	-	1834
Crioula	pano da costa	-	-	1834
Cassange	lenço amarrado na cabeça		branco	1834
	sapatos			
Angola	pano da costa	-	-	1834
Mulata	xale	-	-	1834
Crioula	pano da costa	-	-	1834
Angico	voltas de miçangas no pescoço	-	-	1834
	pano da costa	-	-	
Crioula	argolas	-	-	1834
Angola	pano da costa	-	-	1834
NI	pano da costa	-	-	1834
Angola	pano da costa	-	azul e branco (listrado)	1835
NI	xale	-	-	1835
Cabinda	argolas	-	-	1835
	pano da costa	-	-	
Angola	pano da costa	-	-	1835
Rebolo	pano da costa	-	-	1835
Crioula	xale	-	-	1835
Angola	pano da costa	-	-	1835
Angola	pano da costa	-	-	1835
Luanda	pano da costa	-	-	1835
Angico	pano	-	preta	1835
Cabra	pano da costa	-	-	1835
Crioula	pano da costa	-	-	1835
Crioula	pano da costa	-	-	1835

Angola	solitários	-	-	1835
Cabundá	argolas com pedras	prata	roxa/prata	1835
	pano da costa	-	-	
Mulata	argolas	ouro	amarelo	1835
	xale	-	metim	
Crioula	pano da costa	-	-	1835
Benguela	argolas	ouro	amarelo	1835
	contas no pescoço	-	azul	
Crioula	duas voltas no pescoço	-	azul	1835
NI	pano da costa	-	-	1835
Cabinda	pano da costa	-	-	1835
Benguela	pano da costa	-	-	1835
Crioula de Luanda	contas	-	azul	1835
	argolas francesas	-	-	
	pano da costa	-	-	
NI	pano da costa	-	azul e branco (com matames brancos em roda)	1835
Crioula	xale	-	metim	1835
Crioula	xale	-	-	1835
Rebolo	quatro voltas de contas no pescoço	-	azul	1835
	argolinha	-	-	
	pano da costa	-	-	
	dois pentes na cabeça	-	-	

Angola	pano da costa	-	-	1835
NI	pano da costa	-	-	1835
Angola	pano da costa	-	-	1835
Gabao	pano da costa	-	-	1835
Crioula	argolas	ouro	amarelo	1835
	pano da costa	-	matames brancos	
De Nacao	pano da costa	-	matames brancos	1835
Angola	pano da costa	-	-	1835

Fonte: Dados organizados pelo autor com base nos anúncios de fuga do Diário de Pernambuco.

ANEXO 2

Quadro 13 - Adornos utilizados descritos nos anúncios de fuga entre 1827 a 1835 de homens escravizados em fuga

Origem/ qualidades	Objeto	Material	Cor	Período
Africano (NI)	brinco	-	-	1829
Africano (NI)	brinco	-	-	1829
Crioulo	brinco	-	-	1830
Inhambane	fio de miçanga no braço	-	branco	1830
	fio de miçanga na perna	-	vermelho	1830
Benguela	lenço na cabeça	-	vermelho com pintas brancas	1830
Crioulo	argola	ouro	dourado	1830
Cassange	brinco	-	-	1831
Cassange	lenço na cintura	-	vermelho	1831
Da Costa	argola no braço	latão	-	1831
NI	argola	-	-	1832
Crioulo	brinco	-	-	1832
Crioulo	argolinha	-	-	1832
Gabão	brinco	-	-	1832
Crioulo	brinco	-	-	1832
Angola	argolinha	-	-	1832
Gentil de Angola	argolinha	-	-	1833
Cabinda	solitário de pedras na orelha	-	branco	1834
Angola	correntinhas no pescoço	latão	-	1834
Crioulo	brinco	-	-	1834
Angola	argola no braço	aço	-	1834

Angico	lenço na cabeça	-	-	1834
NI	brinco	-	-	1834
Angico	argola	-	-	1834
Rebolo	brinco	-	-	1834
Angola	brinco	-	-	1834
Angico	argola aljôfar	ouro	-	1835
NI	lenço no pescoço	-	preto	1835
NI	argola	-	-	1835

Fonte: Dados organizados pelo autor com base nos anúncios de fuga do Diário de Pernambuco